Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Raimundo Ferreira de Arruda

Geografia do Cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco

(Versão Corrigida)

São Paulo
Abril de 2015

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Geografia do Cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco

(Versão Corrigida)

Raimundo Ferreira de Arruda

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a Obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques.

São Paulo
Abril de 2015

Autor: Raimundo Ferreira de Arruda
Título: Geografia do Cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco
Orientadora: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques.

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a Obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof.(a). Dr.(a)_____

Instituição:_____Assinatura:_____

Aos Detentos e Ex-detentos que em suas lutas pelos direitos apontam a Liberdade.

Aos meus pais, Rodolfo Arruda e Severina Maria de Arruda (in Memorian), por ter me dado a vida e a dignidade de seguir adiante nos meus projetos.

Aos três pequenos: Giovanna, Luiz Felipe e Augusto que em suas brincadeiras infantis renovaram minhas forças para seguir em frente.

As minhas Irmãs, cunhados e sobrinhos que completam minha vida.

AGRADECIMENTOS

Uma verdadeira rede de solidariedade se formou para que esta pesquisa se concretizasse. Em diferentes momentos, contei com o apoio de familiares e de colegas que ao longo do curso se transformaram em amigos. Em especial,

À professora Marta Inez Medeiros Marques, pela sua orientação competente em um tema novo e desafiador para a própria geografia.

À Jurema navarro, José Firmino e Rosângela Garcez, pela atenção e gentileza nas demandas solicitadas na secretara da Pós-Graduação em Geografia.

Aos professores Marcos Alvarez e Amélia Damiani pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos detentos, ex-detentos e familiares de presos que de forma carinhosa e receptiva aceitaram compartilhar suas vidas.

Às professoras Ana Luiza e Rosa de Castro, pelo apoio em diferentes momentos de desenvolvimento da pesquisa.

À Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, por me liberarem para realizar o curso. Aos amigos da Educação de Jovens e Adultos, especialmente Teresa Braga, pelo apoio.

À Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES) que autorizou minha entrada nas unidades prisionais para realizar a coleta de informações.

Aos amigos do Grupo "Campo em Movimento": Patrícia, Michel, Tiago, Arnaldo, Carina, Edu, Luis Fernando, Lúcia e Yamila pelos debates calorosos em muitos momentos que passamos juntos.

Um carinho especial para minha amiga Marli, pela leitura e sugestão ao exame e, pelos almoços em sua casa, e por ter me acolhido com carinho em algumas idas para São Paulo. Estendo também meus agradecimentos ao seu esposo Luis, e seus filhos Gabriel e Pedro.

Ao amigo Andrei Cornetta pela leitura e sugestão ao texto e ao Marcelo Barreto, que mesmo distante dirimia muitas dúvidas através de telefonemas, e-mails e conversas via Skype.

À Pastoral Carcerária de Pernambuco, representado pelo Sr. Arnaldo Miranda e Iratan, pelo apoio e força para realizar esta pesquisa.

Ao casal de amigos Carlos e Relúcia Alarcón, pela amizade e por ter me acolhido como um parente. À dona Maria e suas filhas Ana e Sônia Alarcón, pelos almoços e lanches animados com boas risadas e conversas. E, ao

amigo Héctor Vargas por me ajudar a conhecer a cidade de São Paulo, e assim, circular com maior tranquilidade na selva de pedra.

As minhas irmãs: Denise, Balbina, Raimunda e Risalva, pelo apoio e força em diferentes momentos de minha vida.

RESUMO

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. **Geografia do Cárcere**: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco, 2014, p., (Tese de Doutorado), São Paulo, USP, 2014.

Esta tese tem por objetivo compreender como se dá a reprodução da vida da prisão e as determinações e relações que a ligam ao "mundo exterior" revelando a razão de ser da prisão em nossa sociedade. Também procura identificar pontos críticos em que a reprodução da vida no interior da prisão se dá de forma particularmente dramática, tornar pública esta realidade e assim, contribuir para a superação dessa ordem que se pauta na política do encarceramento. Superlotadas as unidades prisionais se transformam em pontos que condensam complexas relações que forjam práticas espaciais e uma vida cotidiana carcerária que envolve presos, familiares e ex-detentos, os quais mesmo fora da prisão têm suas vidas atravessadas pelos muros. As regras criadas pelos próprios detentos normatizam as ações, os gestos e o comportamento desejado nas celas, nos pavilhões e na unidade prisional. O universo prisional condensa uma miríade de contradições e a luta pela cela se destaca como principal desafio para quem se encontra detido. Privatizada, para ter acesso à cela deve-se desembolsar um alto valor em dinheiro. Assim, forma-se o binômio cela-pavilhão, que funcionará como ponto central da vida cotidiana carcerária. Territórios serão forjados recortando celas e o piso do pavilhão. Fora do cárcere, parentes de presos e ex-detentos terão suas vidas ritmadas em diferentes gradações pelo que acontece dentro das prisões. A pesquisa se concentrou em algumas unidades prisionais, mas o contato com ex-detentos que testemunharam sobre outras unidades permite uma visão mais global do encarceramento.

PALAVRAS-CHAVE: Vida cotidiana Carcerária, Território, Poder, Prisão.

ABSTRACT

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. **Geography of the Prison:** territorialities in the prison everyday life on the prison system of Pernambuco, 2014, p., (Doctoral Thesis), São Paulo, USP, 2014.

This thesis aims to comprehend how the reproduction of life of the prison occurs and the determinations and relations that connects to the "exterior world" revealing a reason of being of the prison in our society. It also aims to identify critical points in which the reproduction of life inside the prison happens in a particular dramatic way, brings to public this reality and thus, contribute to an overcoming of this order that is guided on the prisoner politics. Overcrowded, these prison unities transform into points that condense complex relations that forge spatial practices in the prison everyday life that evolve prisoners, their families and ex-prisoners whose even though outside the prison, their lives are crossed by the prison walls. The prison universe condenses a myriad of contradictions and the struggle for the cell highlights as the main challenge for the one who is detained. Privatized, to have access to the cell, it must give high quantities of money. This way, it forms a binomial cell-pavilion. Outside of the prison, prisoner relatives and ex-prisoners will have their lives ruled by different gradations for what occur inside the prison. The research concentrated into some prison unities, but the contact with ex-prisoners, who has testified about other unities, permitted a more global vision about incarceration.

KEY WORDS: Prison everyday life, territory, power, prison.

RESUMEN

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. **Geografía de la Prisión:** Territorialidades en la vida cotidiana carcelaria en el sistema penitenciario de Pernambuco, 2014, p., (Tesis de Doctorado), São Paulo, USP, 2014.

Esta tesis tiene por objeto entender cómo se realiza la reproducción de la vida de la prisión y las determinaciones y relaciones que lo canalizan al "mundo exterior" y desvendan la razón de ser de la prisión en nuestra sociedad e identifica los temas más críticos en donde la reproducción de la vida en el interior de la prisión se desenvuelve de forma particularmente dramática, y así tornarse pública esta triste realidad, contribuir a la superación de este orden que se guía en la política de encarcelamiento. El hacinamiento en las cárceles se transforma en puntos que condensan relaciones complejas que dan forma a las prácticas espaciales y la vida cotidiana carcelaria que involucra a los internos, familiares y ex reclusos, incluso estando fuera sus vidas son cruzadas por las murallas de la prisión. Las reglas creadas por los propios detenidos estandarizar las acciones, los gestos y el comportamiento deseado en las células, en los pasillos y en la unidad de la prisión. El universo de la cárcel condensa las contradicciones innumerables y la lucha por la célula se destaca como un gran desafío para los que actualmente están encarcelados, privatizado, para tener acceso a ella debe pagar un alto valor. Por lo tanto, forman la célula-pabellón binomial, que actuará como punto focal de la vida cotidiana carcelaria. Territorios se forjarán en el corte de células y el piso del pabellón. Y fuera de la cárcel los familiares de presos y ex reclusos tendrán sus vidas en diferentes gradaciones rítmicas de lo que sucede dentro de las prisiones. La Investigación se centró en algunas prisiones, pero el contacto con los ex reclusos que testificaron acerca de otras cárceles permite una visión más global del encarcelamiento.

PALAVRAS CLAVE: Vida cotidiana carcelaria, Territorio, Poder, Prisión.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa da Região Metropolitana de Recife 45
MAPA 2 – Unidades Prisionais de Pernambuco/2014 80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução do número de habitantes e de presos no Brasil 72
TABELA 2 - Número de Presos por Estados 75
TABELA 3 - Evolução no número de presos entre 2000- 2010/Pernambuco 84
TABELA 4 - Serviço de atendimento médico e psicossocial dos presos 87
TABELA 5 - Atividade Educacional no sistema Penitenciário Brasileiro 2012 92
TABELA 6 - Número de detentos em sala de Aula/Pernambuco-2013 94
TABELA 7 - Situação Jurídica 96
TABELA 8 - Tipos de delitos e motivação apontada pelos presos 105

LISTA DE DESENHO

DESENHO 1 - Presos em movimento durante a contagem 132
DESENHO 2 - Movimento dos presos no horário da faxina 134
DESENHO 3 - Rebelião no Presidio 144

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Ranking dos países com maior número de pessoas Encarceradas (2012) 74
GRÁFICO 2 – Faixa Etária dos Detentos (2012) 100
GRÁFICO 3 – Grau de Instrução dos Detentos (2012) 101
GRÁFICO 4 – Questão Étnica Carcerária (2012) 101
GRÁFICO 5 – Local de Moradia dos Detentos (2012) 102

LISTA DE SIGLAS

COTEL: Centro de Observação e Triagem Prof. Everaldo Lima

CFCH: Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CPFAL: Colônia Penal Feminina Abreu e Lima

CPFB: Colônia Penal Feminina de Buíque

CPFR: Colônia Penal Feminina de Recife

CRA: Centro de Ressocialização Feminina do Agreste

ENCEJA: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

ENEM: Exame Nacional de Ensino Médio

DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional

FUNASE: Fundação Nacional de Atendimento Socioeducativo

GDUCC: Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade

HCTP: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

ICPS: International Center for Prison Studies

INFOPEN: Informações Penitenciárias

LEP: Lei de Execução Penal

LO: Lei Ordinária

MC: Aquele que anima um Show

MEC: Ministério da Educação e Cultura

OEA: Organização dos Estados Americanos

PABA: Presídio Advogado Brito Alves

PBA: Programa Brasil Alfabetizado

PAISJ: Penitenciaria Agro industrial São João

PAMFA: Presídio Asp. Marcelo Francisco Araújo

PDAD: Presídio Des. Augusto Duque

PDEG: Penitenciaria Dr. Eduardo Gomes

PDEG: Penitenciaria Dr. Ênio Guerra

PFDB: Presídio Frei Damião de Bozzano

PIG: Presidio de Igarassu

PJALLB: Presidio Juiz Luís Lins de Barros

PJPS: Penitenciaria Juiz Plácido de Souza

PNE: Plano Nacional de Educação

PPBC: Penitenciaria Prof. Barreto Câmpelo

PPF: Programa Paulo Freire

PPV: Pacto Pela Vida

PRRL: Presidio Rorenildo da rocha Leão

PSAL: Presidio de Salgueiro

PVA: Presidio de Vitoria de Santo Antão

RG: Registro Geral

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio ás Micro e Pequenas Empresas

SECADI: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEE: Secretaria Estadual de Educação

SEDSDH: Secretaria de Desenvolvimento Social de Direitos Humanos

SERES: Secretaria Executiva de Ressocialização

SUSIPE: Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco

SUSP: Sistema Único de Segurança Pública

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

USP: Universidade de São Paulo

GLOSSÁRIO

Arapuá: Pequenas Abelhas.

Barraco: Pode ser a cama da cela ou a própria cela.

Biscate: Pequenos trabalhos.

Boia: Refeições do presídio.

BR: Autoestrada federal. No presídio alude a intensa movimentação.

Convívio: Está relacionada ao respeito as regras e normas de convivência dentro do presídio.

Correria: Qualquer ação realizada pelo detento com o objetivo de obter uma vantagem.

Enxame: Armadilha articulada dentro do presídio contra algum detento.

Fiteiro: Pequeno comércio ambulante.

Maloqueragem: Detento que usa droga e perturba nos pavilhões.

Robô: Detento que recebe um valor semanal, quinzenal ou mensal para assumir qualquer indisciplina dentro da cadeia, cometida por quem contrata o seu serviço. Pode exercer a função de segurança dos líderes que comandam a cadeia.

Thundercats: Desenho animado dos anos oitenta, que mostra a trajetória de um grupo de Felinos que luta para sobreviver em outro planeta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **18**

1 A PESQUISA NOS LABIRINTOS DO CAMPO DA PRISÃO **23**

1.1 Conhecendo o objeto: os referenciais para compreender a natureza do objeto 23

1.2 Os embates no trabalho de campo 31

1.3 Em busca dos sujeitos da pesquisa 41

2 A PRISÃO COMO UMA DAS GRAFIAS DO PODER: NA ESPACIALIZAÇÃO DA MODERNIDADE **50**

2.1 A função da pena prisão na sociedade capitalista 50

2.2 Da descoberta do corpo a nova forma de produção do espaço 53

2.3 Do cativeiro para o cárcere: A pena prisão no Brasil 62

2.4 A Gênese da rotina 67

2.5 A política do grande encarceramento no Brasil 69

2.6 O encarceramento em Pernambuco 79

2.7 Os labirintos para o acesso aos serviços prisionais 85

3 VIDA COTIDIANA CARCERÁRIA: O DENTRO E O FORA DA PRISÃO **100**

3.1 Sociografia dos detentos 100

3.2 Interface da vida cotidiana carcerária: Reprodução do espaço carcerário na produção do detento 103

3.3 O cotidiano moldado pela luta por espaço e poder nas celas e pavilhões 119

3.4 As normas da convivência: a rotina prisional 135

3.5 Os fios invisíveis da economia subterrânea conectando a prisão com a cidade 139

3.6 A conexão das refeições 146

3.7 Um dia quase normal: O dia da visita 148

4 EX-DETENTOS: FORA DA PRISÃO, MAS A PRISÃO NÃO SAI DELES 158
4.1 A prisão na vida dos Ex-detentos 158
4.2 O encarceramento e tempo na prisão 160
4.3 A inserção no mundo do trabalho 164
4.4 Memórias das normas da rotina prisional 165
4.5 O acesso à cela 168
4.6 Disciplina laboral na unidade 171
4.7 A saúde e a higiene pessoal 174
4.8 Espaço e Prazer 176
4.9 A rede de Alimentação 178
4.10 Entre os dias comuns e os dias de visita: a normatização 179
4.11 A solidariedade da família e dos amigos 183
4.12 O poder das gangues: transcendendo os muros da prisão 185
4.13 A vida carcerária fora da prisão 188
4.14 O apoio dos vizinhos 190
4.15 A solidariedade após prisão: amigos e vizinhos 191
4.16 A primeira barreira social 192
4.17 A sobrevivência: a luta pelo trabalho pós-prisão 194
4.18 Entre o desencanto e a utopia dos homens sem lugar do espaço 195
5 COTIDIANO CARCERÁRIO FAMILIAR 199
5.1 Interface da vida cotidiana carcerária na rotina da família 199
5.2 O filtro penitenciário 200
5.3 Cárcere e empobrecimento do grupo familiar 203
5.4 O grupo familiar no mercado de trabalho 204
5.5 O aprisionamento da família 207
5.6 Assistência prisional familiar: alimentação 211
5.7 As taxas do pavilhão 214
5.8 Domingo no cárcere 216
5.9 Em busca dos direitos 221
5.10 A representação da Prisão 222

CONSIDERAÇÕES FINAIS **226**
REFERÊNCIAS **232**
REFERENCIAS CONSULTADAS **238**
ANEXOS

INTRODUÇÃO

Com aproximadamente 574 mil pessoas encarceradas[1], a questão penitenciária se transformou em um problema extremamente grave no Brasil. Superlotação, insalubridade, péssimas condições de vida e violência compõem o universo carcerário.

Na realidade, a inclusão prisional tem sido um dos mecanismos mais eficientes na política de segurança pública. Dessa forma, o Estado penitenciário se sobrepõe ao social, por meio do código penal, que funciona como uma constituição voltada para segmentos das classes populares, mostrando o caráter de classe na política de encarceramento.

Concordamos com ZOMIGHANI[2] (2013) ao afirmar:

> Neste começo de século XXI, a prisão – este produto mal acabado da filosofia iluminista francesa – continua a ser território – abrigo dos renegados, despossuídos, pobres, miseráveis e todos os outros aprisionados pelas malhas invisíveis da seletividade penal (...).

O geógrafo pontua a permanência da prisão ao longo dos séculos e reafirma o caráter de classe desta instituição que seleciona os segmentos dos estratos mais inferiores.

---

[1] Reportagem da Agência Brasil mostra evolução da política de encarceramento nas últimas décadas. Disponível no site: https://www.google.com.br/search?q=agenciabrasil.ebc.com.br%2Fgeral%2Fnoticia%2F2014-03%2Fpopula%C3%A7%C3%A3o-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-Brasil&oq=agenciabrasil.ebc.com.br%2Fgeral%2Fnoticia%2F2014-03%2Fpopula%C3%A7%C3%A3o-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-Brasil&aqs=chrome..69i58j69i57j69i59.7524j0j4&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8 Acesso em: 07/Nov./2014.

[2] ZOMIGHANI JR., J. H. DESIGUALDADES ESPACIAIS E PRISÕES NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: fundamentos da insegurança no atual período. Tese de doutorado em geografia humana, FFLCH, USP, 2013. p. 20.

Garland[3] (2004) salienta que a função da prisão na atualidade é: "(...) segregar a las poblaciones problemáticas creadas por las instancias económicas y sociales actuales (...)". Ele relaciona a política de encarceramento com as estruturas mais amplas da sociedade.

Mesmo que suas considerações estejam centradas na política penal nos Estados Unidos e Inglaterra, suas observações ajudam-nos a compreender melhor os processos constituintes do encarceramento na atualidade. É preciso lembrar que os Estados Unidos exercem uma influência na cultura e na política mundial, particularmente na política de segurança pública dos países latino-americanos.

Esta tese é resultado de uma pesquisa que tem por objetivo analisar a função que a prisão exerce no sentido de garantir a reprodução das relações de dominação de classe. Dessa forma será analisada a vida cotidiana carcerária, cujos aspectos reforçam o processo de dominação na medida em que levam a marca e o ônus que a vida no cárcere representa também para muitos que estão além dos muros.

Levantamos as seguintes hipóteses para desenvolver a pesquisa: (i) A práxis dos detentos que caracteriza uma vida cotidiana carcerária constitui um jogo de poder que territorializa celas e pavilhões, produzindo e reproduzindo uma luta pela sobrevivência, onde alguns vivenciam mais de que outros o peso dos constrangimentos do sistema prisional; (ii) O estigma da prisão atinge os familiares de quem se encontra atrás das grades. Com isso, a territorialidade da prisão se estende e atinge o vivido pelos parentes dos detentos nas mais diferenciadas formas de relações sócio espaciais, desde seus contatos com o parente preso e com seus vizinhos de bairro, além de sua inserção no mundo do trabalho e (iii) Os ex-detentos saíram da prisão, mas ela permanece neles. Marcados como ex-detentos, eles enfrentam inúmeras dificuldades para reconstruir seus

[3] GARLAND, D. La cultura del control crimen y orden social en la sociedad contemporánea. Barcelona, Editorial Gedisa S. A., 2004. p. 322.

vínculos sociais, reatar os laços familiares e de vizinhança no local de moradia e se inserir no mundo do trabalho.

A reprodução da vida carcerária no Brasil se caracteriza pelas limitações na assistência aos apenados, o que incita a organização dos detentos como atores políticos, colaborando na gestão[4] interna do cárcere e dialeticamente expandindo seu campo de ação por meio de intervenções no mundo exterior ao se articularem com seus amigos e parentes e/ou com as gangues que comandam o crime fora das unidades prisionais.

O encarceramento tem se apresentado como um dos principais instrumentos de controle de segmentos das classes populares. A prisão se globalizou e constitui um dos elementos que compõem a paisagem urbana.

***

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro mostraremos o desenvolvimento do trabalho de campo, as dificuldades e as estratégias e metodologias para se aproximar de nosso objeto de estudo.

O segundo capítulo contextualiza o surgimento da prisão no Brasil e o seu posterior desenvolvimento se firmando como principal instrumento de controle e isolamento dos setores marginalizados da população. Também analisamos a nova política de encarceramento que superlota as prisões, particularmente no estado de Pernambuco.

O terceiro capítulo analisa a luta pela sobrevivência desenvolvida pelos detentos no interior das unidades prisionais. Os acordos internos, as regras de convivência, as territorialidades nos pequenos espaços, marcando as celas e pavilhões.

No quarto capítulo abordamos as marcas do encarceramento na vida dos ex-detentos. Rompimento de laços familiares e com os antigos locais

[4] Geralmente os chefes de quadrilhas dos bairros mais as lideranças surgidas dentro das unidades prisionais assumem o controle da disciplina interna. Salientando que os líderes de gangues já têm experiência na gestão dos negócios do crime e dos territórios no bairro. Eles já sabem governar.

de moradia, mais as dificuldades em se inserir no mercado de trabalho são desafios para quem vivenciou a prisão.

O quinto capítulo trata da rotina do grupo familiar do apenado. Os constrangimentos que sofre no presídio e no seu local de moradia. Empobrecimento e isolamento se apresentam como uma pena direcionada à família.

Aqui estou mais um dia.
Sob o olhar sanguinário do vigia.
(...) Cada detento uma mãe, uma crença.
Cada crime uma sentença.
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,
sangue, vidas e glórias, abandono, miséria e ódio,
sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.
Misture bem essa química.
Pronto, eis um novo detento.
Lamentos no corredor, na cela, no pátio.
Ao redor do campo, em todos os cantos.

Diário de um detento / Racionais Mc's

1 A PESQUISA NOS LABIRINTOS DO CAMPO DA PRISÃO

A epígrafe com trechos da música acima aponta para a complexidade de fatores que criam um caldo de cultura que avilta a condição humana, particularmente nas periferias urbanas do Brasil, de onde alguns jovens serão filtrados e marcados pelo sistema punitivo prisional e logo em seguida, estigmatizados, com a alcunha de Ex-detentos, delinquentes ou criminosos. Os versos do grupo (Racionais Mc's) servirão de norte para apresentarmos o nosso objeto de pesquisa e os obstáculos vivenciados ao longo do trabalho de campo.

1.1 Conhecendo o objeto: os referenciais para compreender a natureza do objeto

Esta pesquisa tem o objetivo de mostrar como as condições do encarceramento incitam uma mobilização, uma prática dos detentos que dá margem à existência de uma vida cotidiana carcerária que atravessa os muros da prisão, vai além do que é vivido pelos presos no interior das unidades prisionais, ao atingir a vida de seus familiares e a rotina de quem está para além das grades, como os ex-detentos.

Assim sendo, o conjunto de relações não está circunscrito à materialidade física da prisão, posto que as práticas dos detentos na luta inicial pela sobrevivência se efetiva a partir de um conjunto complexo de relações que envolvem diferentes sujeitos. Inicialmente a união de grupos de presos na unidade prisional e o decorrente apoio de fora, por meio da ação dos seus parentes na prestação dos serviços prisionais, que, garantidos na Lei de Execução Penal[5] (LEP), não se efetivam.

[5] Lei de Execução Penal, Lei Nº 7.210 de 1984. Em sua orientação da disposição da sentença aponta um conjunto de direitos para uma futura reintegração social do apenado. Na realidade, é o discurso oficial da prisão.

Espaço, tal como se discute na ciência geográfica, é uma categoria de análise fundamental para entender a questão carcerária. Henri Lefebvre (2000)[6] assim introduz o conceito de produção do espaço. O espaço como uma categoria que envolve as forças produtivas, a relação de propriedade e a superestrutura (as instituições e o Estado), estas instâncias tornam a sociedade mais complexa e assim forma o espaço social.

Ele pondera que não há um espaço social, mas vários e que o espaço mundial não anula o espaço local. Desta forma, há uma superposição de diferentes forças interagindo e tentando se impor ou dominar, se tornar hegemônico através da racionalização das ações no sentido de enquadrar, de canalizar as forças. A superposição caracteriza o movimento, inclusive dos movimentos locais, ora se acomodando, outras vezes se opondo ao movimento geral.

Concordamos com Lefebvre ao afirmar que o: "(...) O espaço social começa a aparecer em sua hipercomplexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetram, outros se afrontam etc."[7].

Segundo o autor, só através da análise da produção do espaço pode-se desvelar e denunciar as ideologias de dominação presentes nas representações do espaço elaborado pelas instituições, inclusive do próprio Estado, escondendo as relações sociais, o caráter de classe.

Segundo Zomighani (2013) aos conflitos, tensões e violência geradas pelas desigualdades sócio-espaciais o Estado responde com o sistema penal. O Estado nega moradia, trabalho, educação e cultura. A política neoliberal/conservadora utiliza o sistema policial/prisional provocando o grande encarceramento e a criminalização da pobreza[8]

---

[6] LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. 4ª ed. Belo Horizonte, 2000. pp. 23-25.
[7] Ibid., p.28
[8] Zomighani (2013) salienta a violência causada pelas péssimas condições de detenção. Dessa forma, a superlotação, maus-tratos, espancamentos e torturas, mais a punição indireta da família, compõem o universo penitenciário. Cf. Ibid., p.86.

Desta forma, entendemos que relações complexas e contraditórias compõem a produção realizada pelos detentos, que por sua vez engendram uma vida cotidiana carcerária. Na realidade a unidade prisional se transforma em um campo de lutas, da luta para se viver uma normalidade, mesmo que seja um local e situação de "suspensão" da normalidade da vida em liberdade.

Estes movimentos locais/individuais podem nos oferecer uma melhor compreensão da dinâmica prisional. Por isso, reportamos mais uma vez aos escritos de Lefebvre[9], que aponta o momento dentro do tempo/espaço da modernidade no qual emerge o cotidiano. Ele tece uma análise a partir da entrada da classe média francesa na sociedade de consumo. Salientando o preconceito com relação ao estudo do cotidiano enquanto categoria de análise filosófica.

Sua reflexão considera o cotidiano como uma das instâncias do real e assim, o seu desvendamento pode elucidar e ajudar a superar as contradições presentes na sociedade capitalista. Sistema que garante a sua produção e reprodução por meio do cotidiano.

Afirma-nos Lefebvre (1991) que:

> (...) O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (...) (p.30).

O cotidiano se caracteriza pela ambiguidade que condensa, de encontro entre as práticas institucionais, a racionalidade, e a margem de manobra do indivíduo tentando se desvencilhar das adversidades sociais.

[9] LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo, 1991. p. 41.

O terror garante a dominação de uma classe sobre outra, assim em meio às carências a submissão é garantida pela capilaridade do poder. O poder realiza um movimento de circunvolução, onde cada um em alguns momentos usa sua força diante do mais fraco. O terror[10] como elemento central da vida cotidiana, como um dos mecanismos que assegura a penúria e as carências numa sociedade de abundância.

A dinâmica das relações vividas nas unidades prisionais espelha com maior intensidade este lado da sociedade, local onde é mais comum o domínio por meio do uso da força e que faz circular os pequenos poderes que de um lado geram bem-estar para um grupo de detentos e para outros resta à dependência dos serviços prisionais.

A vida cotidiana carcerária se insere como um campo de disputa desenvolvida pelos detentos por uma normalidade[11] dentro das unidades prisionais contribuindo para o estabelecimento de novos conflitos e desigualdades que aproximam o vivido no cárcere com a vida cotidiana da sociedade maior.

Afirma-nos Lefebvre (1991) que:

> (...) Na 'sociedade terrorista' reina um terror difuso. A violência permanece em estado latente. As pressões se exercem de todos os lados, sobre os membros desta sociedade; eles têm uma enorme dificuldade para se desembaraçar delas, para afastar esse peso. Cada um se torna terrorista dos outros e seu próprio terrorista; cada um aspira a tornar-se terrorista exercendo (nem que seja por um momento) o poder (...). O terror não se localiza, ele nasce do conjunto, do pormenor; o 'sistema' (se é que se pode falar de sistema) segura cada membro e o submete ao conjunto, isto é, a uma estratégia, a uma finalidade escondida (...) (p. 158).

---

[10] O conceito de terror desenvolvido por Lefebvre (1991) é conveniente para a reflexão das relações desenvolvidas no universo prisional.

[11] O conjunto de repetições, de práticas espaciais que moldam a vida cotidiana carcerária se insere como um conjunto de atos voltados para aproximar a vida na prisão do vivido fora de seus muros. De certa forma ela alivia a opressão. Mas, com o seu desenvolvimento reproduzirá novas contradições e opressões, segmentando os detentos.

Ao terror ele agrega a opressão como uma categoria de análise explicativa do mal-estar presente na sociedade e um dos componentes do cotidiano.

> Toda sociedade que comporta de um lado, penúria e não abundância, e de outro, predominância de uma classe (que possui, governa, explora, organiza, que toma para si a maior parte possível do resultado do trabalho social, seja através da acumulação, seja ainda através dessas duas formas de dominação), toda sociedade dessa ordem manteve-se pelo duplo meio de persuasão (ideologia) e da opressão (punições, leis e códigos, tribunais, violência preparada para não precisar se servir dela, violência aberta, tropas armadas, polícia etc.). Toda sociedade de classe (e não se conhece ainda nenhum outro tipo) é uma sociedade repressiva[12].

Assim, o vivido pelos detentos no cárcere se apresenta também como um dos momentos da cotidianidade também opressiva vivida pelos familiares de presos, que têm suas vidas ritmadas pelo que acontece por trás dos muros das prisões.

Neste sentido, dentro das prisões as relações tornam-se mais complexas, num conjunto de repetições indicativas e próximas de uma cotidianidade, que, segundo Lefebvre pode ser um "fio condutor para conhecer a 'sociedade'"[13].

Nesta pesquisa analisaremos como as condições desumanas no cárcere fomentarão uma nova produção por meio da apropriação dos serviços prisionais interligando a vida dos presos a seus familiares e aos Ex-detentos. A leitura do conjunto de relações vivenciadas nas unidades prisionais permitirá uma leitura do momento da sociedade, reconhecendo-se que a prisão é também um momento do processo de alienação. Se Carlos, Ana Fani[14] aponta o movimento escondido presente na forma

---

[12] Ibid., p. 155
[13] Ibid., p. 35
[14] CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 8.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p.39.

urbana, o "tempo da vida", os diferentes ritmos envolvendo tempo e espaço na produção e reprodução da metrópole, aqui o deslindar do escondido na (re) produção da vida dos detentos no campo de lutas da vida carcerária será também a análise de um ponto, um espaço/tempo de reprodução da própria sociedade na sua face punitiva.

Esta produção realizada pelos presos numa espacialização que une as questões internas e externas às prisões é estabelecida a partir dos micropoderes[15] que circulam nas unidades prisionais que podem ser lidos, analisados e melhor compreendidos a partir dos conceitos de território e poder.

Quando entramos na unidade prisional para analisar a espacialização das relações desenvolvidas localmente, observamos as territorialidades e a constituição dos pequenos poderes, cristalizações de forças construídas em prol, ora da melhoria das condições de existência (da sobrevivência), ora de uma acumulação de capital.

Lefebvre (1991), Foucault (2004), Souza[16] (2008) são autores que nos ajudam a entender melhor como se dá o processo de construção dessas relações cotidianas locais, do uso e apropriação mesmo que de forma momentânea de determinados locais, das estratégias e do jogo político que se desenham e se vivem.

Essas marcas locais, os territórios vividos nos espaços das celas e corredores dos pavilhões podem ser lidos, melhor compreendidos e explicitados a partir de ideias presentes no pensamento de autores e

---

[15] Ressaltamos que os pequenos poderes, envolve toda a discussão desta tese. Ele é utilizado compreendendo a articulação dos próprios detentos que de objetos de uma instituição emergem como atores. As regras instituídas pelos detentos estabelecem os atos e comportamentos que redefinem o uso das celas e pavilhões garantindo privilégios e marginalização. Os pequenos poderes é um conceito utilizado por Foucault.
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 20.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, passim.

[16] SOUZA, Marcelo José Lopes de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

pensadores sociais como Foucault (2004), que alerta sobre a necessidade de cautela na análise do poder que:

> (...) deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (...) (p.183).

As considerações do Foucault sobre a natureza do poder, ao ponderar sobre a circularidade em cadeia, em um movimento que transforma cada um, pelo menos por algum momento em seu possuidor. A prisão é um exemplo da capilaridade do poder, posto que é um instrumento de exclusão, de domínio de uma classe sobre outra. Mas que em sua dinâmica de funcionamento recebe a marca dos detentos que emergem da condição de objetos em sujeitos das práticas carcerárias.

Marcelo Lopes de Souza[17] (2006) introduz um conceito mais amplo de território, não o associando diretamente ao território nacional e a sua gestão pelo Estado ao contemplar outras escalas de domínio exercido pelos mais diferentes atores que compõem a sociedade. Mais do que espaços concretos os territórios se apresentam como projeções das relações sociais, com escala temporal e espacial flexíveis, se materializando e dissolvendo rapidamente. Como exemplo cita os territórios da prostituição nas áreas de obsolescência dos centros comerciais e os territórios do tráfico de drogas disputando o domínio sobre as comunidades e bairros da periferia urbana.

[17] SOUZA, M. J. L. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Cesar C.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas, 1996, p. 77-116.

Claude Raffestin[18] (1993) em sua consideração sobre o território pontua que as relações podem ser simétricas, de ganhos, ou seja, uma comunicação para determinado grupo se apropriando ou usufruindo determinado bem ou serviço ou dissimétrica, de perda, de privação. Este movimento relacional provoca as centralidades, os lugares do poder e a marginalidade, os lugares de exclusão. A prisão é um objeto de exclusão, de marginalização.

Tendo por suporte teórico os autores mencionados, procederemos à análise das condições do encarceramento em Pernambuco a partir da apreensão do vivido pelos detentos e da espacialização de suas ações, delimitando os diferentes territórios em um jogo que fazem circular o poder dentro e fora das unidades prisionais. Reconhecendo nos territórios vividos e construídos na dinâmica prisional momentos de alienação vividos por segmentos das classes populares.

Este trabalho tem duas frentes de contribuição: (1) compreender como se dá a reprodução da vida no interior do cárcere e as determinações e relações que a ligam ao "mundo exterior" e revelam a razão de ser do cárcere em nossa sociedade; (2) identificar pontos em que a reprodução da vida no interior do cárcere se dá de forma particularmente dramática, tornar pública esta realidade[19], e, desta forma, contribuir para uma reflexão da pena prisão no Brasil.

---

[18] Território como o espaço sob o controle de alguém. A territorialização como o processo que efetiva o controle/o domínio por meio da força, do poder da apropriação e uso efetivo de um espaço. A territorialidade reporta a determinado grupo ou indivíduo, é a sua forma espacial de suas ações e relações. Assim, a territorialidade não é do espaço e sim dos detentos marcando os espaços. Cf.
RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. 1.ed. São Paulo: Ática, 1993.

[19] Em 2011 a Pastoral Carcerária de Pernambuco/Brasil, a Justiça Global e a Clínica Internacional de Direitos Humanos de Harvard denunciaram junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) os homicídios, tortura, insalubridade e superlotação no interior do antigo Presídio Prof. Aníbal Bruno. SOLICITAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELAES para proteger a vida e a integridade pessoas dos presos n Presídio Professor Aníbal Bruno, Recife, Pernambuco, Brasil.
Disponível:https://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/08/solicitac3a7c3a3o-de-medidas-cautelares-presc3addio-anc3adbal-bruno-final-2011-06-03-nomes-ocultados.pdf Acesso em 27/mar/2015.

Este foi o caminho, o método que consideramos mais adequado para percorrer e nos aproximarmos do nosso objeto de pesquisa: a vida cotidiana carcerária.

1.2 Os embates no trabalho de campo

Por se tratar de uma instituição de segurança tivemos que seguir uma série de procedimentos para solicitar autorização e finalmente entrar na unidade pesquisada. De posse do aceite para adentrar a unidade prisional, tivemos de ter muito cuidado, pois qualquer descuido poderia prejudicar a coleta de dados e a pesquisa em si.

No entanto, houve questões que fugiram do nosso controle e que interferiram no andamento do campo, como as mudanças na gestão da supervisão de segurança. Na época houve três mudanças de gestores no setor e a cada uma delas tivemos que solicitar uma nova autorização.

A aproximação do universo carcerário se deu antes da pesquisa em curso. Gostaríamos de socializar este momento, pois foi desta forma que foi despertado o nosso interesse em descortinar as aparências ditas sobre o cárcere. Entre março de 2000 a agosto de 2006, atuamos como professor de uma escola localizada em uma unidade prisional do Recife, e após dois meses em contato com a turma começamos a perceber o impacto do encarceramento no cotidiano dos estudantes e na dinâmica pedagógica. Assim, era comum durante as aulas a contextualização dos problemas enfrentados pelas condições desumanas na prisão, o abandono familiar, a luta para ter direito ao uso da cela, assim as trajetórias vividas no cárcere respingavam no espaço escolar e aludia a espacialização das relações de poder, comprometia o pedagógico e sinalizava para as condições precárias de sobrevivência na unidade.

Esta experiência contribuiu para a pesquisa de campo na atualidade, pois ao acaso encontramos na rua detentos que conhecemos na época e que aceitaram discorrer sobre suas vidas.

Dessa forma, começamos a perceber que a rotina na escola acompanha a dinâmica carcerária. Observamos, por exemplo, que as segundas-feiras, era um dia em que muitos alunos faltavam às aulas e muitos dos que compareciam se apresentavam desmotivados. A depressão por não receberem visitas era apontada por eles como a principal causa desse problema. Situações que se repetiam.

Aos poucos começamos a perceber que havia uma problemática ou questão carcerária, muito distinta daquela reconhecida pelos discursos oficiais da segurança pública ou pelas reportagens sensacionalistas da imprensa. Uma problemática que, no entanto, não pode ser compreendida de forma isolada, pois tem suas raízes na própria sociedade em geral, cuja organização sócio-espacial se dá a partir de um acesso desigual aos bens socialmente produzidos.

Ouvindo e debatendo com os alunos percebemos o jogo do poder presente nas relações desenvolvidas nas celas e pavilhões e como a limitação do espaço disponível o torna algo extremamente disputado e de suma importância.

Um primeiro esforço de análise e reflexão científica sobre esta questão se deu em 2004 por meio de nossa dissertação[20]: Por uma geografia do cárcere: territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno na capital Recife, Pernambuco, desenvolvida no Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Os conceitos de território e poder serviram de suporte teórico de análise das práticas dos detentos.

[20] ARRUDA, Raimundo Ferreira de. Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presidio Professor Aníbal Bruno – Recife – PE. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

No entanto, um conjunto de práticas, superpondo diferentes atores nos pavilhões e celas condensavam um conjunto de ritmos, de movimentos, de fazeres próprios, de repetições que aproximavam o vivido no interior das unidades prisionais de um cotidiano carcerário que não puderam ser elucidadas na dissertação e serão agora tratadas nesta tese.

Acompanhando o pensamento de Carlos[21] (2009) acreditamos que a sociedade: "Produz o espaço a partir da contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos".

A prisão seria um dos testemunhos dos conflitos da sociedade capitalista, um símbolo da ordem hegemônica das classes dominantes que se torna o destino e um campo de lutas para amplos segmentos das classes populares.

Segundo Zomighani (2013) aos conflitos, tensões e violência geradas pelas desigualdades sócio-espaciais o Estado responde com o sistema penal. O Estado nega moradia, trabalho, educação e cultura. A política neoliberal/conservadora utiliza o sistema policial/prisional provocando o grande encarceramento e a criminalização da pobreza[22].

A natureza desta vida cotidiana é a problemática que será discutida e analisada nesta tese, agora não tendo mais como referencial uma determinada prisão, e, sim, o sistema prisional de Pernambuco subtendendo-se que este conjunto de repetições, de práticas dos detentos permite uma reprodução da sociedade dentro da prisão. Assim, as relações vivenciadas nas celas e nos pavilhões por muitos detentos refletem o fora e, num processo dialético, a sociedade também espelha características do carcerário.

---

[21] Ibid., p. 34

[22] Zomighani (2013) salienta a violência causada pelas péssimas condições de detenção. Dessa forma, a superlotação, maus-tratos, espancamentos e torturas, mais a punição indireta da família, compõem o universo penitenciário. Cf. Ibid., p 86.

Entendemos a prisão como um objeto que retrata o urbano, numa leitura e compreensão do urbano não associado diretamente ao espaço circunscrito da cidade e sim de um tempo/espaço próprio da modernidade, da propriedade privada e do caráter de classe da sociedade.

A prisão como um equipamento ou instrumento do urbano, pode ser observada na morfologia da paisagem e, ao mesmo tempo que presente, torna-se ausente ao ser pouco analisada e estudada, de certa forma até ignorada pela ciência geográfica. Há muitas dificuldades para adentrar como pesquisador na prisão e ter acesso aos detentos mais somadas às limitações de acesso aos dados referentes ao sistema prisional expressam e reforçam essa ausência em vários campos da ciência.

Se considerarmos a prisão como um objeto jurídico/político que nega o político, como um "direito" que nega o direito podemos concordar com Agamben[23] (2007). Na prisão o Estado se apresenta como Estado de exceção, pelo menos com relação a alguns segmentos mais vulneráveis das classes populares. É na prisão que o Estado assume com toda sua potência sua face ilegal como se fosse legal.

A prisão se institucionalizou nos primórdios da sociedade capitalista e alguns domínios do conhecimento se debruçaram mais do que a geografia sobre a questão do encarceramento, como foi o caso do direito e da sociologia. Afirma Foucault (2000) que:

> A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles[24]

[23] AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13.
[24] Ibid., p. 226

Foucault aponta a forma circular do poder em selecionar e marcar determinados segmentos, delimitando as ilegalidades, circunscrevendo a construção da figura do delinquente. Rushe e Kirchheimer[25] (2004) relacionam estrutura econômica e punição, assim o risco de punição serviria de estímulo para que a classe destituída dos bens de produção aceite condições degradantes no trabalho.

Qual a função (ou funções) da prisão na atualidade? As reflexões de Garland (2004) e de Batista[26](2011) podem elucidar e esclarecer melhor a permanência da pena prisão como forma de punição mais adequada ao sistema capitalista.

Segundo José Luís Solazzi[27] (2007) Portugal ocupou e colonizou o país tendo como norte o seu código penal, pois segundo ele a conquista do território se deu através da sujeição da população africana e da domesticação dos nativos. Havia uma seletividade considerando mais que o delito, a situação social de quem praticou o ato. Sob o véu do suplício o crime era tido como uma afronta ao próprio rei. Assim entre as punições pode-se destacar: atenazamento, açoites até a morte, esquartejamento, entre outras práticas. Desse modo, após a independência de Portugal a permanência da escravidão sombreou a pena prisão.

As especificidades da introdução da pena prisão como modelo punitivo no Brasil são apontadas por diferentes pesquisadores como Koerner[28](2006) que discorre sobre a inviabilidade do modelo panóptico[29]

---

[25] RUSH, Georg, KIRCHHEIRMER, Otto. (2004) Punição e estrutura Social. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan.
[26] BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
[27] SOLAZZI, José Luís. A ordem do castigo no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
[28] KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX, In: Revista Lua Nova, São Paulo, 68: 205-242, 2006.
[29] Jeremy Bentham (1748 – 1832) filósofo e jurista inglês que em 1789 concebeu o panóptico, espaço de observação total e disciplinador do indivíduo através de cartas enviadas da Rússia para um amigo na Inglaterra introduziu os princípios do Panóptico. Repensando uma nova arquitetura, um novo uso do espaço interno das instituições com o objetivo de assujeitar os indivíduos. E, assim elevar ainda mais a racionalidade institucional, ao evitar as apatias, os motins e as resistências em uma sociedade que se

na sociedade escravista e patriarcal nacional. Enquanto, Maia[30] (2001) e Albuquerque Neto[31] (2008) deslindam as formas de controle social nos anos oitocentos. Retomamos a linha do tempo não para simplesmente descrever uma sucessão de fatos históricos, mas para mostrar como a pena prisão se insere como um objeto/instituição da modernidade, um dos símbolos do poder da burguesia. E assim, mostrar o seu caráter de classe.

Na Universidade de São Paulo contamos com o apoio de pesquisadores de vários departamentos para nos cercar e aproximar melhor do nosso objeto de interesse acadêmico. No primeiro semestre de 2011 iniciamos nossa participação no Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade[32] (GDUCC) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), uma ação/intervenção interdisciplinar que tenta aproximar os estudantes da questão do encarceramento. Foi uma experiência ímpar, que nos deu a oportunidade de entrar em uma unidade prisional paulista e assim conhecer *in loco* um pouco das condições prisionais do Estado que mais encarcera no país. Às quartas-feiras passávamos duas horas vivenciando dinâmicas interativas com os detentos, que, um pouco mais à vontade, relatavam trechos da rotina vivida na unidade prisional.

---

urbanizava e concentrava populações. Esta proposta de racionalização comunica-se diretamente com o espaço, com o seu uso. Essa racionalidade torna o poder mais disperso, mas nem por isso menos eficiente. Pelo contrário, sua força vem dessa capilaridade ao propiciar um sentimento de eterna vigilância. Para essas considerações consultamos a tradução em português organizada por Tomás Tadeu.
O Panóptico / Jeremy Bentham...; organização de Tomás Tadeu; traduções de Graciela Lopes Louro, M.D. Magno, Tomás Tadeu, -- 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntico Editora, 2008. Disponível em:
http://pt.scribd.com/doc/88482035/BENTHAM-jeremy-O-Panoptico-organicao/Tomas-Tadeu Acesso em: 01/09/2014.
FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, vozes, 2000. 288p. (Foucault difundiu e aprofundou o pensamento de Jeremy Bentham sobre os dispositivos institucionais que permite o disciplinamento das populações, principalmente na obra: Vigiar e punir (2000).

[30] MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do recife. 1865 – 1915. Tese de Doutorado, Recife, CFCH, UFPE, 2001.

[31] NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque. A Reforma Prisional no Brasil Oitocentista: da Cadeia a Casa de Detenção (1830-1874). Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

[32] O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade da Faculdade de Direito (USP). Desenvolve duas ações básicas: elabora um debate sobre o encarceramento e promove a interação entre estudantes e os presos no espaço de algumas unidades prisionais paulistas.

Em julho de 2011 foram iniciados os primeiros passos do contato para o trabalho de campo no Estado de Pernambuco, quando procuramos a Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES). Após vários telefonemas, conseguimos agendar com a assessora do secretário, que não pôde nos atender e nos encaminhou para falar com o superintendente de segurança. Este, por sua vez, apontou várias dificuldades para autorizar a nossa entrada na unidade. Finalmente, próximo às datas festivas de final de ano, ou seja, cinco meses depois, recebemos autorização para realizar a pesquisa numa unidade prisional do Estado de Pernambuco.

Foi dessa forma que compreendemos que, se de uma maneira geral as instituições não querem se revelar, no caso das carcerárias, que são instrumentos ou dispositivos de segurança, o contato se torna muito mais difícil e até intimidador, talvez como uma estratégia para afastar ou desmotivar o pesquisador social. Geralmente um conjunto de procedimentos de segurança as distancia cada vez mais da sociedade civil. Este isolamento oficial favorece arbitrariedades por parte de agentes do Estado e também de alguns presos, que são favorecidos tanto por ter um maior poder aquisitivo ou por manter relações com organizações criminosas, que impõe seu poder dentro e fora das prisões.

A socióloga Camila Dias[33] (2011) aponta em sua tese as dificuldades existentes para se ter acesso ao universo carcerário, ressalta que, mesmo de posse de autorização das instâncias competentes, o pesquisador não tem controle sobre o seu trabalho e está à mercê da boa vontade do diretor da prisão, que dispõe de poder no local e interfere no acesso aos dados. Segundo ela, a prisão seria quase "indevassável"[34].

[33] DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH, USP, 2011.
[34] Ibid., p. 56

A autora sugere que o cientista social procure contornar os obstáculos e estabeleça um clima de confiança diretamente com o pesquisado.

Cientes das dificuldades envolvendo o objeto analisado, decidimos que nossas entrevistas[35] deveriam ser realizadas junto aos detentos na escola da unidade prisional, local mais adequado para uma conversa que ofereça segurança e maior privacidade para os detentos, onde eles sentiriam mais confiança para falar e expor um pouco de suas vidas e das relações vivenciadas atrás das grades. De início, porém, o diretor da unidade ofereceu-nos uma sala próxima à sua, e o apoio de um agente penitenciário que convocaria e conduziria os pesquisados. Acionamos a diretora da escola e em companhia dela não aceitamos a oferta alegando que não deveríamos ser confundidos e identificados como alguém ligado ao sistema prisional. Pois isso poderia desestimular a participação dos detentos na pesquisa. Diante de nossos argumentos, a solicitação de uso do espaço escolar foi prontamente atendida.

A escola funcionou como um respiro dentro da unidade prisional, um local dentro da unidade, mas com possibilidade de se vislumbrar um pouco de liberdade e assim podermos estabelecer uma relação de confiança com os alunos, interlocutores desta pesquisa.

Quando iniciamos o trabalho de campo na unidade tentamos conversar com os técnicos da SERES para compreender melhor o discurso oficial sobre a política penitenciária. Mas não tivemos sucesso, das quatro gerências direcionadas para ações sociais nas unidades, só uma aceitou nos receber.

Ao mesmo tempo em que realizamos as entrevistas e aplicamos questionários para os detentos tentamos também conversar com os técnicos responsáveis pelos serviços prisionais dentro da unidade. Mas, não obtivemos sucesso, apenas o setor penal liberou uma advogada para ser

[35] Ver Anexo I.

entrevistada e o chefe da laborterapia, que teve um papel duplo, de um lado ele era reservado e breve ao expor as ações relacionadas aos cursos e ao trabalho dos internos, de outro, nos apoiava quando algum agente penitenciário tentava impedir nossa entrada.

A nossa entrada e saída da unidade merecem uma consideração à parte. Às vezes tudo fluía de forma rápida, a passagem pela revista seguida da passagem dos vários portões. Em outras ocasiões ficamos detidos esperando uma confirmação interna, já que o gestor da unidade autorizou nossa entrada com um gravador, o que com frequência gerava muitos questionamentos entre agentes e chefe de segurança. Repensamos a utilização e uso do gravador, pois, além da dificuldade que gerava para a nossa entrada na unidade, também pareceu intimidar os entrevistados Para entrar na unidade prisional é preciso uma autorização assinada pelo superintendente de segurança da SERES junto com a permissão do diretor da prisão. Entre fevereiro e junho de 2012 houve mudanças na superintendência e na própria gestão da referida unidade e cada mudança de gestão exigiu um novo pedido de autorização. Iniciamos o trabalho de campo em março com um diretor na unidade e, quando encerramos em junho, estava assumindo o terceiro gestor.

No primeiro dia de entrada na unidade fomos revistados (um procedimento de rotina) e questionados sobre o fato de portarmos um gravador, quando mostramos a autorização do chefe de segurança para entrar com o aparelho. Finalmente entramos na unidade e, como se aproximava das onze horas e era dia de paralisação nacional pela educação[36], só alguns professores estavam presentes. Devido ao horário e como não dava mais tempo para entrevistar os detentos, conversamos com a diretora da escola.

---

[36] Reportagem sobre paralisação nacional de educação em prol do cumprimento do piso salarial nacional, disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/03/paralisacao-nas-escolas-publicas-atinge-23-estados-e-o-df-diz-cnte.html. Acesso em 29/out/2014.

Era um dia muito tenso, com revistas nos pavilhões, porque, no dia anterior, haviam sido encontradas armas no telhado da igreja. Mas, apesar disso, a prisão seguia sua rotina. Tanto no momento de nossa entrada como na hora da saída, observamos muita gente fora dos pavilhões, no pátio central, onde muitos conversavam em grupos. Em cadeiras se improvisavam pequenos salões de cortes de cabelos, outros vendiam e compravam numa cantina na praça central enquanto outros, de camisa laranja (os concessionados), exerciam diferentes atividades, dirigindo-se para os pavilhões com autorizações para encaminhar os detentos para o serviço psicossocial, para o setor penal ou serviço médico da unidade etc. Foi desta forma que se deu o nosso batismo de entrada na prisão.

Um mês depois, quando a diretora foi substituída e um novo gestor assumiu a escola, a dinâmica das entrevistas com os pesquisados teve que passar por alterações. Era nosso objetivo conversar com grupos de quatro ou cinco detentos, mas o novo gestor solicitou que conversássemos com um por vez, além de mudar o local de nossas conversas que eram realizadas na secretaria da escola, em sala refrigerada e passou a acontecer no hall que fica próximo à copa da escola, ambiente bem quente. Em síntese, ele precarizou as condições da pesquisa para pesquisador e entrevistados. Essa interferência na dinâmica de coleta de dados foi mais um exemplo da capilaridade do poder e da falta de autonomia daquele que realiza uma pesquisa no universo carcerário.

O contexto da entrada na prisão e os embates das práticas de sobrevivência nortearam as questões levantadas nas entrevistas. As respostas individuais informavam-nos do vivido e da rotina dos diferentes pavilhões. Aos poucos começamos a compreender pelas respostas dos entrevistados que as situações por eles vivenciadas se repetiam em outras unidades prisionais do Estado. Não se tratavam de práticas específicas da unidade prisional pesquisada e sim de uma reprodução do que ocorre no conjunto, na totalidade do sistema prisional de Pernambuco. Entrevistamos quatro egressos do sistema penitenciário, ou ex-detentos, que, além de

confirmarem o que foi dito pelos seus pares, mais à vontade, longe da opressão do cárcere, enriqueceram as informações com mais detalhes sobre a vida cotidiana carcerária.

Utilizamos o gravador no primeiro mês e, devido às dificuldades já mencionadas, o substituímos pela utilização de um diário de campo. Nele eram anotadas algumas falas dos presos e, na saída da unidade, fazíamos as nossas anotações das observações do que tínhamos presenciado no percurso de entrada e saída.

Numa pesquisa qualitativa e de fazer delicado, aos poucos aprimoramos as perguntas para compreender melhor alguns aspectos das práticas e do jogo de poder que circula na prisão. A reflexão do que observamos no campo incitou novos questionamentos, novas perguntas e a necessidade de introduzir novos atores no universo a ser pesquisado, incluindo os familiares de presos e os ex-detentos, que são personagens tão presentes na dinâmica das relações carcerárias.

1.3 Em busca dos sujeitos da pesquisa

Vinte e quatro detentos aceitaram conversar conosco e falar um pouco sobre suas vidas, o convite para ser entrevistado era feito pelos professores. Quando em grupo, cada um dos pesquisados se apresentava e nós explicávamos em linhas gerais os objetivos da pesquisa. Foi um momento de rico aprendizado, em que eles questionaram a relação entre geografia e encarceramento, além do debate sobre este desconhecido grau de escolaridade que é o doutorado.

Junto aos detentos realizamos entrevistas semi-estruturadas e aplicamos questionários, solicitando também que eles construíssem desenhos tentando representar a sua concepção do cárcere. Por meio de entrevistas semi-estruturadas coletamos informações dos ex-detentos, que

foi o grupo mais receptivo para conversar sobre as suas experiências dentro e fora do cárcere. Enquanto, os familiares de presos prestaram depoimentos através das entrevistas breves. As suas narrativas servirão de caminho para compreender as condições do encarceramento no sistema prisional de Pernambuco.

Frequentemente, éramos aguardados por algum (a) professor (a) na frente da unidade, pois, mesmo com a autorização, nossa entrada fluía melhor se estivéssemos acompanhados por um funcionário.

Havia dias nos quais mesmo entrando com alguém que trabalhasse na unidade demorávamos um pouco para entrar, em momentos tensos nos quais estava se realizando revistas nos pavilhões. Esperando muitas vezes trinta ou quarenta minutos para conseguir entrar na prisão.

As anotações no diário de campo, realizadas assim que saímos do que observávamos no percurso do portão desde a entrada na unidade até a escola foram essenciais para nortear questionamentos a serem esclarecidos pelos próprios detentos nos momentos das entrevistas.

Reportando as nossas visitas, observamos que as práticas se repetiam na unidade, no uso de cadeiras como locais para o corte de cabelos, ou de grupos de evangélicos realizando cultos, pequenos empreendimentos que indicavam certa capitalização desenvolvida nas cantinas e pequenos negócios.

Entre abril e maio de 2013, tivemos a oportunidade de visitar algumas unidades prisionais da Região Metropolitana do Recife por meio do apoio da Pastoral carcerária[37].

---

[37] A Pastoral Carcerária desenvolve suas atividades de cunho religioso e social através das visitas que realiza ao sistema prisional de Pernambuco. Em pequenos grupos eles adentram os muros das prisões para dar um pouco de conforto psicológico, ouvi-los em suas queixas, prestar assistência jurídica e até restabelecer os laços com os familiares. Em parceria com outras instituições de direito humano cobra do Estado brasileiro mudanças no tratamento as pessoas privadas de liberdade. Mais informações sobre a instituição estão disponíveis no site:
www.carceraria.org.br/pastoral-carceraria-nos-estados# Acesso em: 08/Nov./2014.

Comparando com o que havíamos observado em nossa dissertação, notamos que as condições de sobrevivência tornaram-se ainda mais precárias, pois os antigos espaços coletivos se transformaram em pavilhões. Até um fraldário que tinha sido construído para atender os filhos dos presos nos dias de visita, agora era utilizado como isolamento, e um antigo local para cursos e eventos da unidade se transformou em pavilhão. Precarizando ainda mais as condições de vida de sobrevivência e revelando o novo momento na política de encarceramento. Confirmado na fala de um dos pesquisados: "Durmo no corredor e me alimento da boia[38], lavo as minhas roupas no dia de banho de sol e alugo barraco[39] para o encontro conjugal por vinte reais". (2012)

A espera é o local da unidade em que ocorre a triagem dos detidos, e de onde eles são enviados para os pavilhões após oito dias. Com apoio da Pastoral Carcerária visitamos este lugar no qual os detentos repassam as regras da prisão e onde se começa a vivenciar o modo de vida carcerário. É também neste setor da unidade que um pedófilo ou quem cometeu crimes sexuais, ao ser identificado, sofrerá as punições dos seus pares.

Geralmente, com mais de vinte detentos num exíguo espaço, os colchonetes jogados no chão, poucos ventiladores, paredes sujas e mofadas e ao fundo uma latrina e um chuveiro, num local sem ventilação. Uma corda servia de varal para roupas e servia também para ilustrar o jogo de poder neste local de entrada no presídio, uma das penas a que é submetido o pedófilo ou tarado será a de lavar as roupas dos que estão na espera e condensam mais poder como os grandes traficantes, assaltantes de bancos e líderes de quadrilhas.

Outra parte da unidade que visitamos foi o pavilhão de isolamento, que lembrava uma feira livre desorganizada e, em certos trechos, uma pocilga, com água escorrendo das bicas improvisadas para a lavagem das

---

[38] A alimentação oferecida nos presídios recebe a denominação de boia, principalmente as principais refeições como o almoço e o jantar.
[39] É como os detentos denominam as camas e as celas.

roupas. Travestis ganham dinheiro lavando roupas. Havia presos deitados em barracas ou no chão, outros que jogavam dominó e cartas ou conversavam nos celulares[40]. Ao lado funcionava uma igreja evangélica.

Os detentos apontaram vários problemas: como a perda de contato com a família; a má qualidade e pequena quantidade na alimentação oferecida; e não poderem dormir quando chove. Também se queixaram da lentidão da Justiça.

De forma rápida visitamos um pavilhão que na realidade era um antigo galpão no qual se realizavam cursos e eventos da unidade, agora superlotado onde, em suas paredes altas os detentos construíram celas, denominadas "urnas funerárias", onde moravam uma ou duas pessoas, porque este pavilhão lembrava um cemitério. Melhor seria estender essa noção para todo o sistema prisional, na realidade cemitério dos vivos por ser espaço da morte civil.

Esse contato permitiu uma visualização melhor da rotina carcerária, quando aproveitamos também para realizar perguntas a alguns detentos, sobre temáticas que poderiam elucidar melhor a dinâmica das relações.

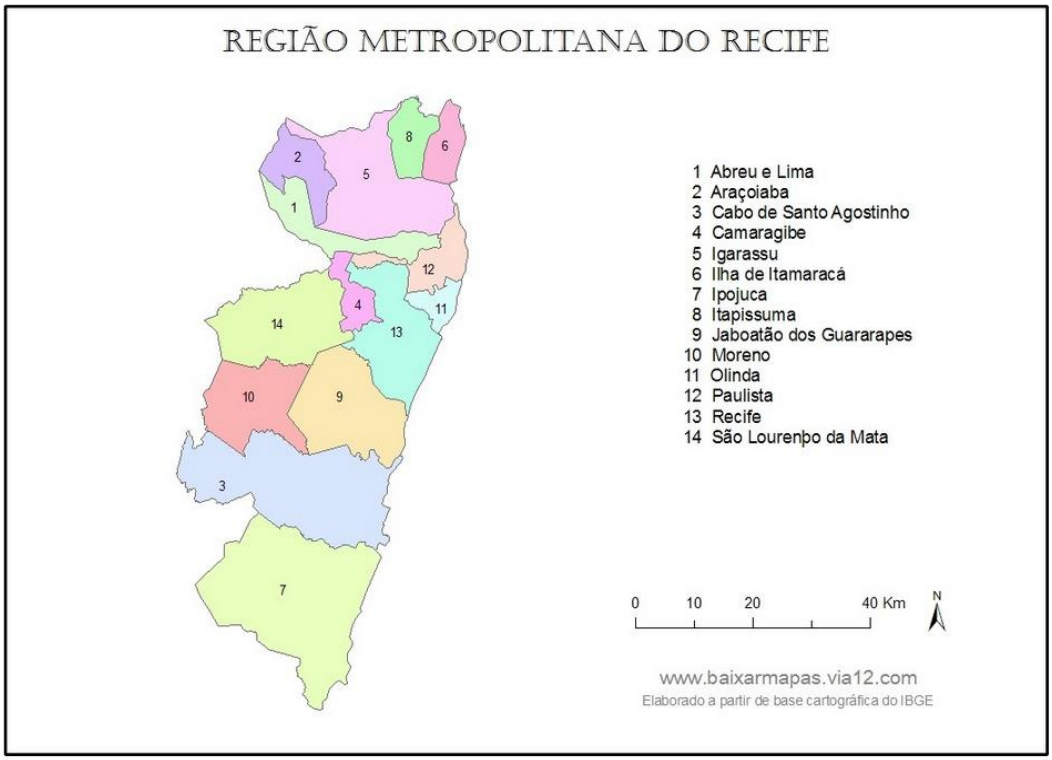
Tanto a Defensoria Pública como a Pastoral Carcerária facilitaram o contato para a conversa com os familiares de presos e durante os meses de julho a setembro de 2012 entrevistamos parentes de detentos numa sala disponibilizada para realizar as entrevistas, em uma conversa objetiva, que durava em média de vinte a quarenta minutos. Geralmente esses parentes estavam no intervalo de suas atividades laborais ou domésticas tentando resolver pendências do processo referente ao familiar detido. Ficou evidente que suas vidas cotidianas estavam impregnadas do/no cárcere.

Através da Pastoral conseguimos entrevistar um familiar de preso quando de forma mais tranquila, passamos quase duas horas conversando

[40] Através de celulares os detentos mantêm contato com seus familiares, os advogados, e comandam os negócios do crime. Poucas unidades instalaram bloqueadores de celulares.

em sua casa no bairro de Piedade, Jaboatão dos Guararapes, uma das cidades da Região Metropolitana de Recife.

A Região Metropolitana de Recife[41] (RMR), é formada por 14 cidades conforme podemos visualizar no **MAPA 1**:



MAPA 1 – Mapa da Região Metropolitana de Recife. Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do IBGE[42].

Gostaríamos de registrar que essa pessoa repassou dois contatos de parentes seus que também tinham membros do grupo familiar detidos. Combinamos uma data, mas logo depois eles desmarcaram, numa evidência do medo em expor seus embates no cárcere. E houve o caso de um detento que repassou o número de contato de sua mãe. Também conversamos e foi agendada uma data. Mas, no momento que seguíamos

[41] A Região Metropolitana de Recife e formada por 14 municípios, com uma população total de 3.859.445 habitantes, e o maior conglomerado urbano do Nordeste. Estimativa do IBGE/2014.
[42] Adaptação do Mapa elaborado pelo IBGE. Disponível em: http://www.baixamapas.via12.com acesso em 01/nov./2014.

em direção à sua casa, ela nos ligou desmarcando o encontro e colocando dificuldades para nos encontrarmos.

Foi fundamental o apoio da Defensoria Pública de Pernambuco, que em uma de suas unidades no centro de Recife serviu como local de encontro com vários parentes de presos, em sua grande maioria as mães e esposas, figuras bem presentes na dinâmica prisional. Tais encontros, mesmo que breves, permitiram a realização de entrevistas e nos forneceram informações significativas.

Como exemplo da riqueza contida nas conversas com os parentes de pessoas detidas, pode-se destacar a fala de uma mãe pontuando as mudanças provocadas em sua vida cotidiana com a prisão de seu filho. Pois segundo ela:

> Mudou muita coisa, pois vivo em função dele. Vivemos em função do dia da visita, o que vamos comprar e levar. O dia da visita é exaustivo e faz oito dias que fui roubada na entrada, na revista das bolsas, levaram minha identidade e fiz um boletim de ocorrência. Muito difícil, é tudo muito desorganizado, temos que levar de comida a material de limpeza. Como ele está trabalhando, não levo feira, pois ele agora come uma comida melhor, mas levo sabonete, desodorante. Depois que ele voltou, que ele fugiu, vou de 15 em 15 dias, nunca deixo de ir. O preço é caro para dormir na cela, no barraco que é pago e o preço varia entre trezentos ou quatrocentos reais. (Dolores, 2013)

O contato com os ex-detentos contou com o apoio de várias instituições como a Pastoral, e o Patronato Penitenciário[43] e também o golpe de sorte, que nos proporcionou o encontro casual com Ex-detentos.

---

[43] A lei De Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, definia entre as principais atribuições do Patronato a assistência aos albergados e egressos do sistema penitenciário. Mas, só com a Lei Ordinária Nº 643/2011 se instituiu o Patronato em Pernambuco. Utilizamos o Patronato para entrevistar dois ex-prisioneiros.
BRASIL, Lei de execução penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis.17210htm Acesso em: 02/nov./2014.

A nossa primeira entrevista ocorreu numa tarde de um dia de semana em um bar no centro de Recife. O pesquisado morava numa pensão e, apesar de estar "livre" há quase três anos, não conseguiu reatar os laços familiares e assim relata a sua vida pós-cárcere:

> Vivo de biscate, pois de carteira assinada ninguém quer, faço cartões e distribuo com meu telefone. E recebo dinheiro e ajudo meus filhos. A prisão significou o fim da minha vida, perdi tudo, as portas não são abertas depois que saí da prisão. (Chicão, 2012)

Um dos entrevistados tinha estudado na escola que funciona no Presídio Aníbal Bruno. Em 2009 nos encontramos por acaso num pequeno restaurante no centro de Recife e o reencontramos novamente, agora como proprietário de um pequeno ponto comercial também num bairro central da capital. Ao conversarmos, falamos da pesquisa e do interesse em entrevistá-lo, que, de pronto, ele aceitou e combinamos de nos encontrarmos num domingo no próprio estabelecimento comercial, que, segundo ele, seria um dia mais calmo em que poderia nos atender melhor. O mesmo revelou suas angústias, sua luta dentro da prisão e de forma indireta revelou como se impôs através da força física para suportar aquele lugar. E na sua fala mostrou a importância da visita para quem se encontra atrás das grades salientando que:

> A visita é muito importante, é sagrada, é quem faz a movimentação do comércio, pode ser quem for, seja uma prostituta ou um ladrão. A visita tem que ser prioridade. A visita lá é considerada de alto nível. (Apolo, 2013)

Duas entrevistas com os ex-detentos se efetivaram no Patronato Penitenciário, que se localiza nas dependências de um prédio que até os anos noventa funcionava como hotel na área central de Recife. Foi fundamental o apoio dos psicólogos / assistentes sociais que sempre colocaram à nossa disposição uma sala para conversarmos com os pesquisados.

Os encontros e as entrevistas (principalmente junto aos presos e Ex-detentos) proporcionaram momentos de um aprendizado recíproco tanto para o pesquisador como para os pesquisados. Logo que nos apresentávamos e socializávamos os objetivos da pesquisa, eles problematizavam/questionavam a relação entre prisão e geografia, e associavam o cárcere com as ciências jurídicas tendo como referenciais os juízes e advogados. Também solicitavam mais informação sobre o doutorado, que relacionavam com a figura do médico. Aproveitamos a oportunidade para situarmos à geografia como uma ciência que reflete sobre a prisão.

Enquanto isso, eles nos ensinavam por meio dos relatos e falas e de muita emoção como suas trajetórias estavam marcadas pelo encarceramento. Agora eis a prisão segundo os presos, seus familiares e também pelos que já passaram e viveram a realidade prisional por dentro e que fora enfrentam o estigma como muros invisíveis da prisão.

Reconheço o cárcere sob todas as suas formas: sob a forma humana assim como sua forma de grade ou de ferrolho. Esse muro é prisão de pedra; essa porta é prisão de madeira; esses carcereiros são prisão de carne e osso. A prisão é uma espécie de ser horribilíssimo, completo, indivisível, metade edifício, metade ser humano.

Vitor Hugo – O último dia de um condenado, 2002

2 A PRISÃO COMO UMA DAS GRAFIAS DO PODER: NA ESPACIALIZAÇÃO DA MODERNIDADE

Para compreendermos melhor os mecanismos que permitem a espacialização da prisão e de uma vida cotidiana carcerária para além de seus muros é fundamental contextualizar historicamente os processos constituintes da pena prisão no mundo ocidental e as especificidades de como esta forma de pena, símbolo do liberalismo, se instituiu no Brasil.

2.1 A função da pena prisão na sociedade capitalista

Iniciamos a análise do período em tela a partir da contribuição significativa de Rusche e Kirchheimer (2004) associam base econômica e sistema de punição numa leitura marxista ao correlacionar sistema de punição e momento histórico. Segundo eles, "somente um desenvolvimento específico das forças produtivas permite a introdução ou rejeição de penalidades correspondentes"[44].

No processo de estruturação do capital, ele começa a destituir as populações dos seus meios de produção de sobrevivência, restando às classes populares apenas a sua força de trabalho que se transforma em mercadoria a ser vendida no mercado. Desta forma, no esteio do processo de implementação da lógica capitalista de produzir, ocorre o empobrecimento de grande parcela da população que perde seus meios de subsistência.

E, esse processo de transição para a moderna sociedade é acompanhado de mudanças no âmbito jurídico-penal, período de

[44] Ibid., p. 21

constituição das casas de correção que se disseminam da Holanda para Alemanha e Inglaterra, como espaços no qual coexistiam instituição penal e oficinas de trabalho, "onde os mais resistentes eram forçados a forjar seu cotidiano de acordo com as necessidades da indústria"[45]. Sua população alvo foram os mendigos aptos, os vagabundos, os desempregados, as viúvas, as prostitutas e ladrões, logo depois, passam a ser aceitas as crianças "rebeldes".

Estava em processo a institucionalização de uma nova ordem, uma nova regulação econômica, política, social e espacial. Um processo que em alguns países como a Inglaterra alcançava primeiro o meio rural, numa forma de produzir que despovoava o campo e criava um fluxo migratório forçado de grandes contingentes populacionais para as cidades.

Esta nova forma de acumular riqueza colocava na agenda política uma nova gestão da população empobrecida e, assim, a classe dominante emergente instituía novos mecanismos de subordinação e aceitação das desigualdades impostas. A pena prisão será um dos instrumentos utilizados pela burguesia e pelo Estado para corrigir, controlar e marcar os que não se adaptavam ao novo modelo social, econômico, cultural e político.

À filosofia cabia o papel de construir um arcabouço teórico que subsidiaria o jurídico com argumentos para justificar a pena prisão como o modelo mais adequado para os interesses da emergente sociedade. Assim, se tecem críticas a formas de punição vigentes que perderam significado como as casas de correção, principal forma de condenação que acolhiam loucos, velhos, órfãos e condenados e onde "não havia qualquer critério definido para fixar a duração da pena"[46]. Todo aparato jurídico tinha que estar alinhado. Desta forma:

> (...) As classes subalternas raramente podiam desfrutar da máscara judicial complicada criada pela lei tanto para elas

[45] Ibid., p. 69
[46] Ibid., p. 109

> quanto para os ricos, por não disporem do saber ou dos recursos econômicos necessários[47] (...).

A reforma penal numa proposta de pena prisão atingiu o debate político no seio da burguesia que lutava por poder político e tentava legalizar e garantir a sua segurança e a defesa da propriedade privada. Havia uma correlação entre a defesa de seu patrimônio material e a administração das penas que serviam também para controlar e regular melhor a nova forma de produzir e de punir.

Frisa-nos, Beccaria[48] (2001):

> Com leis penais executadas à letra, cada cidadão pode calcular exatamente os inconvenientes de uma ação reprovável; e isso é útil, porque tal conhecimento poderá desviá-lo do crime. Gozará com segurança de sua liberdade e dos seus bens; e isso é justo, porque é esse o fim da reunião dos homens em sociedade[49].

Assim sendo, Beccaria pontua a necessidade da universalização das leis para um controle maior dos instintos da população, servindo também para a proteção dos bens, objetivo central do convívio em sociedade.

Beccaria (2001), introduz a filosofia iluminista na legislação penal ao defender que a razão e a objetividade presentes nas leis conferem às mesmas uma natureza geral, abstrata. O referido autor defende o monopólio do Estado na consecução e condução do código que, constituindo um arcabouço geral poderá definir as penalidades e servir também como um controle sobre os instintos humanos. Assim, a certeza da punição poderá prevenir uma ação perversa.

---

[47] Ibid., p. 117
[48] BECCARIA, Cesari, Marchesi di. Dos delitos e as penas. ed.14. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
[49] Ibid., p. 31

As regras da convivência em sociedade exigem um controle por parte da população, onde cada um individualmente cede parte de sua liberdade. Pois:

> O conjunto de todas as pequenas liberdades é o fundamento do direito de punir. Todo exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça; é um poder de fato e não de direito; é uma usurpação e não mais um poder legítimo[50].

Segundo o autor em tela, a pena deveria ser determinada pelo crime, justificando o pensamento liberal de "igualdade". Mesmo que apregoasse a necessidade da objetividade da lei, pontuou que a fiança seria a forma mais indicada como punição para alguns delitos como a fraude comercial, o contrabando e a sonegação de impostos. Crimes típicos das elites.

2.2 Da descoberta do corpo a nova forma de produção do espaço.

Aponta-nos Foucault (2000) que foi essa acumulação de riquezas e de população engendrada pela nova forma de produzir que introduziram na agenda política as reflexões do Bentham sobre a utilização mais racional do espaço (físico/material) através do panoptismo. Técnica de uso do suporte físico e material do espaço funcionou como uma estratégia para a gestão do grande contingente populacional que, de um lado servia aos interesses do capital, como fonte de mão de obra barata, mas também inquietava e incomodava os interesses do capital, que temiam possíveis saques, revoltas e uma futura revolução.

[50] Ibid., pp. 26-27

O capital montava seus aparelhos de produção e (re)produção como as máquinas industriais, que exigiam uma ação repetitiva e um adestramento para que, por exemplo, os camponeses se transformassem em operários. O panoptismo vai se inserir como um dos instrumentos de dominação e alienação objetivando comportamentos submissos.

É claro que, no esteio da riqueza criada, havia possibilidades de saques e roubos. Daí os investimentos em instituições que em seus discursos justificassem as desigualdades geradas pela nova forma econômica.

Segundo o autor em tela o uso do espaço por meio das diferentes instituições não se limitava a simplesmente confinar e sim a contribuir para formar determinado sujeito, ao incitar comportamentos voltados para produção e reprodução dessa sociedade que emergia.

Para Foucault (2000) o panóptico:

> É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição de centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado[51].

Em sua análise há toda uma argumentação teórica sobre o poder, na realidade sobre a mecânica (a física) do poder, que, de forma capilar, invade e molda os corpos dos indivíduos, atingindo seus gestos e atitudes em ações só de forma aparentemente despretensiosa, mas condensadas de poder. Os

[51] Ibid., p. 170

discursos e práticas de diferentes instituições se entrecruzaram para constituir e instituir o sistema capitalista na Europa por meio de um novo tipo de relação e de produção entre sociedade e natureza.

Aponta-nos Foucault (2000) as "disciplinas" como a relação entre localização dos corpos no espaço físico/material que:

> (...) fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e reduzem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada[52].

Com relação à prisão, nosso objeto de pesquisa, interessa-nos quando ele aponta o momento de sua institucionalização entre os séculos XVII e XIX:

> (...) Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado; mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz 'igual', um aparelho judiciário que se pretende 'autônomo', mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, 'pena das sociedades civilizadas[53].

Mais a diante Foucault (2000) ressalta que:

---

[52] Ibid., p. 119
[53] Ibid., p. 195

> (...) A prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma 'detenção legal' encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal[54] (...).

Pois:

> Leva a mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total[55].

Foucault analisa o panóptico como local de referência para a ação institucional na formação dos sujeitos, sua preocupação central não era o espaço, embora estivesse tratando do mesmo, considerando-o como um fixo, imóvel em decorrência da materialização destas mesmas instituições. Não há como fazer uma análise crítica sobre a prisão sem considerar o pensamento de Foucault, mesmo com ressalvas no que diz respeito à sua concepção de espaço.

Pois os espaços só aparentemente são fixos e sem movimento, na realidade constituem locais de relações, são pontos ou nós de circulação e materialização do poder. Marx[56] (1987) ao analisar a produção capitalista pontua os embates entre o capital e o trabalho desnudando o conflito de interesses entre a burguesia e os trabalhadores, que organizados transformam o pátio da fábrica em local de luta[57].

---

[54] Ibid., p. 196
[55] Ibid., p. 199
[56] MARX, Karl. O capital vol. I. Ed.11. São Paulo: Editora Beltrand Brasil – DIFEL, 1987.
[57] MARX, 1987, p. 315 et seq.

Os embates dados nos diferentes fixos ou móveis expressam relações e revelam-nos contradições. Uma unidade fabril tanto disciplina e adestra a mão de obra na produção da mercadoria, como também se torna um campo de lutas que comporta um processo de formação de classe com interesses opostos e antagônicos à exploração capitalista, onde greves, operações tartarugas e até manifestações como a quebra de máquinas apontam para a rebeldia e não aceitação ao tido como norma ou regra. Tal processo revela a complexidade humana e a resistência ao totalitarismo que o sistema quer submeter.

Marx (1987a) analisou como o capital utilizou estratégias para se tornar hegemônico e como a fábrica se tornou palco de inúmeros conflitos a partir dos diferentes interesses e contradições entre a lógica capitalista de produzir e a resistência da classe trabalhadora a esse processo de exploração.

A nova organização social baseada na concentração dos meios de produção na unidade fabril permitiu a constituição de uma habilidade média por parte da classe trabalhadora no manuseio dos equipamentos e máquinas[58], mudando a natureza social do trabalho ao eliminar as individualidades e permitindo a abstração social do trabalho. Marx (1987b), ao tratar do processo de produção ampliada e acumulação do capital, ressalta que o fundamento lógico da relação é a exploração da classe operária. Ele caracteriza o capitalismo como um:

> (...) modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão de valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades do desenvolvimento humano[59].

[58] Ibid., p. 35
[59] MARX, Karl. O capital vol.II. ed.11. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 722.

O capital se amplia a partir da riqueza produzida pelos trabalhadores por meio da apropriação de parte do trabalho não pago, a mais-valia. Os baixos salários garantirão uma mão de obra mais cativa e dependente, só conseguindo se reproduzir.

O desenvolvimento das forças produtivas causa e efeito da nova forma de produzir, é também um dos fundamentos para a ampliação dos lucros e a reprodução do sistema. Este desenvolvimento das forças produtivas está diretamente relacionado às mudanças organizacionais observadas na produção que passa a se realizar em grande escala e com o aprofundamento da divisão e combinação do trabalho no interior das unidades fabris[60].

Realizamos este preâmbulo com as ideias originais de Marx (1987b) para reforçar a compreensão das mudanças econômicas em curso entre os séculos XVII e XIX. Mudanças que provocaram um novo arranjo social e espacial a partir da concentração e centralização de capital e força de trabalho. É dentro desse contexto de transformações econômicas, sociais e políticas que a prisão irá se inserir também como um dos meios, instrumentos ou objetos de regulação sobre as classes trabalhadoras.

A concentração provocada pelo capital atrai e concentra uma população que servirá de mão de obra, engendrando um exército de reserva de força de trabalho que servirá para pressionar o valor dos salários para baixo e assim garantir os lucros dos capitalistas.

Marx (1987b) apresenta-nos os momentos históricos nos quais foi criado um conjunto de leis que forçavam o trabalho assalariado. Por exemplo, na França do século dezoito um conjunto de leis contra a vagabundagem das classes populares: "Ainda no reinado de Luiz XVI, pela ordenança de 13 de julho de 1777, todo homem válido de 16 a 60 anos,

[60] Ibid., p. 725

sem meios de existência e sem exercer uma profissão, devia ser mandado para as galés”[61].

Esse código legislativo punitivo direcionado para quem não aceitasse as novas condições de trabalho tornou a prisão o duplo da fábrica e, como um espelho invertido, transformou a figura do delinquente no duplo do trabalhador. O discurso moral de valorização do trabalho elaborado ao longo do século XIX contribuiu para separar quem aceita as condições impostas pelas novas formas de produção e se transforma em trabalhador dos que não concordam e são tachados de “rebeldes”.

Quais as ilegalidades toleradas ou reprimidas no sistema capitalista? Foucault observa historicamente como cada categoria social no Antigo Regime possuía sua margem de ilegalidades, onde cada grupo ou categoria social usufruía determinadas vantagens (FOUCAULT, 2000).

> (...) Daí uma ambiguidade nas atitudes populares: por um lado o criminoso – principalmente quando se tratava de um contrabandista ou de um camponês perseguido pelas extorsões de um senhor – gozava de uma valorização espontânea; reencontrava-se, em suas violências, o fio das velhas lutas, mas, por outro lado, aquele que ao abrigo de uma ilegalidade aceita pela população cometia crimes à custa desta, o mendigo ou vagabundo que roubava ou assassinava, tornava-se facilmente objeto de um ódio particular[62](...).

Para o meio rural ele apontou a seguinte mudança em relação às ilegalidades a partir da transformação da terra em mercadoria e propriedade privada:

> (...) A passagem a uma agricultura intensiva, exerce sobre os direitos de uso, sobre as tolerâncias, sobre as pequenas ilegalidades aceitas, uma pressão cada vez mais cerrada.

[61] Ibid., p. 854
[62] Ibid., p. 71

> Além do mais, adquirida em parte pela burguesia, despojada dos encargos feudais que sobre ela pesavam, a propriedade da terra tornou-se uma propriedade absoluta: todas as tolerâncias que o campesinato adquirira ou conservara (abandono) de antigas obrigações ou consolidação de práticas irregulares: direito de pasto, de recolher lenha, etc. são agora perseguidas pelos novos proprietários que lhes dão a posição de infração pura e simples provocando dessa forma, na população, uma série de reações em cadeia, cada vez mais ilegais, ou, se quisermos cada vez mais criminosas: quebra de cercas, roubo ou massacre de gado, incêndios, violências, assassinatos. A ilegalidade dos direitos, que muitas vezes assegurava a sobrevivência dos mais despojados, tende, com o novo estatuto da propriedade, a tornar-se uma ilegalidade de bens. Será, então, necessário puni-la[63].

Mas, o marco divisório entre as ilegalidades na modernidade se dá a partir da separação entre as ilegalidades de bens, próprias das classes populares e as relativas ao campo do direito, características das classes mais favorecidas em suas práticas de burlar as regras e leis estabelecidas. Foucault(2000) identifica uma divisão no judiciário, uma vez que para os atos ilícitos contra o patrimônio se institui um tribunal mais severo e punitivo enquanto nos tribunais especiais se dá as tramas em acordos, transações e algumas vezes multas, para os que se locupletam burlando as leis[64].

No processo de consolidação da lógica capitalista, a sociedade se torna menos condescendente com as ilegalidades contra o patrimônio. Assim "(...) um sistema penal deve ser concebido como um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las a todas"[65].

Interessante à observação de Lefebvre[66] na obra Presença e ausência (2006,) ao pontuar o papel da ideologia presente nas representações que justificam e garantem a submissão por meio do

---

[63] Ibid., p. 72
[64] Ibid., p. 74
[65] Ibid., p. 75
[66] LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006, p. 50.

trabalho. Assim: "(...) ¿Antes de Smith, Hegel y Marx, El trabajo no tenía ningún nombre? La religión, en Occidente, lo llamaba 'pena', 'castigo del pecado' (…).

O trabalho era considerado uma punição, o seu conceito e a ética correspondente se constituem no esteio da consolidação do sistema capitalista. Esta mudança na concepção e enfoque da atividade laboral provocou o recorte no seio das classes populares, separando o trabalhador do delinquente. Processo que se iniciou em fins do século XVII, quando os crimes contra a propriedade começavam a superar os delitos mais violentos, como os homicídios e as agressões físicas. Foucault ressalta que no século XVIII se inicia uma profissionalização do 'malfeitor', as pessoas já não agem mais por impulso, ou cólera.

A burguesia constrói um arcabouço moral onde a aceitação do trabalho será um divisor entre quem se submete ou rejeita as condições do trabalho. Assim sendo, salienta Foucault (2004):

> A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-os trabalhar, como proteger essa riqueza? Evidentemente por uma formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX[67].

A ética de valorização do trabalho irá se inserir em várias instâncias da sociedade como a família, escola e a igreja que retroalimentarão os discursos de reconhecimento da atividade laboral como o bem mais importante.

[67] Ibid., pp. 132-133

Foucault (2000) reconhece as limitações de um poder totalizador exercido dentro das prisões e ressalta suas ambiguidades. Todo o seu funcionamento, amparado em abusos e corrupção, fomenta práticas de solidariedade entre os detentos, que se distanciam cada vez mais da grande sociedade, considerada como injusta e desigual[68]. O sentimento de não pertencimento à sociedade reforça as relações laterais, horizontais, mesmo que em local fechado e isolado, e não impede que, por meio do uso de códigos, se agendem encontros e contatos ao sair da prisão.

Como esse objeto/instrumento de intervenção social irá se instituir no Brasil? Quais as semelhanças e diferenças com relação ao projeto original?

2.3 Do cativeiro para o cárcere: a pena prisão no Brasil

No Brasil de meados do século XIX o discurso iluminista sobre a pena prisão será filtrado pelos interesses dos senhores de terras e de escravos, numa sociedade fundamentada na grande propriedade agrícola e pautada em relações sociais baseadas na opressão e nos castigos físicos. Solazzi (2007), em sua obra ressalta o recorte racista do sistema punitivo no Brasil oitocentista, período de transição na forma do trabalho de escravo para assalariado e de reestruturação do Estado tendo como meta o monopólio da violência, para o que organiza as forças policiais com o objetivo de vigiar os novos segmentos considerados perigosos. Assim:

> Nos primeiros anos da independência, assinalavam-se estratégias e formas de vigilância e atenção políticas e policiais que tinham como alvo fundamental, africanos e seus descendentes, escravos ou libertos, vadios e/ou mendigos[69].

[68] Ibid., pp. 222-223
[69] Ibid., p. 107

De forma branda a pena prisão vai se inserindo como modelo de punição, ainda associada a outras formas punitivas. Pois a independência política de Portugal não foi acompanhada da libertação dos escravos, que continuaram sujeitos aos castigos dos senhores.

Na realidade só na última década do século dezenove com o Código Criminal de 1890, de teor republicano, que a prisão vai se inserir de maneira contundente como paradigma de punição se sobrepondo às demais formas punitivas. A pena prisão se apresenta como substituto do castigo depois de constatada a inviabilidade do trabalho escravo pela nova forma de produção, enquanto a liberdade e o direito ao ócio se apresentam como um privilégio.

Para compreendermos melhor o sentido da punição e dos embates sobre o panóptico no Brasil, reportamos às ideias de Andrei Koerner (2006), no artigo analisa as práticas jurídicas da época, correlacionando forma de punição e sociedade escravista e mostrando também o paradoxo de se instituir a pena prisão com seu discurso ressocializador numa sociedade escravocrata. Como conciliar práticas jurídicas modernas estatais com a disciplina escravista doméstica?

Assim, aponta Koerner, há uma contradição entre a ordem jurídica liberal e a ordem social escravista, resultado de uma sociedade de forte, extrema e violenta desigualdade social que apresentava diferença entre práticas punitivas estatais e domésticas exercida pelo grande proprietário.

O autor observa que, após a independência de Portugal, foi promulgado o Código Criminal de 1830[70], que institui as seguintes penas: condenação à morte, à prisão simples de trabalho, às galés, ao degredo, ao banimento, ao desterro, às multas e possibilidades de suspensão ou perda do emprego público[71]. Até a independência, as câmaras dos municípios

[70] As Ordenanças Filipinas ou Código Filipino resultou de uma reforma no Código Manuelino realizada por Felipe II da Espanha e constituiu a base do direito português, bem presente no direito brasileiro no Século XIX. Expressava o absolutismo e a sociedade católica e patriarcal.
[71] Ibid., p. 208

eram responsáveis pelas cadeias, que funcionavam no prédio da câmara e serviam de "(...) depósito de pessoas, sem segurança contrafugas nem condições de higiene (...)"[72]. Nelas eram recolhidas as pessoas livres condenadas, os escravos ou negros suspeitos de fuga, os vadios, os loucos, os índios, as prostitutas, os bêbados e outros mais. Era um espaço de controle e exclusão de segmentos das classes populares. Assim, continuávamos no período do martírio, no trabalho com a escravidão e, claro, na punição com "direito" a açoites, galés, deportação, desterro e pena de morte.

Koerner fala sobre várias práticas internas e externas à Casa de Correção que reforçam a inviabilidade do panóptico na sociedade brasileira da época que em seu interior reproduzia a estrutura de classe e cor. A polícia prendia muitas pessoas por "vadiagem", ela criminalizava os "suspeitos", exercendo uma vigilância na rua contra "os indivíduos não localizáveis"[73]. Os presos trabalhavam em obras públicas como construção de vias, transporte de água e de dejetos, eram aproveitados como força de trabalho e contribuíram para a acumulação do capital do Estado.

Após vislumbrarmos o quadro nacional, procuramos deslindar como se instituiu a prisão e o controle sobre as classes populares em Pernambuco e Recife. Uma província e cidade marcada pela opressão e pelo trabalho escravo que engendraram fortes desigualdades a partir do poder que emanava dos senhores de engenhos e da elite conservadora instalada em Recife.

MAIA (2001) investiga como se deu o controle das classes populares no centro de Recife, que passava na época por um processo de transição para o trabalho assalariado e programava políticas de disciplinamento da população. Ela observa que no século XIX o Brasil passava por transformações tecnológicas e ideológicas onde os ventos liberais sopravam no continente americano. O Estado, em seu esforço para monopolizar a

[72] Ibid., p. 209
[73] Ibid., p. 219

violência, buscou ordenar o uso do espaço público e, neste sentido, a polícia se inseria como instrumento do Estado para controlar o cotidiano[74].

As ideias europeias sofriam uma filtragem em terras brasileiras e as elites emergentes tinham um projeto modernizador com objetivo de transferir para o Estado o monopólio da violência. Salienta também que a polícia foi um dos instrumentos utilizados na proteção da propriedade e no controle da população urbana.

Para consolidar o assalariamento em uma sociedade que discriminava quem se sujeitava ao labor (que aludia ao castigo), toda uma ideologia é construída para a valorização do trabalho e é sustentada a partir de um aparato repressor voltado para uma nova moralidade fundamental para o funcionamento do novo sistema produtivo. Para isso:

> (...) Era o caso de reeducar o liberto e os homens livres pobres numa nova visão do que deveria ser o novo trabalhador não mais compelido compulsoriamente ao trabalho: ordeiro, eficiente e sem vícios que os afastassem de suas obrigações[75] (...).

Um instrumento importante identificado por Maia (2001) foram ás posturas municipais, que eram leis que normatizavam o uso do espaço público na cidade, identificando também mais dois instrumentos, as forças paramilitares e as instituições carcerárias. Estas regras tinham como objetivo cercear a cultura popular e moldar o cotidiano, por meio do "controle de casas de comércio e jogos", "controle de circulação de pessoas", "controle das festas populares" e "moralidade pública"[76].

As posturas municipais de Recife proibiam os ajuntamentos de pessoas nas tabernas à noite. Na capital pernambucana às nove da noite

---

[74] Ibid., p. 19
[75] Ibid., p. 22
[76] Ibid., p. 24

era dado toque de recolher para os escravos, quem fosse encontrado nesse horário nas vias seria enviado para a Casa de Detenção[77].

As ordens municipais tentavam impedir o uso de armas pela população, controlar as festas populares, com objetivo de "civilizar" o Recife. E, para modernizar a cidade, toda uma política sanitária foi colocada em prática proibindo o comércio de rua. Enquanto isso, os cortiços e mocambos eram vistos como ameaças em função da promiscuidade e da aglomeração nociva.

Maia (2001) observa que os pobres começam a sofrer uma política de assujeitamento através da ação das colônias de correção e penitenciária e do próprio Hospital Pedro II, que acolhia os mendigos e vagabundos[78].

Construída entre 1850 e 1867, a Casa de Detenção de Recife se insere nessa política de higienização e controle das classes dominadas, sejam escravos, ex-escravos ou trabalhadores "livres". Albuquerque Neto[79] *(*2008) observa que a prisão seguiu o modelo benthamiano, com a forma de cruz, mas sem celas individuais, o que comprometia a lógica panóptica de isolamento e observação.

O projeto e construção da casa de detenção se deu a partir da reforma prisional proposta no Código Criminal de 1830, quando o Brasil tentava se inserir no mundo moderno, mas de forma peculiar em função de sua economia de base escravista. A prisão se volta para as populações pobres livres. No conjunto do disciplinamento e ordenamento, principalmente da população urbana, a elite recifense vai além de ordenar o uso dos espaços públicos, com as posturas procura dotar a cidade com objetos voltados para o controle da população.

---

[77] Ibid., p. 34
[78] MAIA, 2001, p. 67 et seq.
[79] ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874). Dissertação de mestrado em História, Recife: UFPE, 2008, p. 71.

2.4 A Gênese da rotina

As condições precárias no encarceramento desvelam e desconstroem os discursos oficiais sobre o aprisionamento. O seu caráter de exclusão e estigmatização estabelecem no interior das unidades prisionais uma disputa por poder que aglutina diferentes grupos de interesses ligando a prisão ao seu entorno sócio-espacial mais amplo.

Para Henri Lefebvre (1991) pode servir como uma mediação para compreendermos melhor a própria sociedade. Pois:

> (...) Não existem mais fatos sociais ou humanos sem ligação (conceitual, ideológica ou teórica) do que grupos sociais que não estejam reunidos por relações num conjunto (...). Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a 'sociedade'[80].

Ressaltando que: "(...) não há um sistema único, absoluto, privilegiado, mas subsistemas; entre eles, rachaduras, buracos, lacunas[81] (...)".

O sistema prisional se caracteriza por rachaduras e fendas institucionais que estabelece uma cultura carcerária envolvendo interesses de grupos de detentos e administração prisional. Assim presos e seus familiares promovem práticas espaciais que dão ritmo a uma dinâmica prisional que cria a vida cotidiana. A luta pela normalidade cria uma rotina, molda suas relações em um ritmo que aproxima cada vez mais as suas vidas de uma vida cotidiana.

---

[80] Ibid., p. 35
[81] Ibid., p. 200

Assim, forma-se dentro das unidades prisionais uma imagem refratária da sociedade. Com uma carga de opressão e terror bem mais intensa do que a vivida fora de seus muros. A vida cotidiana carcerária dos detentos representa um momento importante do tempo vivido por seus familiares. Esse conjunto complexo de relações vividas no sistema prisional de Pernambuco em suas superposições apresenta-se com um momento da própria sociedade.

Lefebvre (2000) aponta caminhos que podem nos ajudar a observar com maior acuidade as complexas relações encontradas no sistema carcerário. Ressalta que, numa análise crítica do espaço, devemos ir além da materialidade, compreendendo-o como uma produção, um conjunto complexo de relações em movimento. Para ele: "Resta compreender o que produz os diversos movimentos, ritmos, frequências, o que os entrelaça e mantém a hierarquia precária de grandes e pequenos, de estratégias e táticas, de redes e lugares"[82].

Essa superposição de relações que dão movimento ao carcerário que se ilumina de cores, ao que só aparentemente se constitui como um espectro sem vida. O conjunto de relações engendra uma produção constituída a partir dos pequenos poderes que ora pode simplesmente melhorar as condições de existência nas celas e pavilhões, ora permite a acumulação de um capital.

A produção no interior das unidades, a constituição da rotina carcerária, a luta contra a opressão por meio da apropriação e uso das celas e do pavimento dos pavilhões, em um jogo que faz circular o poder, marcam determinados locais em uma espacialização do vivido, uma das expressões capilares da circulação do poder. Foucault (2004) adverte sobre as várias formas de exercício de poder que se articula com o Estado e dão sustentação a ele, observando as práticas e as relações de dominação, que

[82] Ibid., p. 27

não podem ser associadas apenas à repressão, mas como um mecanismo que movimenta a sociedade. Por isso:

> Deve-se fazer uma análise ascendente dos poderes; a partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar se esses mesmos mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc. (p.184).

O estudo de Marcelo Lopes (1996) sobre as tensas relações provocadas pelo narcotráfico no Rio de Janeiro e o exame minucioso das nuances que encerram o poder, com base no que nos indica Foucault (2004), poderão contribuir para a tarefa de compreender melhor os processos que fomentam os novos arranjos produzidos pelos detentos no interior do cárcere. Referências que também nos ajudarão a refletir sobre novas formas de uso e apropriação das celas e pavilhões e, porque não, de uma nova produção do espaço.

2.5 A política do grande encarceramento no Brasil

No século dezenove se discutia sobre a necessidade de se instituir a pena prisão no Brasil, o que daria uma imagem positiva do país, alinhando-se aos países modernos da época, hoje, o encarceramento em massa, pautado pelos Estados Unidos atual potência militar-industrial, representa uma nova forma de alinhamento, agora não mais apoiada num discurso ressocializador, pois, num mundo sem perspectivas de trabalho, cabe apenas isolar e excluir os novos indesejáveis.

Essa mudança de abordagem que tem como eixo o grande encarceramento[83] e a rediscussão do papel do aprisionamento na transição do século XX para XXI pode ser compreendida a partir da obra de Wacquant[84] (2001). Nela, o autor nos mostra a mudança na forma de atuação do Estado, primeiro nos Estados Unidos, que diminuíram sua ação social/previdenciária e começa a intensificar o seu lado policial/penal, contribuindo para uma maior segregação, aumento da criminalidade e do desemprego sobre as populações mais carentes. Esse desmonte social do Estado representou um retrocesso, pois nos anos setenta previa-se até o fim do aprisionamento.

Sem tardança, os Estados Unidos começaram a exportar essa proposta para outros países, particularmente, para o continente latino-americano, que facilmente assimilou o modelo. Essa parte da América com forte tradição em desrespeito aos direitos humanos e civis absorveu com maestria a interface policial/penal como novo paradigma de segurança pública. Como bem nos lembra Vera Telles[85] (2006), nunca houve "Estado de Bem-Estar" no Brasil e sim uma sociedade que une arcaico e moderno. O depoimento de um detento corrobora com o argumento da socióloga:

> Só trabalhei uma vez com carteira assinada e várias vezes como clandestino. O tráfico dá mais dinheiro e poder do que o trabalho e já exerci a função de cortador de cana em Vitória de Santo Antão e como flanelinha em Cavaleiro (Paulo, 2012).

A política do grande encarceramento em curso no Brasil foi se constituindo nos anos noventa do século passado por meio de um maior endurecimento penal que teve como marco a Lei dos crimes hediondos, Lei

---

[84] WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: George Zahar Ed., 2001.
[85] TELLES, V. S. Debates: a cidade como questão. In:_____. CABANES, R. (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas 2006, p. 35-68.

Nº 8.072 de 25 de julho de 1990[86]. Com menos tolerância para quem cometesse homicídio, latrocínio, extorsão junto com sequestro, estupro, atentado violento ao pudor ou tráfico de entorpecentes, que ficariam mais tempo detidos e demorariam em mudar de regime. O aprisionamento por envolvimento com drogas superlotou as unidades prisionais brasileiras.

Zaluar[87] (1996) ressalta como o tráfico de drogas se transforma numa atividade rentável, vinculada a organizações internacionais, o atacado, e que no varejo são negócios administrados por pequenos traficantes, os únicos que são apreendidos. A justiça no interior desse negócio é feita pelas próprias mãos. O negócio das drogas não se pauta pelas regras sociais, precisa-se agir com rigor para se auto afirmar através da demonstração de força bruta do sujeito masculino[88]. Não há noção de "direitos", prevalece o indivíduo isolado, sem vínculos sociais, com empobrecimento da vida social.

Com o objetivo de analisar como o jovem se insere neste mercado, a antropóloga observa que "o tráfico de drogas é organizado internacionalmente, mas tem suas pontas localizadas nos bairros mais pobres da cidade (...)"[89]. A violência acompanha o negócio do tráfico que instalado na periferia, estigmatiza o lugar e as pessoas que aí moram e que ficam nas mãos dos bandidos e de policiais corruptos. O efeito desse processo não se circunscreve à fronteira do bairro, pois em toda a cidade se cria um ambiente favorável à não política, à incivilidade, ao isolamento e à fragmentação que se grafa no espaço através de condomínios fechados e do uso limitado dos espaços públicos.

No Brasil as péssimas condições encontradas no cárcere instituíram uma vida cotidiana carcerária precária. E, o vivido nas prisões brasileiras

---

[86] A Lei dos Crimes Hediondos, Lei Nº 8.072 de 25 de julho de 1990, apresenta a evolução da política de endurecimento penal.
[87] ZALUAR, Alba. Da revolta ao crime S/A. São Paulo: Moderna, 1996 – (Coleção polêmica) p. 98.
[88] Ibid., p. 101
[89] Ibid., p. 112

revela o caráter de classe do encarceramento e o não reconhecimento do humano nos segmentos das classes populares filtrados pelo sistema prisional. Assim resumiu um detento sobre a situação vivida na prisão[90]. Essas limitações (precariedade) nos serviços prisionais tornam o cumprimento da pena uma verdadeira tortura, maquiada pela prisão.

No final do século passado e primeira década do atual o Estado brasileiro seguiu a receita proposta pelos Estados Unidos, ao usar o Código Penal como a nova forma de política social. Assim, o encarceramento no Brasil se reveste de uma especificidade que o diferencia do modelo europeu e norte-americano.

A **Tabela 1** ilustra melhor a política do encarceramento no Brasil, os dados nos informam sobre a evolução da população encarcerada no país.

Ano	População	Presos
2000	169.799.170	232.755
2001	172.385.826	233.859
2002	174.632.960	239.345
2003	176.871.437	308.304
2004	181.581.024	336.358
2005	184.184.264	361.402
2006	186.770.562	401.236
2007	183.965.854	419.551
2008	189.612.214	451.429
2009	189.612.214	473,626
2010	190.732.694	496.251

TABELA 1 – Evolução do número de habitantes e de presos no Brasil 2000 – 2010 (2012). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[91] e Departamento Penitenciário Nacional[92]. Org. Raimundo Arruda

[90] "Dentro da cadeia somos tratados como cachorros, começa pela boia, quando vêm os direitos humanos eles melhoram para mostrar que a alimentação está boa" (Pedro, 2012).

[91] Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em: www.**ibge**.gov.br/
Acesso em: 10/out./2012.

[92] Dados obtidos do Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em:www.mj.gov.br. Acesso em: 02/out./2012.

A tabela nos mostra o aumento significativo da população encarcerada, que em dez anos passa de pouco mais de 200 mil pessoas para quase meio milhão de pessoas em 2010. Se recuarmos um pouco, veremos que no início da década anterior, nos anos noventa, a população encarcerada era de 114 mil e em 1997 atingia a cifra de 148.760 presos.

Se compararmos a evolução da população com o número de pessoas encarceradas poderá visualizar melhor o processo de encarceramento em curso. Assim, enquanto o crescimento da população entre 2000-2010 foi de pouco mais de 11%, passando de cerca de 169 milhões para mais de 190 milhões, no mesmo período a população encarcerada teve um acréscimo de mais de 110% passando de 232.755 para 496.251 mil. Por trás desta política de endurecimento penal, do grande encarceramento através da construção de grandes complexos prisionais e do aprisionamento de grandes contingentes populacionais pode estar em curso a construção de uma sociedade ainda mais desigual.

Segundo informação do International Center for Prison Studies[93] (ICPS) o Brasil apresentava em dezembro de 2011 um total de 514.582 pessoas encarceradas. Esse centro internacional de estudos prisionais elaborou um ranking dos países que mais encarceram e o Brasil se encontra na quarta colocação, conforme **Gráfico 1** abaixo:

[93] O International Center for Prison Studies com sede em Londres e com parceria com a Universidade de Essex. Disponível <www.prisonstudies.org/info/worddrief//search=europe&x=Europe> Acesso em: 16/ ago./2012.

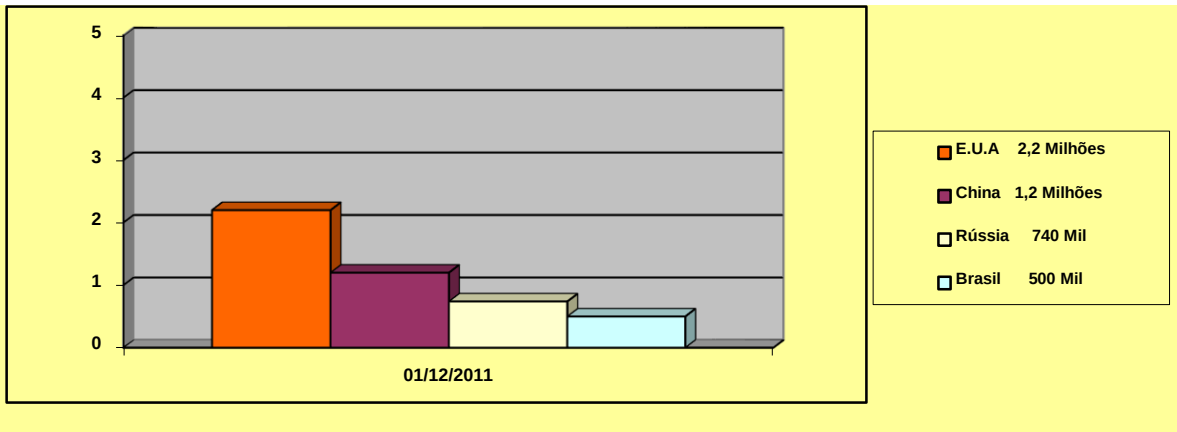


Gráfico 1 – Ranking dos países com maior número de pessoas encarceradas (2012). Fonte: International Center For Prison Studies com sede em Londres e com parceria com a Universidade de Essex[94].

Como a população encarcerada se distribui por unidade da federação? Observa-se que as regiões sudeste e sul concentram um grande número de pessoas detidas. Assim na região mais desenvolvida do país, onde o capital é mais dinâmico, é também a parte do Brasil que mais encarcera. A **Tabela 2** permite uma melhor visualização desta questão.

[94] Os dados retirados do International Center For Prison Studies com sede em Londres e com parceria com a Universidade de Essex. Disponível em: www.prisonstudies.org/info/worddrief//search=europe&x=Europe. Acesso em:16/ago./ 2012.

Estado da Federação	Nº de Presos
Roraima	1.659
Amapá	1.661
Tocantins	2.130
Alagoas	2.525
Piauí	2.591
Sergipe	3.471
Acre	3.493
Rio Grande do Norte	4.250
Amazonas	4.628
Maranhão	5.483
Rondônia	7.059
Paraíba	8.475
Distrito Federal	8.662
Pará	10.707
Espírito Santo	10.713
Mato Grosso do Sul	11.048
Mato Grosso	11.061
Goiás	11.160
Santa Catarina	14.481
Ceará	14.796
Bahia	16.907
Pernambuco	23.086
Rio de Janeiro	27.842
Rio Grande do Sul	29.883
Paraná	34.580
Minas Gerais	49.137
São Paulo	173.060
Total	**494.448**

TABELA 2 – Número de Presos por Estado – Brasil/2010. Fonte: Dados extraídos do Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça. Org. por Raimundo Arruda

Numa escala nacional observa-se que São Paulo se destaca como o estado que mais encarcera, atingindo mais de 170 mil pessoas encarceradas, quase um terço dos presos do país. Ainda no Sudeste podemos destacar o estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na Região Sul, Paraná e Rio Grande Sul também apresentam altas cifras de pessoas encarceradas.

Os estados situados nas regiões de maior desenvolvimento econômico e social são também os que mais encarceram. Assim, o capital gera riquezas, desigualdades e encarceramento.

Com relação ao Nordeste observa-se que três estados se destacam, são eles: Pernambuco, Bahia e Ceará. Pernambuco, apesar de contar com uma população menor do que a Bahia apresenta maior número de encarcerados, com um total de 23.925 pessoas atrás das grades. A ação mais efetiva da polícia no combate às drogas induzida pelo Plano Pacto Pela Vida criado em 2007 pode ser apontada como um fator fundamental para determinar a posição de Pernambuco como o estado que mais encarcera no Nordeste. Assim, a mão de ferro do Estado penal/carcerário brasileiro vem se consolidando com mais força no nordeste brasileiro.

Soares[95] (2007), analisa os impasses no processo de construção de uma política de segurança pública no Brasil, particularmente, dos bastidores da gestação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) que passa a vigorar a partir de 2007. Observa as contradições presentes na estruturação de uma política de segurança pública e também os cálculos econômicos realizados pelos negócios do crime em função das dificuldades advindas a partir da maior prevenção:

---

[95] SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.21, n.61, p. 77-97, 2007. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ss#q=luis+soares%2C+aa+politica+nacional+de+seguran%C3%A7a Acesso em: 01/nov./2014.

> Tome-se o caso das drogas, na medida em que se aperta o cerco ao tráfico internacional, maiores passam a ser os riscos de transporte ilegal e da distribuição para o varejo (...). Ganhos mais elevados, por seu turno, implica mais estímulo a investimentos nessa área da economia ilegal e mais capacidade de investimento de operadores dispostos a enfrentar óbices e riscos (p.81).

Segundo o autor, o caso do "sequestro ao ônibus 174"[96] na cidade do Rio de Janeiro serviu como divisor de águas na discussão para uma política de segurança no Brasil. Foi quando o governo Fernando Henrique colocou em pauta a agenda nacional de segurança, que até então se resumia a um conjunto de intenções. No entanto, faltava o diagnóstico da situação, além das metas e métodos para programar as ações[97].

Ele argumenta como positivo o fato de o governo ter inserido a questão da segurança como pauta do Estado, acenando para a construção de uma política pública de segurança. Outros avanços podem ser citados como a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, incluindo a qualificação policial e o policiamento comunitário. Mas faltavam planos, metas e clima político favorável. Lembrando que "(...) a velha brutalidade arbitrária permaneceu como o traço destrutivo do relacionamento com as camadas populares, em particular os negros, nas periferias e favelas. O mesmo se passou com o sistema penitenciário e os cárceres de um modo geral[98] ".

Luís Inácio Lula da Silva, em campanha política para presidente do Brasil em fevereiro de 2002, lança seu plano de segurança nacional, que envolveu pesquisadores e gestores diversos, procurando criar diretrizes a

---

[96] Luís Soares refere-se ao sequestro ocorrido no dia 12 de junho de 2000, com um saldo de duas pessoas assassinadas, o próprio sequestrador e a vítima, em mais uma ação desastrada da polícia que gerou crítica ao despreparo para agir nessa situação. Disponível em:
http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/apos-10-anos-sequestro-do-onibus-174-vive-na-memoria-de-testemunhas.htm
Acesso em: 09/set./2012.

[97] Ibid., p. 84

[98] Ibid., p. 86

partir de experiências nacionais e internacionais[99]. Para o sucesso do plano, seria fundamental um acordo com os governadores, bem como normatizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a exigência da desconstitucionalização da polícia, isto é, sua desmilitarização. Os governos estaduais deveriam criar seus Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública, os recursos seriam garantidos pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento num montante de 3,5 bilhões em sete anos. No entanto, a pressão por resultados rápidos fez Lula recuar e, por isso, não convocar os governadores para o Pacto:

> O presidente reviu sua adesão ao Plano e desistiu de prosseguir no caminho previsto, porque percebeu - na interlocução com a instância que, na época se denominava 'núcleo duro do governo' – que fazê-lo implicaria assumir o protagonismo maior da reforma institucional da segurança pública, no país, ou seja, implicaria assumir a responsabilidade pela segurança, perante a opinião pública (SOARES, 2007, p. 88).

Soares (2007) pontua que o primeiro mandato de Lula (2003-2006) estabeleceu um conjunto de propostas articuladas como reforma da polícia, reforma do sistema penitenciário, ampliação das políticas preventivas, entre outras, criação de um sistema de dados nacionais, além do investimento em penas alternativas[100]. Mas, a unificação não aconteceu e a polícia continuou ineficiente e corrupta.

Soares destaca que o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública só se deu em 20 de agosto de 2007, durante o segundo governo Lula, e contou com recursos de 6,7 bilhões de dólares, distribuído

[99] Ibid., p. 87
[100] Ibid., p. 89

em 94 ações, articulando 15 ministérios, envolvendo estados e municípios[101].

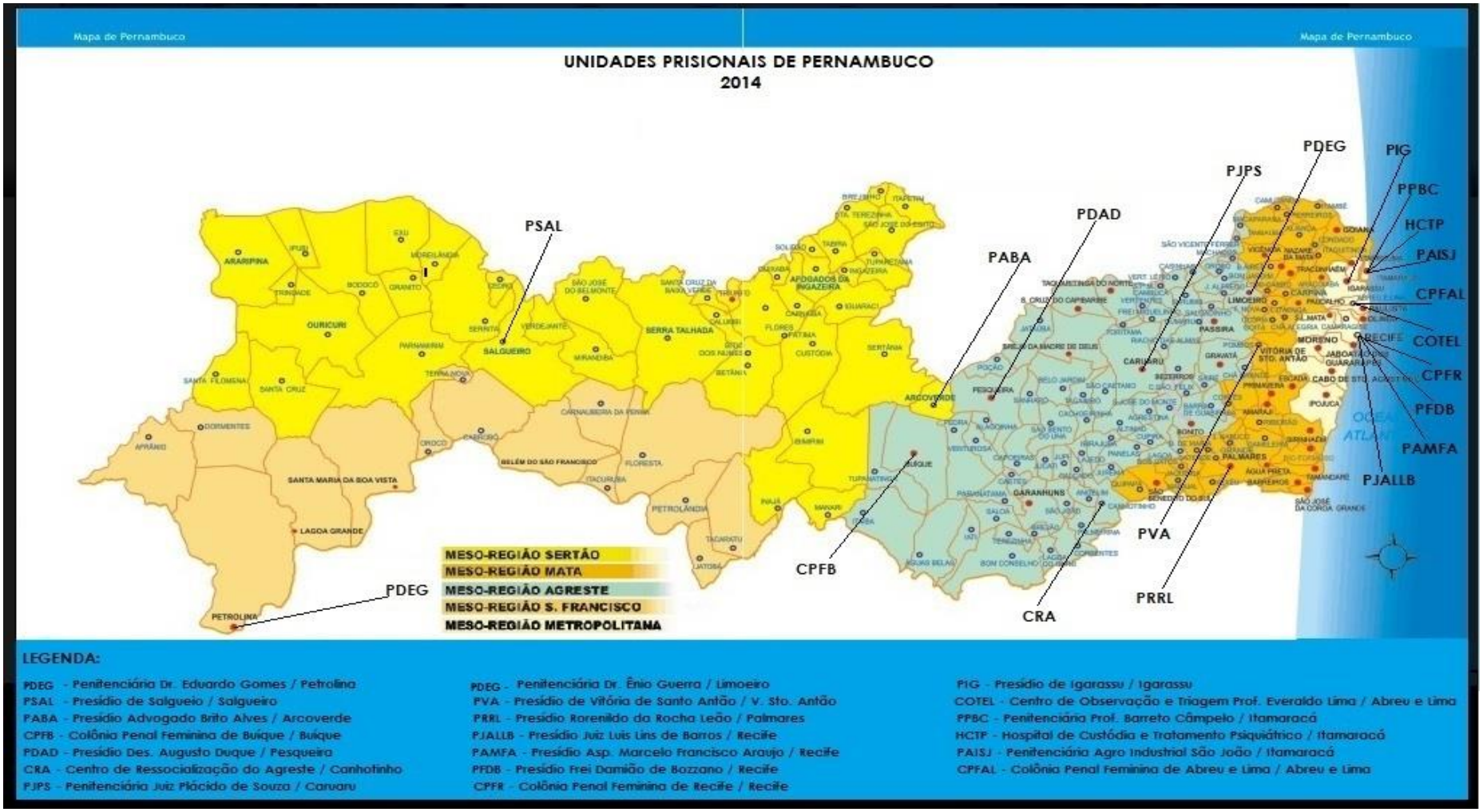
Soares (2007) ressalta como pontos no embate para consolidar essa política de segurança a sequência histórica entre Fernando Henrique e Lula e o encontro entre direitos humanos e eficiência policial, além da perspectiva da segurança como política de Estado[102]. Com relação às propostas para as prisões está a promessa de oferta até 2011 de 37,8 mil vagas e a construção de presídios para jovens. Além da velha proposta de criar mais vagas e de melhorar as prisões objetivando uma possível ressocialização da pessoa sentenciada não apresenta nada de novo, uma vez que supõe a permanência da prisão.

2.6 O Encarceramento em Pernambuco

Como o encarceramento se dá em Pernambuco? Quais os fatores constitutivos do aprisionamento no estado, principalmente entre 2000 - 2012?

O sistema prisional no Estado de Pernambuco é formado por uma rede de 20 unidades prisionais. No **Mapa 2** podemos visualizar a distribuição das unidades prisionais[103] em Pernambuco:

[101] Ibid., p. 91
[102] Ibid., p. 92
[103] As unidades prisionais se subdividem em presídios, local que a pessoa detida aguarda a sentença e penitenciária, espaço de cumprimento da pena.



MAPA 2 – Unidades Prisionais de Pernambuco/2014. Fonte: SERES (Secretaria Executiva de Ressocialização / Pernambuco) – 2010 - Sem Escala. Org. Raimundo Arruda.

A leitura do mapa permite visualizar a distribuição das prisões e penitenciárias no território pernambucano. A Região Metropolitana se destaca concentrando dez unidades prisionais e o agreste assume a segunda posição com quatro estabelecimentos penais. Está em curso um processo de interiorização. Assim, está prevista a construção de novas unidades no interior[104], e a transferência das unidades localizadas na Ilha de Itamaracá para Itaquitinga[105], cidade localizada na zona da mata.

A Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES) é a responsável pela administração das unidades prisionais. Na realidade ela compõe uma das divisões da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH).

A estruturação do sistema penitenciário se deu através do Decreto-lei nº 299 de 19 de maio de 1970 quando foi criada a Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco (SUSIPE). No ano seguinte, através do Decreto nº 2.340, de 13 de maio de 1971 são criados os instrumentos que normatizarão a rotina dos presos, definindo a custódia e o tratamento dos sentenciados. Portanto, durante o regime militar se estrutura uma política estadual voltada para a administração de presídios, dispositivo estadual que alimentará o discurso da necessidade de se reformar e criar mais prisões para ressocializar a pessoa detida.

Após se constituir a materialização do discurso ressocializador, as unidades prisionais começam a enfrentar problemas mais complexos fomentados pelo novo momento econômico, político e social. Ocorre a implosão dos muros e portões, que só na forma material aparecem como intransponíveis, posto que a rotina carcerária revela um intenso fluxo de

---

[104] Está em curso a construção de duas unidades prisionais no agreste de Pernambuco. Disponível no site: http://www.seres.pe.gov.br/noticia/463/presidio-de-tacaimbo-vai-gerar-mais-de-900-vagas-para-o-sistema-penitenciario/htm Acesso em: 30/out./2014.

[105] A construção do Complexo Prisional de Itaquitinga se iniciou em 2009 com previsão para inaugurar em 2012. Mas, até o momento não se concretizou. Disponível no site: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/01/em-pe-fornecedores-do-presidio-de-itaquitinga-fazem-protesto-em-olinda.html. Acesso em 30/out./2014.

relações e de práticas espaciais envolvendo e aproximando cada vez mais dentro e o fora das prisões.

Ao longo da primeira década do século XXI, a população encarcerada em Pernambuco começou a sofrer um aumento significativo. Por isso, podemos questionar: Quais os fatores constituintes do aprisionamento no estado, principalmente entre 2000-2012? Qual o papel da política de segurança no estado e do Pacto pela Vida?[106]

O Pacto tem "O objetivo fundamental de reduzir a violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra vida" (p.13). Identificou a vulnerabilidade sofrida pela população jovem e adulta, com renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo, que mora nos subúrbios e favelas da metrópole pernambucana. Esse é o público-alvo dos programas oficiais de compensação e também o que mais sente na própria pele a violência através da morte de forma violenta que atinge o seio da família e do próprio local de moradia. Assim, o assassinato de aproximadamente 42 mil pessoas serviu de mote para se repensar a segurança estadual.

O alto índice de homicídios no estado pode corroborar a alusão ao combate ao "crime contra a vida" como objetivo central do Plano. Pernambuco e sua capital Recife, acompanhado de outras cidades da região metropolitana estão na ponta do ranking de municípios com alto índice de crimes letais.

O Plano aponta a morte violenta como um "fenômeno urbano" em Pernambuco, quando em 2006, o Recife respondeu por 42% das mortes violentas e Jaboatão dos Guararapes, também na região metropolitana, por

---

[106] O Pacto pela Vida foi instituído em 8 de maio de 2007 no Governo Eduardo Campos e entre seus objetivos estão a articulação entre segurança pública e direitos humanos, numa transversalidade que envolve todas as secretarias. Uma de suas metas, talvez a mais importante, é diminuir o número de homicídios em Pernambuco, pois, no período de 1996 a 2005 foram assassinadas 42 mil pessoas no estado.
PERNAMBUCO. Pacto Pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública, 2007. Disponível em: Mais informações sobre o Pacto Pela Vida, disponível em <http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pacto-pela-vida/. Mais informações sobre o Pacto Pela Vida, disponível em <http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pacto-pela-vida/> Acesso em: 11/out./2012.

21% do total de homicídios[107]. Um dado importante levantado no referido documento é a principal faixa etária atingida por morte violenta, onde se constata a grande vulnerabilidade da população jovem e adulta. - os jovens da região metropolitana, que estão na faixa dos 20-29 anos, têm mais chances de morrer de forma violenta do que os que moram em cidades do interior do estado. Também se verificou que as mortes se concentram nos finais de semana, e, em 2005, 51% das mortes ocorreram entre a noite de sexta e a madrugada da segunda. Além disso, viu-se que as armas de fogo respondiam por 80% das mortes[108]. Para um detento: "O tráfico leva ao homicídio em função de uma guerra pela disputa do poder no bairro, matei muitos que tentaram vender drogas no meu bairro" (2012).

O Pacto Pela Vida tem como linhas de ação: a) repressão qualificada, b) aperfeiçoamento institucional, c) informação e gestão do conhecimento, formação e qualificação, e) prevenção social do crime e da violência, f) gestão democrática. Essas propostas gerais se subdividem em programas e subprogramas[109]. No entanto, "(...) quantitativamente, a meta básica é reduzir em 12% ao ano as taxas de mortalidade violenta intencional em Pernambuco a partir de maio de 2007"[110].

Quanto ao sistema prisional de Pernambuco, o Plano observa que há um crescimento maior do número de pessoas encarceradas do que o crescimento da população, reconhecendo-se o deficit de vagas. Em 1999 havia 99 presos por 100 mil habitantes enquanto em 2007 alcançou-se a cifra de 188 por 100 mil. As principais características do perfil da população detida são: pessoa do sexo masculino, jovem e de baixa escolaridade. Os principais delitos são: roubo (32%), homicídios (24%), tráfico de drogas (14%) e porte ilegal de armas (7%).

A agenda do Pacto Pela Vida indica um conjunto de programas e subprogramas voltados para a reforma do sistema prisional como o

[107] Ibid., pp. 28-29
[108] Ibid., p. 48
[109] Ibid., p. 14
[110] Ibid., p. 15

aumento da oferta de vagas, maior oferta de trabalho e educação aos detentos, mas também maior vigilância. O Plano preconiza a modernização do aparato coercitivo e o incentivo ao policial, e, assim, contribui para aumentar a superlotação nas prisões.

Todo o discurso contido no Pacto Pela Vida nos faz lembrar Foucault em diversos escritos, sobretudo quando destaca a capacidade do discurso prisional (ressocializador) de se alimentar do "aparente" fracasso carcerário, gerando discursos e práticas que permitem a manutenção da prisão. Foucault (2000) adverte: "A 'reforma' da prisão é mais ou menos contemporânea da própria prisão"[111].

O sistema penitenciário foi o setor que mais sofreu com as ações desenvolvidas pelo Pacto Pela Vida, que centra sua ação na repressão e combate ao tráfico de drogas precarizando ainda mais as condições de existência dentro das unidades prisionais.

A **Tabela 3** mostra a evolução do encarceramento em Pernambuco entre 2000-2010.

Ano	Nº Absoluto de Presos
2000	8.419
2001	9.156
2002	10.351
2003	12.313
2004	13.640
2005	14.922
2006	15.777
2007	18.836
2008	19.808
2009	21.041
2010	23.925

TABELA 3 – Evolução no número de presos entre 2000- 2010/Pernambuco.
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Org. Raimundo Arruda

[111] Ibid., p. 197

Neste período (2000-2010) o número de pessoas encarceradas teve um aumento relevante, passando de pouco mais de oito mil detentos para quase vinte e quatro mil. O viés de inclusão carcerária do referido Pacto pode ser constatado pelo aumento do número de pessoas detidas no período compreendido entre 2007-2010 que superlotou presídios penitenciárias de Pernambuco com acréscimo de mais de dez mil pessoas jogadas no sistema prisional.

Incluídos no sistema penitenciário o detento terá que se articular para ter acesso à assistência prisional e lá dentro descobre que não está privado apenas de liberdade.

2.7 Os labirintos para acesso aos serviços prisionais.

Os serviços básicos prisionais como atendimento psicossocial, saúde, educação e orientação penal estão garantidos na lei[112]. Mas seu cumprimento se dá a partir de uma provocação dos presos e da sociedade civil. A falta de infraestrutura, física e humana nas unidades prisionais limitam o atendimento e tornam estes mesmos serviços em objeto de barganha entre os grupos de presos que comandam internamente as unidades prisionais.

Desde o momento que entra na unidade prisional, o detento precisa de acompanhamento psicossocial, pois esse é o setor que media a relação entre os presos e os demais serviços prisionais.

A Lei de Execução Penal elenca as atividades a serem desenvolvidas pelos psicólogos e assistentes sociais, que seriam os articuladores entre os presos e os diferentes setores das unidades prisionais, tendo por meta propiciar as condições necessárias para a ressocialização da pessoa detida.

[112] A Lei de Execução Penal contempla as seguintes assistência: material, à saúde, jurídica e educacional.

Esse é o discurso oficial. Em 19 de março de 2012 a SERES instituiu seu regimento especificando melhor as atribuições das diferentes divisões e administrações para o funcionamento do sistema carcerário. O atendimento individual e em grupo dos detentos e o apoio à sua família são pontuados como metas desse setor. No entanto, as limitações do número de profissionais face à superlotação, inviabilizam a concretização desses objetivos.

Assim, construímos uma tabela com as respostas dadas pelos detentos sobre o seu contato com esses profissionais, onde tentamos mapear os principais problemas de saúde e agregamos o atendimento psicossocial, afinal essas ações se complementam, pelo menos nas estratégias articuladas pelos detentos com o objetivo de resolver seus diferentes dilemas.

Eis a fala de uma assistente social que trabalha numa das unidades prisionais:

> Nossa rotina é providenciar as carteiras para autorização das visitas, acompanhar e se informar sobre o processo e o parecer psicossocial é feito quando solicitado pelo juiz para poder progredir de regime. A família vem nas terças e quintas se informar e solicitar autorização para fazer visita, nas entrevistas com as mulheres, avaliamos se realmente são esposas. Confrontamos com o dito pelo detento, pois pode ser prostituição ou tráfico de drogas. A mãe e o pai têm prioridade, depois vizinhos e amigos, caso não tenham familiares próximos. Mas, tem que comprovar a vizinhança, e, se o preso concordar, é providenciada a carteira. Aos domingos dois técnicos circulam conversando com as visitas, tentando identificar os que estão mais estressados, procuramos nos informar se seus parentes presos têm filhos e os que usam drogas.
> O espaço físico de trabalho dos técnicos é limitado e sem infraestrutura, só tem um computador, não tem fax, o que impossibilita os nossos encaminhamentos. Temos telefone, mas não temos impressora. (2012)

O discurso da profissional do serviço social dá visibilidade às dificuldades enfrentadas pelos funcionários que atuam no setor e que se

defronta com limitações, que vão da precariedade do local em que estão instalados para desenvolver suas atividades à falta de equipamentos fundamentais para a prestação dos serviços como a disponibilidade do fax, que agilizaria as diferentes ações em prol dos detentos.

Os detentos, ao serem questionados sobre o acesso aos serviços prestados pelo setor psicossocial, confirmaram e enriqueceram com detalhes a fala da assistente social, conforme demonstrado na **tabela 4**.

Entrevistado	Já tinha problema de saúde. Qual?	Adoeceu na unidade	Tipo de atendimento
01	Não respondeu	Não respondeu	-
02	Não tinha problema	Não	-
03	Toxico dependência	Manteve dependência	Serviço Social (C. Nascimento)
04	Hipertenso	Dermatite, dor de barriga e ouvido.	Serv. Social (Auxilio Reclusão)
05	Não	Dermatite, dor de dente e barriga, problema de visão pelo spray (polícia)	Serviço Social (Auxilio Reclusão)
06	Hipertenso	Não	Nenhum
07	Não	Dermatite	Psicólogo (Probl. Pessoais) e Serviço Social (RG)
08	Hipertenso	Dores de barriga e de dente	Nunca
09	Não	Dores de barriga e de dente	Nunca
10	Não	Dores de ouvido (Polícia)	
11	Não	Dermatite	
12	Não	Não	
13	Toxi dependência	Hanseníase e dermatite	Psicólogo
14	Glaucoma	Não	Médico e psicólogo
15	Não	Dor de barriga	Psicólogo e Assistente social (Emprego)
16	Não	Não	-
17	Visão	Dores de barriga e de dente	-
18	Não	Dores de barriga	-
19	Não	Dermatite	-
20	Hipertenso	Não	Pelo médico
21	Toxi dependência	Não	-
22	Visão, coluna e	Dores de barriga	-
23	Toxi dependência	Dores de barriga	Serviço Social (Denunciar agressão de agente)
24	Toxi dependência	Dermatite	Psicólogo

TABELA 4 – Serviço de atendimento médico e psicossocial dos presos. Fonte: Informação coletada no trabalho de campo realizado em 2012. Org. por Raimundo Arruda.

A hipertensão e a dependência das drogas se destacam nas respostas dadas como principais problemas enfrentados antes de adentrar os muros das prisões. Já detidos, a grande maioria denuncia que os problemas de saúde mais comuns a que são acometidos no interior das unidades seriam as doenças da pele e os transtornos alimentares. Vários fatores podem contribuir para o desenvolvimento dessas doenças, como as condições de higiene na manipulação dos ingredientes e mantimentos nas copas das unidades prisionais e /ou a falta de água nas celas e pavilhões, além do seu armazenamento em condições precárias, contribuindo para a má qualidade do precioso líquido. O mofo nas paredes das celas e pavilhões e a grande concentração de pessoas em um pequeno espaço também podem ser apontados como fatores que contribuem para disseminar esses males.

Os incômodos causados pela má alimentação e problemas odontológicos estão presentes na fala do detento, além de agregar a doença adquirida pela ação violenta da polícia que, com o objetivo controlar um motim, lançou gases que afetaram e comprometeram a sua visão.

No próximo depoimento o preso narra as dificuldades para receber atendimento médico ou psicossocial:

> Já tinha problema de vista e de coluna e ao entrar na prisão comecei a ter diarreias depois das refeições. Tentei marcar Médico, mas não consegui. Procurei o psicólogo para tentar falar com o médico, mas não adiantou. Já fui atendido pela assistente social para fazer contato com minha família, mas não deu em nada. (Júnior, 2012)

Um labirinto se estabelece entre os detentos e os serviços básicos. Muitos gostariam de conversar com algum psicólogo para assim tentar desabafar os mais variados problemas, como estabelecer contato com a família ou simplesmente desabafar sobre as saudades da mesma,

problemas enfrentados pela tóxica dependência e a depressão. Procuram os assistentes sociais para informações sobre vagas de trabalho disponibilizadas na unidade; entrar em contato com parentes ou amigos; solicitar a retirada de documentos pessoais ou para os seus filhos; e, principalmente, solicitar uma conversa com algum advogado da unidade.

O artigo 14 da Lei de Execução Penal garante assistência médica, odontológica e farmacêutica e os casos mais complexos poderão com autorização receber assistência em hospital ou clínica fora da unidade prisional. Na realidade, é muito difícil para o detento ter acesso aos serviços médicos. Eis a fala de um dos presos com relação à prestação desse serviço: "Não tinha nenhum problema de saúde, mas ao entrar na prisão comecei a ter dores de barriga e de dente, nunca fui atendido por médico, por psicólogo ou assistente social". (2012)

Outro jovem detento confirma as dificuldades: "Não tinha problema de saúde, mas lá dentro observei que tudo é difícil, seja acesso a psicólogo, assistente social ou médico. Não nos chamam para conversar[113]".

A LEP pontuou a educação como um dos eixos norteadores da ressocialização. Mas não estimulava a sua operacionalização e incentivo, que começou a se estruturar a partir dos anos noventa quando alguns juízes começaram a remição da pena pelos dias de estudo. A educação em prisões é um desafio condensado por embates entre os princípios pedagógicos libertários da educação e a lógica do aprisionamento, da negação do ser pela máquina penitenciária.

A reflexão sobre a função da escola dentro da prisão sustentará o debate e as percepções sobre o encarceramento. Maeyer[114] (2011) defende uma educação ao longo da vida, em todos os espaços, inclusive para as populações privadas de liberdade. Mas com uma proposta pedagógica que promova uma reflexão crítica por parte dos presos. O criminologista

---

[113] Sílvio, entrevista realizada em 2012.
[114] MAEYER, M. Ter tempo não basta para que alguém se decida a apreender. Em Aberto, Brasília, v.24, n.86, p. 43-56, nov. 2001.

Baratta[115] (2011) pontua o desencontro entre a educação que promove o autorrespeito e a práxis do aprisionamento baseada numa cultura que nega a humanidade da pessoa detida.

A participação em aulas concede ao detento o direito à remição da pena. A Execução Penal sofreu alteração a partir da Lei 12.443[116], de 2011, que instituiu a remição da pena por estudo em todo território nacional, assim o preso que participa a cada três dias de atividades educativas terá direito há um dia de remição da pena. Essa ação é permeada por muitas contradições, mas é uma das medidas com maior potencial humano por proporcionar aos detentos a vivência de um pouco de liberdade no espaço das salas de aula e permitir o acesso ao mundo do conhecimento e da cultura por meio da interação com os professores e os livros.

A educação em prisões é uma das assistências contempladas na Lei de Execução Penal[117]. Foi preciso toda uma mobilização da sociedade civil pressionando os diferentes governos para a construção de uma política educacional mais efetiva para os privados de liberdade. Instituído pela Lei Nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como um de seus objetivos implantar programas de educação de jovens e adultos nos locais de atendimento de jovens e adultos em conflito com a lei. Com a criação da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, implantando o Projeto Educando para a Liberdade, envolvendo o Ministério

---

[115] BARATTA, Alessandro. Criminologia Critica e Critica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

[116] Lei Nº 12.433 de 29 de junho de 2011. Altera a LEP ao incentivar a educação nas prisões. Disponível no site:
Http//www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/11433.htm
Acesso: 18/out./2014.

[117] Nos artigos 17 a 21, contemplando:
_ a obrigatoriedade do ensino fundamental;
_ ensino profissional ministério em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico;
_ adequação do ensino profissional a condição da mulher à sua condição;
_ possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados;
_ previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

da Educação e o Ministério da Justiça, com apoio da Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Foram promovidos seminários nacionais de educação em prisões, que culminaram com a construção das Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação privada de Liberdade nos Estabelecimentos Penais, em 19 de maio de 2010.

Em Pernambuco, além da educação formal, os detentos participam de exames supletivos realizados pela Secretaria Estadual de Educação, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA) e do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como também participam de cursos de alfabetização promovidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), Programa Paulo Freire-Pernambuco Escolarizado (PPF), em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), SECADI/ MEC. Ou seja, dentro ou fora das salas de aula, alguns presidiários tentam realizar o sonho de se inserir socialmente através da certificação e da obtenção de um diploma. Por exemplo, em 2010, 104 detentos se inscreveram para fazer o supletivo estadual, 46 realizaram a prova e onze deles foram aprovados, 23,9% do total. Uma leitura fria dos dados não permite uma compreensão do que está por trás desses números e que se torna compreensível somente a partir do entendimento do cotidiano carcerário. A realização do teste aos domingos, em dia de visita, data especial para qualquer pessoa presa, é fator que contribui para a elevada taxa de desistência observada. Para se inscrever não precisa ser estudante da escola localizada na unidade. Assim, mesmo aquele que não esteja ligado à escola, sem suporte didático-pedagógico, só com muito interesse e força de vontade, poderá realizar o exame.

Os dados da atividade educacional realizada em prisões no cenário nacional segundo as unidades da federação estão expostos na **tabela 5**:

Atividade educacional no sistema penitenciário brasileiro- 2012																					
Estados	População carcerária			Tipos de atividades educacionais no Brasil										Total por sexo		TOTAL	Taxa por 1.000 presos	Total dos que estudam (Em %)		
				Alfabetização		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Cursos Técnicos								
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			Homens	Mulheres	Total
Acre	3.335	210	3.545	68	14	151	21	54	13	2	0	0	0	275	48	323	91,1	8%	23%	9%
Alagoas	4.376	238	4.614	41	27	136	15	0	0	0	0	0	0	177	42	219	47,5	4%	18%	5%
Amapá	1.934	111	2.045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0%	0%	0%
Amazonas	7.106	669	7.775	114	0	211	55	275	5	56	0	0	0	656	60	716	92,1	9%	9%	9%
Bahia	12.412	693	13.105	268	67	732	90	94	29	5	0	125	0	1.224	186	1.410	107,6	10%	27%	11%
Ceará	17.846	773	18.619	175	0	2.050	270	281	100	4	1	295	0	2.805	371	3.176	170,6	16%	48%	17%
Distrito Federal	10.797	641	11.438	119	0	640	0	203	0	11	0	52	0	1.025	0	1.025	89,6	9%	0%	9%
Espírito Santo	13.447	1.343	14.790	557	64	1.802	385	545	167	2	1	160	0	3.066	617	3.683	249,0	23%	46%	25%
Goiás	11.475	638	12.113	288	4	356	43	107	5	1	0	0	0	752	52	804	66,4	7%	8%	7%
Mato Grosso	9.930	683	10.613	221	31	701	39	136	3	13	0	63	0	1.134	73	1.207	113,7	11%	11%	11%
Mato Grosso do Sul	10.996	1.174	12.170	129	29	324	67	37	0	2	0	3	36	495	132	627	51,5	5%	11%	5%
Maranhão	5.145	272	5.417	71	0	118	0	0	0	3	0	3	20	195	20	215	39,7	4%	7%	4%
Minas Gerais	48.587	3.011	51.598	327	20	1.065	195	242	19	5	0	30	5	1.669	239	1.908	37,0	3%	8%	4%
Pará	11.059	747	11.806	183	16	460	54	91	35	0	0	0	0	734	105	839	71,1	7%	14%	7%
Paraíba	8.149	574	8.723	216	0	177	28	41	0	0	0	0	0	434	28	462	53,0	5%	5%	5%
Paraná	29.174	2.138	31.312	414	24	2.812	92	646	30	24	0	886	7	4.782	153	4.935	157,6	16%	7%	16%
Pernambuco	26.860	1.909	28.769	1.034	200	4.909	597	479	23	0	0	0	0	6.422	820	7.242	251,7	24%	43%	25%
Piauí	2.811	116	2.927	62	4	93	22	30	12	0	0	0	0	185	38	223	76,2	7%	33%	8%
Rio de Janeiro	31.997	1.829	33.826	127	21	2.378	76	116	0	0	0	33	2	2.654	99	2.753	81,4	8%	5%	8%
Rio Grande do Norte	6.643	498	7.141	58	8	30	7	17	2	0	0	15	0	120	17	137	19,2	2%	3%	2%
Rio Grande do Sul	27.341	1.902	29.243	353	43	970	93	277	10	1	1	0	0	1.601	147	1.748	59,8	6%	8%	6%
Rondônia	6.817	631	7.448	289	59	505	93	146	51	2	2	0	0	942	205	1.147	154,0	14%	32%	15%
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	15.417	1.206	16.623	133	23	447	124	216	42	14	0	14	1	824	190	1.014	61,0	5%	16%	6%
São Paulo	183.021	12.674	195.695	2.221	202	5.235	345	2.436	234	24	4	575	50	10.491	835	11.326	57,9	6%	7%	6%
Sergipe	3.930	200	4.130	40	20	9	0	15	0	0	0	0	0	64	20	84	20,3	2%	10%	2%
Tocantins	2.359	159	2.518	0	4	67	9	4	6	0	0	1	1	72	20	92	36,5	3%	13%	4%
Brasil	512.964	35.039	548.003	7.508	884	26.378	2.739	6.488	801	169	9	2.255	122	42.798	4.555	47.353	86,4	8%	13%	9%
				8.392		29.117		7.289		178		2.377								
Tipo de atividades educacionais nos presídios do Brasil (%)				18%		61%		15%		0,38%		5%								

Tabela 5 – Atividade Educacional no sistema penitenciário brasileiro – 2012.Fonte: Levantamento realizado pelo instituto Avante Brasil com dados do infopen[118].

[118] Dados Obtidos no site do Instituto Avante Brasil. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/staticsp.atualidadesdodireito.com.br/iab/files/2014/01/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCIÁRIO-2012.pdf Acesso em: 01/nov./2014.

O percentual de presos estudando é baixíssimo, com uma média nacional inferior a dez por cento. Sobressaem-se Rondônia com 15%, Paraná com 16% e Ceará com 17%. Enquanto Espírito Santo e Pernambuco despontam na frente, ambos tendo 25% dos seus internos matriculados[119].

A partir dos anos oitenta a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco começa a realizar um trabalho mais efetivo dentro de algumas unidades prisionais, ainda de forma tímida. Formando turmas preparatórias para os exames supletivos e depois instituiu as primeiras turmas de educação básica como salas anexas das escolas localizadas fora das unidades prisionais. Em meados dos anos noventa se inicia o processo de credenciamento[120] das escolas. Atualmente das dezenove unidades prisionais, só em quatro funcionam turmas anexas.

Com relação à educação em prisões em Pernambuco a próxima **Tabela 6** apresenta a oferta por unidade prisional, às turmas e turnos.

[119] Há uma diferença entre o número de matriculados e os que frequentam as aulas. Muitas vezes o interno faz sua matrícula, frequenta as aulas por alguns dias e desiste (evasão), ou progride de regime, sendo transferido para outra unidade prisional e não continua os estudos, ou simplesmente recebe alvará de soltura. A rotatividade dos estudantes faz parte do cotidiano das escolas localizadas em prisões.

[120] A escola credenciada goza de autonomia, pode contar com uma equipe gestora, elabora seu projeto político pedagógico e conta com professores da própria Secretaria Estadual de Educação. No entanto, o processo de sucateamento dos serviços públicos se dá através da contratação temporária de professores, que atuam também dentro das escolas localizadas nas prisões.

NúMERO DE REEDUCANDOS ESTUDANDO EM PERNAMBUCO - 2013

Nº	UNIDADE	MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	FORMA DE FUNC.	ALFA MOVA BRASIL	ALFA PAULO FREIRE	EJA Fase I 1ª e 2ª	EJA Fase II 3ª e 4ª	EJA Fase III 5ª e 6ª	EJA Fase IV 7ª e 8ª	EJA Médio	TELESALA Fundam.	TELESALA Médio	Nº Alunos	POP.	%	Nº Turmas	Nº Salas
1	PJALLB	Recife	Joel Pontes	CRED.	0	0	20	85	45	40	24	0	0	214	3.000	7,1	10	6
2	PAMFA	Recife	Joel Pontes	EXTENSÃO	25	0	50	75	0	0	0	0	0	150	1.674	9,0	6	2
3	PFDB	Recife	N. S. das Graças	EXTENSÃO	0	0	20	70	77	51	35	0	0	253	1.738	14,5	12	7
4	CPFR	Recife	Olga Benário	CRED.	0	0	76	52	19	47	0	0	0	194	742	26,0	10	4
5	PAISJ	Itamaracá	Juiz Antonio Barros	CRED.	0	0	42	44	0	0	0	192	52	330	1.745	19,0	9	3
6	HCTP	Itamaracá	Ruy Rego Barros	CRED.	0	0	33	34	0	0	0	33	15	115	500	23,0	7	3
7	PPBC	Itamaracá	Olegário Mariano	CRED.	0	0	223	249	0	0	0	350	92	914	1.701	54,0	16	7
8	PIG	Igarassu	Dom Helder Câmara	CRED.	50	0	40	61	0	0	0	482	148	781	2.815	28,0	20	6
9	PJPS	Caruaru	Gregório Bezerra	CRED.	50	0	76	63	119	54	40	0	0	402	1.294	31,0	14	4
10	PRRL	Palmares	Padre André Albert	CRED.	0	0	107	41	45	16	15	14	0	238	685	35,0	12	4
11	PABA	Arcoverde	Dircélio Paiva Júnior	CRED.	0	40	65	90	50	65	50	45	0	405	968	42,0	15	5
12	PDAD	Pesqueira	Eliseu Araújo	EXTENSÃO	0	51	265	134	0	0	0	48	0	498	940	53,0	16	4
13	CRA	Canhotinho	Amélia G. Leite	EXTENSÃO	0	0	156	84	117	0	45	0	0	402	934	43,0	12	6
14	PDEPG	Limoeiro	Paulo Freire	CRED.	0	74	215	158	0	0	0	165	53	665	1.403	47,0	11	6
15	PVSA	Vitória	Amélia Coelho	EXTENSÃO	40	0	80	20	0	0	0	45	0	185	449	41,0	9	3
16	CPFB	Buíque	Duque de Caxias	EXTENSÃO	0	48	38	30	37	0	0	67	18	238	443	54,0	6	2
17	PSAL	Salgueiro	Osmundo Bezerra	EXTENSÃO	0	30	50	50	0	25	25	20	0	200	579	35,0	6	2
18	PDEG	Petrolina	Bento XVI	CRED.	0	0	201	162	99	79	76	0	0	617	1.179	52,0	17	6
19	CPFAL	A. Lima	Luis Rodolfo	EXTENSÃO	54	0	18	17	24	21	0	135	0	269	529	51,0	10	4
20	COTEL	A. Lima	-	-	50	0	0	0	0	0	0	0	0	50	2.661	2,0	2	1
21	GRP I		Cadeias Públicas	-	18	23	12	0	0	0	0	0	0	53	790	4,0	9	3
22	GRP II	-	Cadeias Públicas	-	0	95	0	0	0	0	0	0	0	95	990	10,0	3	1
23	GRP III	-	Cadeias Públicas	-	0	0	19	8	40	0	0	0	0	67	482	14,0	6	2
	TOTAL				287	361	1.806	1.527	672	398	310	1596	378	7.335	28.241	26,0	238	91

Tabela 6 – Número de detentos em sala de Aula / Pernambuco -2013. Fonte: SERES

Com tempo pedagógico reduzido, os três turnos se encaixam entre os horários da manhã e tarde, já que à noite, com efetivo de agentes reduzidos, nem todas as unidades podem oferecer segurança aos professores. A localização[121] das unidades prisionais em pontos de difícil acesso também dificulta o oferecimento das aulas em horário noturno.

Um estudante de ensino médio assim se explicou quando questionado sobre os motivos que o levaram para a sala de aula na unidade prisional: "frequento a escola por vários motivos, seja para estudar mesmo, também pela remição da pena e também para sair do pavilhão[122]".

Outro interlocutor tenta resgatar o tempo perdido, entre outras motivações: "Passei 18 anos sem estudar, por isso, quero terminar meus estudos. Além da remição da pena é para dar bom exemplo para minha esposa e meus filhos[123]".

Questionados sobre os motivos que concorreram para que eles decidissem retornar à sala de aula, os pesquisados apontam dois fatores como principais atrativos para se matricularem na escola: (i) a remição de pena e (ii) a vontade de aprender e ter contato com os professores. A legislação garantindo a diminuição dos dias de sentença contribui fortemente para o aumento das matrículas nas escolas localizadas nas unidades prisionais. Além disso, a escola se apresenta como um dos poucos espaços de liberdade para as pessoas detidas, por isso, muitos a procuram com o objetivo de aprender e atualizar-se, mesmo que estejam confinados. Neste contexto, o professor é visto como uma ponte com o mundo de fora.

Com relação à situação jurídica, quinze dos vinte e quatro entrevistados responderam que não dispõem de recursos para constituir advogado e dezesseis deles se apresentaram como reincidentes. A falta de recursos para pagar por um profissional da área jurídica para acelerar os encaminhamentos do processo contribui para a lentidão da justiça,

---

[121] A prestação do serviço educacional sofre as consequências do isolamento do cárcere. Instaladas em locais de difícil acesso para evitar as fugas, dificulta também o acesso de funcionários, principalmente dos professores.
[122] Pedro, entrevista realizada em 2012.
[123] Caco, entrevista realizada em 2012.

principalmente para os detentos mais carentes, que representam a grande parte da população carcerária. Na **Tabela 7** identifica a situação jurídica dos entrevistados:

Entrevistados	Tem advogado	Não tem advogado	Primário	Reincidente
01	X			X
02	X			X
03	X		X	
04	X		X	
05		X		X
06	X		X	
07		X		X
08		X		X
09		X	X	
10		X		X
11	X			X
12		X		X
13	X			X
14		X		X
15	X			X
16		X		X
17		X	X	
18		X	X	
19		X	X	
20	X		X	
21		X		X
22		X		X
23		X		X
24		X		X
Total	**9**	**15**	**8**	**16**

TABELA 7 - Situação Jurídica. Fonte: Dados primários: Informação coletada no Trabalho de campo em 2012. Org. por Raimundo Arruda.

O universo pesquisado não permite generalizações. Mas os dados da tabela espelham a situação nacional, pois grande parte dos apenados não dispõe de condições financeiras para constituir advogados. E o alto número de reincidentes confirma um dos papéis da prisão que é o de excluir da sociedade maior quem passa por suas grades.

Entrevistamos uma advogada do sistema prisional do estado que sintetizou as limitações do setor jurídico da seguinte forma:

> Seis advogados atuam na unidade e todos são contratados. Nossa missão atual é transferir todos os presos. Analisar as pastas de cada um, observar se falta algum documento, pois há presos com necessidades e quando notamos isso, solicitamos uma junta médica, que pode dar um parecer para prisão domiciliar, ver também se podemos encaminhar pedido para progressão de pena. Há três formas para chamarmos um detento: a) eles solicitam para um colega concessionado que nos procure para chamá-lo; b) o setor psicossocial nos encaminha e c) a penal da unidade checa sua pasta e manda chamá-lo para conversar conosco e tirar dúvidas sobre a documentação. Alguns detentos respondem por vários processos... E a espera é longa para o processo, que depende da vara e do juiz. É isso que atrasa os encaminhamentos e por isso muitos ficam mais tempo aqui. O que ajuda na ação do jurídico são os mutirões carcerários, já houve dois neste ano, que é realizado pela defensoria pública. Há também uma defensora responsável pela unidade. Os delitos são variados, os que se destacam são roubo, furto, homicídio e tráfico de drogas. Acredito que a divisão da unidade melhorou bastante o atendimento, pois diminuiu o número de presos por atendimento. A superlotação cria maior demanda para os advogados. (2012)

A narrativa da advogada ajuda-nos a compreender melhor um dos aspectos de funcionamento do sistema carcerário. Segundo ela, há poucos operadores de direito trabalhando nas unidades prisionais. Frisa também que apenas seis advogados atuam na unidade em que ela trabalha. Em sua fala transparece a precarização observada no apoio jurídico ao preso. Os advogados contratados não são concursados, mas selecionados para atuar por um período de dois anos, sendo que o contrato de trabalho pode ser renovado a cada dois anos até completar seis anos de serviços, quando se encerra o vínculo, numa terceirização desse serviço.

A função do serviço jurídico prisional não é a defesa dos detentos e sim o acompanhamento dos encaminhamentos dos processos. Sem contar com o apoio de advogados os detentos ficam alheios à sua situação jurídica, desconhecem seus direitos.

A política de encarceramento em curso precarizou ainda mais as condições de vida dos detentos. O resultado dessa política de

aprisionamento será deslindado nos próximos capítulos quando analisaremos a espacialização das relações carcerárias que atravessa os muros das prisões e liga a vida dos detentos à vida de seus parentes. Também mostraremos como o carcerário se manifesta na rotina de quem já saiu da prisão, mas estigmatizado continua ligado às suas grades invisíveis.

Fora ele o único a proceder mal em sua fatal história? Antes de tudo, não era coisa grave que um trabalhador como ele não tivesse trabalho? Que um homem laborioso como ele não tivesse o que comer? E então confessado o erro cometido, o castigo aplicado não havia sido exagerado? Não houvera maior abuso por parte da lei na aplicação da pena do que por parte do culpado na falta? Não houvera excesso de peso no prato da balança que contém a expiação? O excesso do castigo não seria a aniquilação do delito, resultando na inversão da situação, o erro do delinquente sendo substituído pelo erro da repressão, fazendo o criminoso a vítima e do devedor credor, e pondo definitivamente o direito do lado de quem o violara? Aquele castigo, complicado por sucessivos agravos pelas tentativas de evasão, não seria um tipo de atentado do mais forte contra o mais fraco, um crime da sociedade contra o indivíduo, um crime que recomeça todos os dias?

Victor Hugo – Os miseráveis, 2002

3 – VIDA COTIDIANA CARCERÁRIA: O DENTRO E FORA DA PRISÃO

Jean Valjean[124] questiona a eficácia da punição pelas condições degradantes e os maus-tratos sofridos por quem infringiu a lei, mesmo os que cometeram um pequeno delito. Assim, concluiu que na realidade é a sociedade, ou o seu representante, o Estado, que passa à condição de infrator.

As causas do encarceramento, as lutas por espaço e poder desenvolvidas no interior das unidades prisionais e as territorialidades fomentadas pela vida cotidiana carcerária irão compor as temáticas que serão apresentadas e analisadas neste capítulo.

3.1 Sociografia dos Detentos

Os dados coletados em campo apontam aspectos relevantes do perfil dos indivíduos selecionados pelo sistema prisional. Mas destacaremos quatro variáveis indicativas dos novos indesejáveis.

O **Gráfico 2** apresenta a faixa etária dos detentos pesquisados:

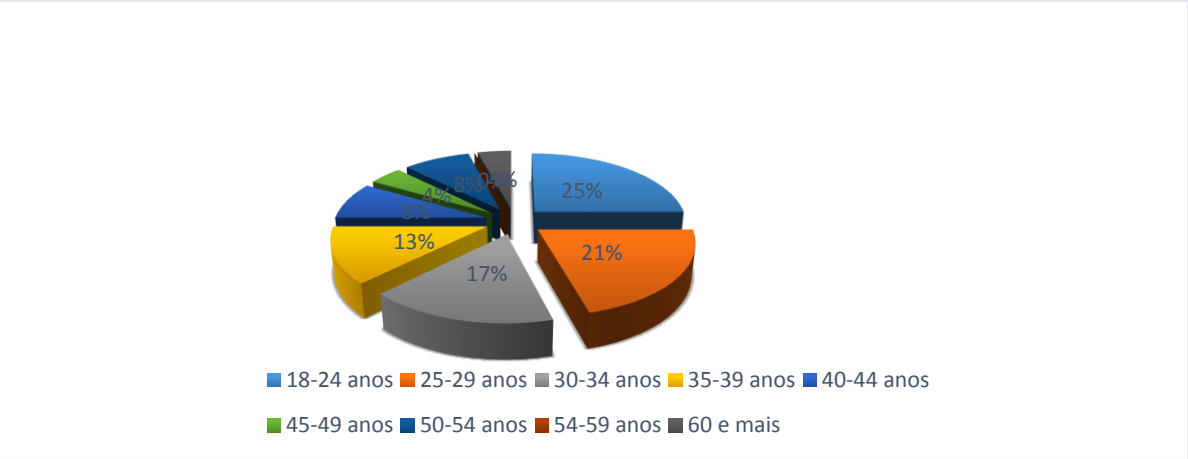


Gráfico 2 – Faixa etária dos detentos (2012). Org. por Raimundo Arruda.

[124] Personagem principal da obra: Os miseráveis.

A população jovem, com idade entre 18 e 24 anos, se destaca perfazendo 25% do total dos entrevistados. Ao ampliarmos a faixa etária até os 29 anos o percentual se aproxima de 50% e até os 34 anos, ou seja, a população jovem / adulta atinge 63% dos pesquisados.

O **Gráfico 3** mostra o Grau de Instrução:

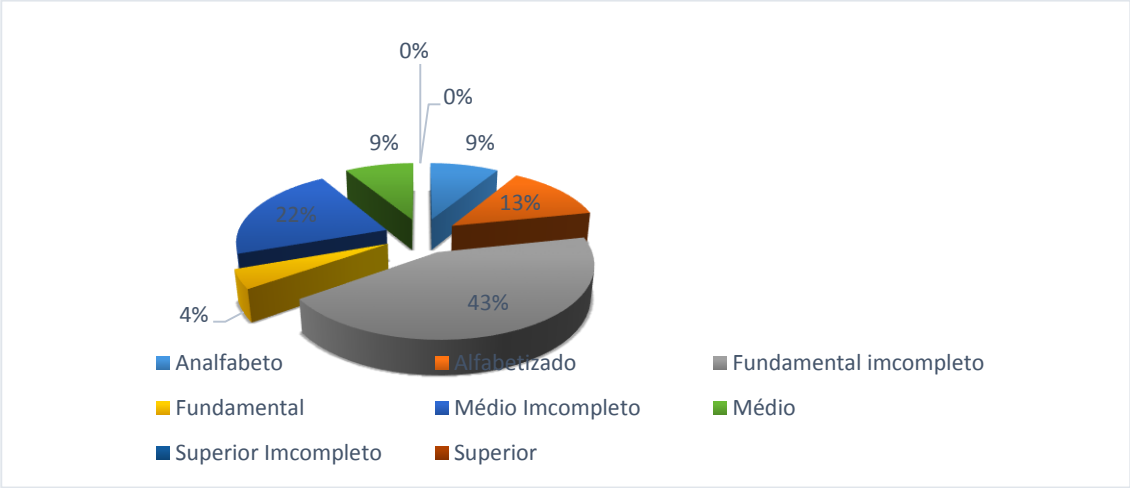


Gráfico 3 – Grau de instrução dos detentos (2012). Org. Raimundo Arruda.

Os dados revelam que 9% dos apenados se identificaram como analfabetos e 13 % como alfabetizados. No entanto, o maior percentual é formado pelos que não concluíram o ensino fundamental. Neste grupo se inclui os que estão situados em diferentes anos da educação básica, com histórico de repetência e abandono escolar.

A questão étnica – racial está representada no **Gráfico 4**:

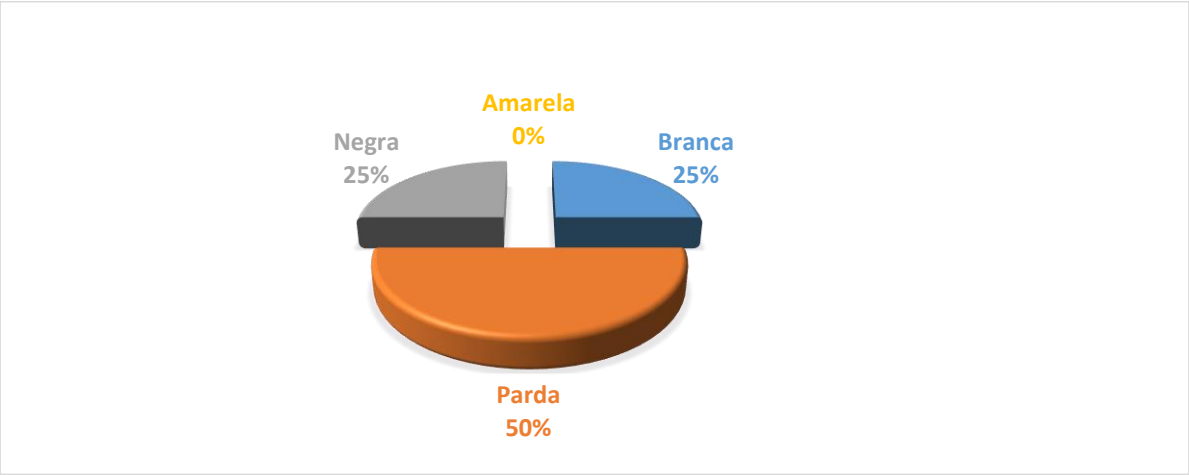


Gráfico 4 – Questão Étnica Carcerária (2012). Org. Raimundo Arruda.

A herança escravocrata atravessa os tempos e períodos históricos se firmando e reafirmando na contemporaneidade, através da política punitiva que substitui a senzala pela prisão. Posto que os negros respondem por 25% do universo pesquisados e os pardos por 50%. Logo, 75% dos entrevistados se identificaram como afrodescendentes. Revelando o viés racista do sistema prisional e da própria sociedade.

O **Gráfico 5** identifica o local de moradia:

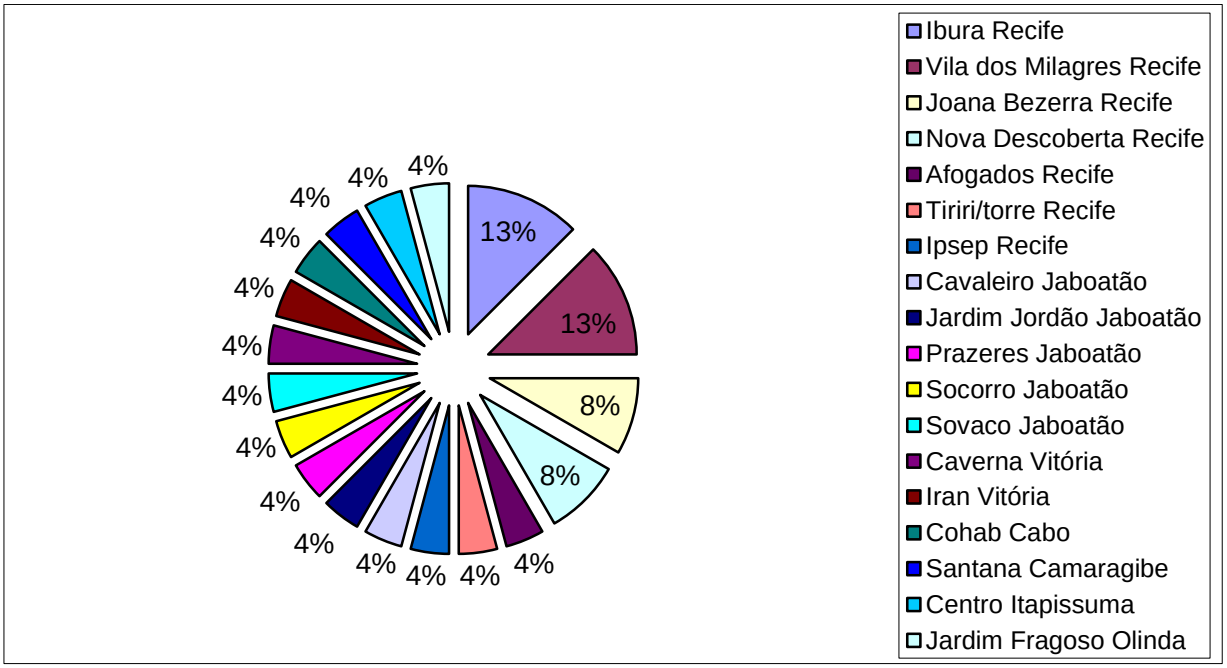


Gráfico 5 – Local de Moradia dos detentos (2012). Org. Raimundo Arruda.

A capital, Recife, e o município de Jaboatão dos Guararapes se sobressaem como os locais de moradia apontados pelos detentos. Os Bairros da capital respondem com 54% do total, é a sua periferia que os detentos identificam como seus locais de origem. Assim, os bairros do Ibura e a comunidade de Vila dos Milagres são citados pela maior parte dos pesquisados. Em Jaboatão dos Guararapes podemos destacar Prazeres, Cavaleiro e a Comunidade de Sovaco da Cobra[125].

[125] Sovaco da Cobra se insere no bairro de Barra de Jangada, carente em infraestrutura física e social. Ruas sem calçamento, esgotos a céu aberto, ausência creches, praças e parques compõem a Paisagem do local. A escola e o posto de saúde funcionam em alguns bairros como únicos testemunhos da presença do Estado, mesmo que funcionando de forma precária.

Na realidade os bairros nomeados como locais de moradia formam uma grande periferia dentro da capital e no interior da Região metropolitana. O aglomerado urbano da Metrópole pernambucana se caracteriza por uma grande periferia.

Assim, concluímos que são os jovens afrodescendentes, com baixo grau de escolaridade e moradores da periferia que se tornam objeto da mão forte do Estado, via política penitenciária.

3.2 Interface da vida cotidiana carcerária: Reprodução do espaço carcerário na produção do detento

A vida cotidiana carcerária se reproduz dentro e fora dos muros da prisão. Como num jogo de espelhos, aspectos do mundo exterior se reproduzem no interior das unidades prisionais e questões próprias da vida carcerária se refletem fora das prisões, a partir do que é vivido pelos parentes dos presos e por ex-detentos, dentre outros processos. Só na aparência a vida prisional forma um universo à parte, separado. O seu funcionamento revela ampla conexão com o mundo exterior.

A prisão garante a ordem burguesa, assegura a reprodução das relações de dominação de classe. A vida cotidiana carcerária reforça o processo de dominação de classe na medida em que oprime e marca a vida do detento e seu corpo, e o ônus da vida no cárcere segue para além de seus muros.

Os discursos explicativos reforçam o entendimento de que a justiça criminal filtra determinados segmentos sociais e marginaliza-os ainda mais. Ao analisarmos as prisões, nos deparamos com a questão das classes populares já que ela realiza esse recorte de classe a partir da ação da justiça e da polícia que têm como alvo alguns segmentos destes grupos sociais. Afinal, as leis não são para todos, como salienta Marcelo Lopes (2008):

> (...) o sistema penal igualmente tria, diferencia e seleciona: para alguns, penitenciárias superlotadas, não raro em péssimo estado de conservação, verdadeiros 'pardieiros penitenciários, para outros, a forte probabilidade da absolvição e da impunidade, na pior das hipóteses, penas brandas e tratamento privilegiado (...) (p.155).

Frisa-nos Batista[126] (2009) que na realidade a política criminal expressa uma demanda por ordem no processo de acumulação do capital. Ressalta que o crime não é algo dado, mas um produto histórico-social e que há um filtro no sistema penal. O sistema criminal/prisional engendra um saber (criminológico) que justifica a prisão para determinados segmentos sociais. Desta forma:

> Na discussão sobre a questão criminal no Brasil de hoje, não importa que o extermínio, a violência contra os moradores de favelas e os sem-terra, a tortura e o isolamento nas prisões não tenham nenhum efeito sobre as condições reais de segurança. Não importa que quanto mais prendemos, torturamos e matamos não melhore em nada a situação dos nossos jardins cercados, a brutalidade e o extermínio fazem sentido por si, trata-se de um engajamento subjetivo à barbárie. É por isso que a criminologia do senso comum vai precisar de filósofos, psicanalistas, antropólogos e sociólogos que destilem emoções baratas. O importante é que a população não se identifique e não se compadeça da face mestiça e pobre da questão criminal no Brasil[127].

Considerando que a reprodução da vida carcerária não se circunscreve aos limites dos muros das diferentes unidades prisionais, as ilegalidades espacializam a prisão além dos seus muros, aproximando-a das regiões periféricas das cidades.

---

[126] BATISTA, V. M. Criminologia e política criminal. In: Passagens, Revista Internacional de História e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol.1, n.2, julho/dezembro/2009, p. 20-39.
[127] Ibid., p. 34

Quais os motivos que causaram a prática de determinados delitos? Os crimes contra a vida, o homicídio, e a propriedade privada. O furto e o roubo, além do tráfico de drogas se sobressaem como as práticas mais comuns. São os principais delitos filtrados pela segurança pública e pelo sistema penal, como vemos na **Tabela 8**:

Pesquisado	Delito		Motivo
Detento 01	Homicídio/Tráfico		Trabalhava/ traficava
Detento 02	Quadrilha/Furto		Melhorar padrão de vida
Detento 03	Homicídio/tráfico Quadrilha		Traficava/ padrão de vida
Detento 04	Homicídio/Roubo		Melhorar padrão de vida
Detento 05	Homicídio		Familiares/vizinhança
Detento 06	Homicídio		Conflitos familiares
Detento 07	Roubo		Injustiçado
Detento 08	Tráfico de drogas, estelionato e roubo		Complementar salário
Detento 09	Tráfico de drogas		Conflito no bairro
Detento 10	Sequestro estupro		Injustiçado
Detento 11	Estelionato		Melhorar padrão de vida
Detento 12	Roubo		Viciado em drogas
Detento 13	Tráfico		Viciado em drogas
Detento 14	Roubo		Melhorar padrão de vida
Detento 15	Homicídio		Conflito no bairro
Detento 16	Roubo e Homicídio		Complementar salário
Detento 17	Furto		Viciado em drogas
Detento 18	Homicídio		Conflito no bairro
Detento 19	Homicídio		Conflito no bairro
Detento 20	Homicídio		Briga pelo tráfico
Detento 21	Homicídio		Conflito no bairro
Detento 22	Homicídio		Briga em um bar
Detento 23	Tráfico de drogas/Roubo		Atuava no crime
Detento 24	Roubo/Tráfico de drogas		Vício em drogas
Detento 25	Roubo/Tráfico de drogas.		Atuava no crime

TABELA 8 - Tipos de delitos e motivação apontada pelos presos. Fonte: Informação coletada em trabalho de campo realizado em (2012). Org. por Raimundo Arruda

O homicídio tem sido a resposta violenta utilizada tanto na mediação para se controlar o negócio das drogas no bairro quanto na resolução de conflitos interpessoais e familiares. Souza (2008) denuncia os enclaves

territoriais das drogas diminuindo as interações sociais nos morros, favelas e nas áreas obsoletas dos centros das grandes cidades[128]. Zaluar[129] (2000) pontua as atividades do tráfico como um atrativo, uma alternativa ao desemprego fomentando uma polícia corrupta e a violência permeando as relações.

Quando questionados sobre as causas que culminaram na prática delituosa, os detentos apontaram as seguintes: o fato de receberem um salário inferior ao atendimento de suas necessidades nos casos em que mantiveram alguma atividade profissional, além de não terem o registro do contrato na carteira de trabalho, o que indica uma precarização da relação de trabalho; a existência de conflitos nos bairros onde viviam, envolvendo disputa pelo comércio do tráfico e que interferem nas relações familiares e interrompem a débil convivência comunitária.

Identificamos a partir dos depoimentos três motivos que culminaram em conflitos com a lei: (i) o envolvimento com o tráfico de drogas, (ii) o uso da violência física e da prática do homicídio, como mediação nos negócios do crime e na resolução de conflitos interpessoais e (iii) formas ilegais de complementação da renda familiar e conflitos no bairro.

A comercialização das drogas ilícitas envolve vários segmentos sociais, aqueles que se iniciam no mundo do crime atuando como gerente da boca de fumo, o entregador da mercadoria (maconha ou crack, etc.), o usuário, o segurança dos pontos de venda e aquele que realiza as cobranças aos devedores e enfrenta as quadrilhas rivais.

Um jovem detento revela que desde adolescente se inseriu no mundo do trabalho e que houve uma mudança em sua vida a partir do momento em que se transferiu para a cidade. Lá ele exerceu diferentes atividades até que descobriu no tráfico de entorpecentes o caminho do sucesso financeiro:

---

[128] Ibid., p. 58

[129] ZALUAR, A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

> Fui criado no evangelho e morava no interior do estado. Aos quatorze anos fui morar em Vitória de Santo Antão e lá conheci um senhor muito forte no tráfico, que me ensinou tudo. Aos 15 ou 16 anos comecei a traficar em Pacheco[130] e gerenciar o tráfico nesse bairro.
> Só trabalhei uma vez com carteira assinada e várias como clandestino. O tráfico dá mais poder e dinheiro que o trabalho. Já trabalhei cortando cana em Vitória e também como flanelinha em Cavaleiro. Trabalhar é mais tranquilo, mas se ganha pouco. No tráfico ganhamos muito e gastamos muito também, principalmente, com festas e mulheres. Por semana ganhava até cinco mil reais pela venda de cem gramas de crack. (Paulo - 2012)

Talvez, dentro de um parecer jurídico, esse jovem detento pode até ser apontado como uma pessoa de alta periculosidade. Mas, quando entramos em seu universo a partir de seus depoimentos, reconhecemos como ele foi o primeiro a ser violentado ao se inserir desde adolescente no mundo informal do trabalho, quando aos quatorze anos teve que trabalhar no corte de cana-de-açúcar, abandonando a escola para se inserir no mercado de trabalho. Depois migrou para a cidade onde exerceu várias atividades, dentre as quais destaca o trabalho informal nas ruas centrais cuidando dos carros como flanelinha. Ele ressalta que na cidade conheceu várias pessoas e pontua como a mais importante um senhor que traficava. Revela que com este aprendeu os meandros comerciais do tráfico de drogas. Reconhece o prestígio e poder adquiridos ao se inserir neste negócio e o domínio que exerce sobre todo um bairro da região metropolitana de Recife. Desta forma, o jovem detento conseguiu se capitalizar, comprando quatro imóveis residenciais no próprio bairro em que atua, o que lhe garante hoje uma renda através de aluguéis.

Preso por tráfico de drogas e outros delitos afins, um ex-detento relata o círculo vicioso provocado pelo estigma da prisão que o acompanha até o bairro em que vai morar. Assim ele precisa se integrar às gangues que comandam o crime. Eis seu testemunho:

---

[130] Pacheco é um bairro de Jaboatão dos Guararapes (Vide Mapa 1)

> Vou responder por homicídio e por tentativa de homicídio, tráfico e formação de quadrilha. Muitos fatos me levaram ao crime, como sou ex-detento se estabelece uma guerra com os moradores onde moro e a disputa por tráfico e preciso de dinheiro para manter um padrão de vida melhor. (Marcos - 2012)

A disputa pelos pontos de comercialização das drogas incita outros tipos de violência no bairro como o assassinato de concorrentes comerciais e de clientes (os dependentes) que não conseguem pagar suas dívidas. Antes de sua reincidência, na condição de ex-detento, ele representava um algoz para as quadrilhas locais. Desta forma, justifica o uso de armas de fogo como uma estratégia de defesa, de luta pela sobrevivência física, argumentando que sua inserção no comércio de drogas é o único meio para obter uma condição de vida material superior a dos demais moradores do seu bairro.

O trabalho no negócio do tráfico tem sido muitas vezes a única alternativa para aqueles, particularmente adolescentes e jovens, que moram em bairros pobres e são atraídos pela possibilidade de renda a ser auferida. O processo de circulação do capital promovido pelo tráfico de drogas insere-se num conjunto de estratégias de violência que torna os jovens vulneráveis, ora atuando como protagonistas, ora como vítimas de bárbaros homicídios.

Numa entrevista mais longa um dos pesquisados relata com mais detalhes sua trajetória de encontro com a prisão, circulando entre a prática do homicídio e o tráfico de drogas:

> Entrei aqui em 1992 por homicídio, passei seis anos aqui, passei por várias rebeliões. Antes trabalhava como ajudante de eletricista na empresa de petróleo no Cabo. Sou nascido e criado lá. Entrei em 1992 por homicídio, quando entrei não houve problema, comecei a trabalhar como faxineiro no pavilhão da unidade depois foi trabalhar numa cantina e depois fui cozinha. Até que em 1997 houve uma rebelião e fui

> transferido para Barreto Campelo. Com trinta dias houve uma rebelião e morreram umas vinte e oito pessoas e depois fui trabalhar na copa. Com três anos fui para a Penitenciária. E, em 1998, fiquei encarregado do rancho, ia muito para a praia. Depois fui para condicional em 2001. Como não consegui emprego, abri uma boca de fumo em Itapissuma. Era um bar que, de um lado era bar e, do outro, era boca de fumo. Minha vida era sem sossego com a polícia de entorpecente atrás de mim. Quando em 2003 fiquei como encarregado do rancho do presídio, quatro anos depois um policial assumiu e ficou me perseguindo e pedi para ser transferido para outra penitenciária. Com seis meses fui para o semiaberto e voltei para trabalhar no rancho. Nessa condicional fui morar em Dom Hélder, bairro de Jaboatão. Lá arranjei uma mulher que tinha um filho drogado, que agredia muito a mãe, e no carnaval de 2010 não aguentei e o matei. Agora sou concessionado da escola, faço quase tudo na escola e até preparar a merenda. (Carlos, 2012)

Seu relato mostra contradições quando afirma que nunca foragiu do presídio, ao mesmo tempo recorda que passou anos como fugitivo. Uma trajetória marcada por entradas e saídas no cárcere. Na ilegalidade montou um pequeno comércio que funcionava como bar e como ponto de venda de drogas.

Um dos pesquisados assim respondeu quando questionado sobre o motivo que o levou para a prisão: "Fui preso após um assalto, o que me levou ao crime foi o uso de drogas[131]".

A dependência do uso de drogas é apontada por muitos detentos como principal porta de entrada ao mundo do crime e da prisão. A política de combate ao tráfico de drogas encheu nossos presídios e penitenciárias e de forma equivocada enquadrou traficantes e dependentes. A dependência funciona como um círculo vicioso, em que a pessoa sem recursos financeiros e na condição de dependente pratica pequenos delitos selecionados pela polícia, pelo sistema penal. O direito penal burguês incide mais diretamente nos delitos contra o patrimônio realizado pelos grupos sociais

[131] Gil, entrevista realizada em 2012

subalternos/marginalizados. Segundo Baratta (2011), os crimes praticados pela elite, os crimes do colarinho branco, estão geralmente isentos da criminalização penal. Pelo contrário, essas práticas antissociais de segmentos das classes dominantes servem de suporte para a acumulação do capital[132].

Já outro detento, que morava em outro estado do nordeste, afirma: "Cometi os crimes procurando melhorar o padrão de vida da minha família, entrar na classe alta, daí trafiquei e assaltei banco". (2012)

O homicídio apareceu como segunda causa de encarceramento. E a morte violenta (o homicídio) tem sido a forma utilizada para resolver os negócios do tráfico de drogas como também para resolver conflitos interpessoais nos bairros. Concordamos com Caldeira[133] (2000) quando ela afirma que a partir dos anos oitenta verifica-se a crescente fortificação das cidades, destruição dos espaços públicos e o abuso da polícia autoritária e truculenta, principalmente para os segmentos mais pobres.

Um dos presos apontou a prática do homicídio como causa de seu encarceramento. Em sua resposta teceu uma crítica contundente ao sistema carcerário e político brasileiro:

> Já recaí duas vezes e volto para o crime, pois não se dá oportunidade para o detento, o ex-detento. Por que os invocados de Brasília não passam aqui e não trazem cursos e apoio para os detentos? Não sei onde estão os mil e poucos reais que dizem que gastam com a gente. Como o detento vai se reeducar com uma pulseira? Gera um medo e discriminação. A polícia bota um forjado, bota a maconha e o crack se tiver uma operação da polícia no bairro do que está com pulseira, que o governo gratifica e dá folga para quem prender mais. O policial vai à casa buscar, forjar e prender para ser promovido. O Pacto Pela Vida foi horrível. Quanto não se gasta com a confecção das pulseiras eletrônicas? Uma tecnologia que prejudica os pobres. Pois cadeia é para os três p: puta, preto e pobre. A justiça é lenta e quando sair daqui

[132] Ibid., p. 176
[133] CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 34.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

> farei minha própria lei. O crime não tem como sair de mim, como vou trabalhar e sustentar minha família? E o governo quer isso, eles querem que voltemos ao crime, para justificar o salário deles. O tráfico não acaba porque eles não querem. Quem sustenta o crime são os donos da lei, como a polícia e deputados. (Justino, 2012)

Reincidente, o detendo ressalta o círculo vicioso vivenciado por todo aquele que se encontra na condição de ex-detento, em que a falta de oportunidades no mercado formal de trabalho torna-o vulnerável e alvo de ações provocadas por políticas de segurança pública equivocada. Os governos, ao premiarem as delegacias e os batalhões militares com folgas e gratificações em função de resultados medidos com base no número das apreensões realizadas, podem induzir a arbitrariedades e abusos por parte da polícia.

Ele vai além ao pontuar a funcionalidade da prisão como justificadora da existência de várias instituições, inclusive a policial. Questiona os valores que são divulgados pela mídia quanto aos custos que cada pessoa encarcerada representa para o Estado e destaca qual seria a sua população alvo: as prostitutas, os pretos e os pobres. Também não vislumbra alternativa, pois afirma que o tráfico sustenta as quadrilhas e a própria polícia, que não tem interesse em encerrar este negócio. Quando sair da prisão, pretende viver segundo regras e leis elaboradas por ele mesmo. A classe média e alta se diferencia pelo uso de grifes de roupas sofisticadas e exclusivas, moram em condomínios fechados e isolados dos demais moradores da cidade. Ou seja, estruturam um arranjo espacial que impede os contatos entre os diferentes. Assim, o nosso entrevistado também pretende se isolar, vivendo realmente a partir do que ele denomina sua "lei". Seu tom é crítico e expressa uma desilusão em relação à sociedade.

O preso tece uma crítica direta à política de segurança de Pernambuco, o "Pacto Pela Vida". No intuito de adquirir vantagens através

das gratificações e promoções os policiais forjam provas contra ex-prisioneiros que moram nas periferias.

Para Souza (2008) deve-se evitar a associação mecânica da política de segurança pública com os interesses capitalista de defesa da propriedade, que assim incentiva a ação policial brutal, repressiva e corrupta da polícia. O autor reconhece as dificuldades na mudança de paradigma na política de segurança em função dos setores e grupos que lucram com a extrema desigualdade presente na sociedade brasileira e por isso, não tem interesse em resolver os problemas em sua raiz. Pois assim poderia contrariar os interesses do capital.

Nos bairros periféricos das cidades brasileiras, abandonados pelo poder público, mas sob controle rígido das quadrilhas e dos policiais corruptos alimenta-se um ciclo de violência que deságua em conflitos interpessoais que são resolvidos também de forma violenta. A prática de roubos e/ou furtos para suprir a carência financeira e o assassinato de pessoas para resolver conflitos interpessoais aparece como principais delitos.

Mesmo trabalhando, a gravidez da esposa e os gastos extras representavam um peso significativo no orçamento doméstico e foi o estopim para a prática dos crimes:

> Em 2000 trabalhava como ajudante de pedreiro clandestino, minha mulher estava grávida e precisava comprar o berço e o enxoval. Arrumei uma arma e comecei a roubar em pequenos mercadinhos e armazéns, quando em 2001 fui preso pela primeira vez. Em 2011 caí por um homicídio. (Antônio - 2012)

Morador de um bairro da periferia, com baixo grau de escolaridade e sobrevivendo no emprego informal como ajudante de pedreiro, os gastos com o nascimento do filho serviram de justificativa para a sua inserção em

pequenos crimes. Quando em 2011 é mais uma vez retido na rede do sistema prisional, agora na condição de homicida, argumentou que "matou para não morrer" e que usa armas para se defender dos inimigos. Os bandidos dos bairros e os policiais geralmente são apontados como algozes de ex-detentos. A sua experiência biográfica descortina aspectos de nossa sociedade e de como a violência molda as relações na periferia das grandes cidades brasileiras. Deve-se ressaltar aqui que estas práticas de justiça pelas próprias mãos são frequentemente antecedidas por uma violência institucional / oficial praticada por meio de uma política de Estado que se caracteriza pelo abandono público destes bairros.

Os conflitos nas relações dentro da própria família ou no contato com os vizinhos na comunidade deságuam em atos violentos como os assassinatos. E são indicativos da privatização da justiça e da vingança pessoal na resolução de conflitos domésticos.

Eis outro depoimento:

> Fui detido agora por suspeita de assassinato. Mas na primeira vez foi por assalto, Houve o assassinato de uma jovem que tinha discutido comigo e fiquei como principal suspeito. (Romero, 2012)

Corroborado pela fala de outro preso ao afirmar: "ter matado um rapaz, que era vizinho e perturbava muito, me agredia por palavras. Comprei uma arma e o matei" (Júnior - 2012). Um detento bem jovem, com vinte e quatro anos, narra sua trajetória de vida, sempre ligada a instituições fechadas, afirma-nos que:

> Desde adolescente que vivo em presídio passei pela FUNASE[134] e depois fui direto para o presídio. Nunca trabalhei sempre vivi no crime. Meu pai é policial e está preso ele já era assassino e bandido. Sempre vivi em presídio dá impressão

[134] Instituição voltada para crianças e adolescentes em conflito com a lei em Pernambuco.

> que estou de férias quando estou fora do presídio (Pedro, 2012).

Ele aponta as dificuldades que enfrenta nos raros momentos de liberdade ao não saber se comportar na sociedade. Para ele, o presídio é um ambiente familiar, pois conhece as regras que aprendeu desde sua adolescência na Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FUNASE) que segundo ele apresenta normas de convivência "semelhante às das prisões". Os efeitos da prisionalização sobre o jovem detento se incorporaram de tal forma que o impede um retorno ao convívio social.

***

Ao contextualizar o delito abordaram sua posição no mundo do trabalho e revelaram os problemas enfrentados em seus locais de moradia.

No que se refere às relações de trabalho, destacam a informalidade como forma de vínculo trabalhista e de modo geral apontam as dificuldades enfrentadas em função do baixo valor do salário. Dos vinte e quatro entrevistados, só quatro reconhecem que sempre viveram do crime e até que nunca exerceram nenhuma atividade legal; enquanto treze deles salientam que trabalharam em atividades informais no terciário inferior, destacando-se a função de segurança no bairro, mototaxistas e entregadores de água mineral. Alguns que exerciam atividades clandestinas informaram que, ao lado da atividade legal, começaram a se envolver com o mundo do crime, principalmente com o tráfico de drogas e pequenos assaltos.

Quanto aos usuários de drogas, a maioria cometeu os primeiros delitos em função da necessidade de manter o vício. Alguns assumiram que, mesmo inseridos no trabalho, entraram na criminalidade pelo desejo de alcançar um melhor padrão de vida e, dessa forma, participar de forma mais efetiva na sociedade de consumo. Salientaram que não seria pelo trabalho

formal e legal, que geralmente assegura baixa remuneração, que alcançariam um nível de vida superior para seus familiares, pois almejavam se enquadrar nos padrões da classe média.

Assim sendo, os discursos dos detentos pontuando os momentos que antecederam ao aprisionamento ressaltam a precariedade na relação de trabalho, porque grande parte deles sobrevivia na informalidade, ou auferia renda através do envolvimento com o mundo do crime, algumas vezes esse envolvimento se deu a partir da toxidependência. Estes mais que "delinquentes" ou "bandidos" seriam meros usuários, que engrossaram dentro das unidades o mercado consumidor dentro do próprio presídio.

Quanto aos problemas vividos no bairro, salientam os conflitos familiares, interpessoais e a uso da violência física como instrumento de defesa e resolução de conflitos. Mesmo não apontando diretamente o envolvimento no mundo do crime, os que foram detidos portando arma de fogo alegam que serviria para se defender dos inimigos. Uma resposta que pode indicar envolvimento com o negócio do tráfico de drogas, ou este uso pode ser indicativo da condição de ex-presidiários que sente a necessidade de se armar para se defender de policiais corruptos ou dos jovens e adolescentes que lideram as novas quadrilhas.

Zaluar (2000) reforça em seu estudo como a ética do trabalho serve para separar trabalhador de bandido e aponta como principais causas dos problemas enfrentados nas comunidades: a falta de assistência governamental, o empobrecimento, a polícia corrompida e a atração para o trabalho no tráfico como uma alternativa à falta de oportunidade no emprego formal[135]. Para a autora é a identificação com o lugar a partir do compartilhamento e reconhecimento das condições desumanas em que vivem que, em alguns momentos, aproxima os bandidos e dos trabalhadores nos locais de moradia.

[135] Ibid., p. 153

Para Souza (2008) o capitalismo é criminológico ao criar uma demanda por consumo e ao mesmo tempo impedir que grande parte da população, particularmente as classes populares, tenham acesso ao que desejam, gerando tensão e violência. Para ele, o tráfico de drogas é um estorvo para o Estado do ponto de vista formal, mas, na perspectiva informal, é uma fonte de renda. Dessa forma, é uma atividade não "'marginal' ao capitalismo contemporâneo"[136]. O controle exercido pelo tráfico nas comunidades atende aos interesses das classes dominantes e do próprio Estado, posto que impede uma organização popular que se oponha aos processos globais de exploração e expropriação.

Os discursos dos detentos apontando as possíveis causas que culminaram em seu aprisionamento revelam processos de exclusão e marginalização atuantes na sociedade. Mais à frente, quando analisarmos a dinâmica das práticas prisionais, que formam o invólucro do cotidiano carcerário percebe-se o encontro entre o dentro e o fora da prisão através das linhas, ductos ou fios que ligam detentos, familiares e ex-prisioneiros. A prisão faz parte do cotidiano de muitos segmentos das classes populares. Lefebvre (1991) elabora uma crítica da vida cotidiana da sociedade capitalista em geral, tomando como ponto de partida para a sua análise a situação da classe média francesa após a segunda guerra mundial. Neste trabalho, iremos nos apropriar de alguns de seus conceitos e reflexões, sobretudo no que diz respeito ao terror e à violência que acompanham o cotidiano, para entender melhor a dialética vivida no cárcere.

O cotidiano carcerário reproduz o vivido lá de fora, como uma reprodução da sociedade. O cotidiano, como um conjunto de repetições, um momento de encontro entre subjetividade e objetividade, é um nível em que se dá a produção e (re) produção das relações sociais.

A precariedade dos serviços prisionais e os acordos internos firmados entre administração penitenciária e organização de detentos moldam as

[136] Ibid., p. 160

relações sociais no presídio. Os acordos são frutos de disputas realizadas entre os detentos em torno do acesso a recursos, bens e serviços. Eles regulam práticas como: a compra de um local na cela; o direito de preparar sua própria alimentação; a organização e recepção das visitas; o desenvolvimento de atividades econômicas e, em alguns casos, a ajuda a alguém mais carente.

Dentre as atividades desenvolvidas no interior das unidades prisionais que se irradiam pela cidade podemos destacar a comercialização das drogas. Esta ação é sustentada por um conjunto de práticas comandadas algumas vezes por presidiários, que mesmo fora do bairro exercem uma influência sobre os seus moradores. Assim, mesmo detidos, os chefes de gangues autorizarão a eliminação de concorrentes e devedores.

Em suas falas, os presos desvelam os conflitos interpessoais e a situação de vulnerabilidade a que estão expostos na condição de moradores dos bairros periféricos da metrópole pernambucana. São frequentes as referências a problemas de ordem familiar e conflitos entre vizinhos e/ou amigos, além do enfrentamento com a brutalidade e autoritarismo da polícia. Assim o comércio de drogas se apresenta como uma alternativa à baixa remuneração obtida nas atividades informais, que são aquelas geralmente ao alcance destes trabalhadores.

A espacialização da prisão se estende por todas as cidades que fazem parte da área metropolitana e uma de suas ramificações se dá por meio de suas ligações com o tráfico de drogas, reforçando o universo da violência no qual estão imersos. A prisão se torna um ponto que articula, faz convergir e dispersa os fluxos por meio de um cotidiano, mudando e transformando os detentos, que, de objetos da justiça criminal/penal, se transformam em atores dentro e fora dos muros das prisões.

As narrativas dos detentos sobre a forma como ocorreu o seu encontro com a prisão dá margem para uma reflexão sobre as condições de

existência de segmentos das classes populares que são selecionados pelo sistema de justiça e penitenciário brasileiro. A parte inicial deste capítulo, construída a partir das falas dos presos, nos remete a uma discussão na identificação dos novos indesejáveis.

Os testemunhos de histórias de vida relatados pelos entrevistados apontam as condições precárias vividas antes da experiência do cárcere, muitas delas enfrentadas em seus locais de moradia. Apontam também a relação com o mundo do trabalho, que geralmente ocorre sem os vínculos legais. E, ressaltam como a violência física tem sido o instrumento utilizado, ora na resolução de conflitos interpessoais e familiares, ora na negociação do comércio de entorpecentes. A política de guerra às drogas cria um caldo de cultura mediado pela violência que se dissemina.

As narrativas pontuando a entrada no cárcere remetem-nos ao pensamento desenvolvido por Souza (2008) que em suas elucubrações sobre o crime e o sentimento de medo na urbe, observa que os pobres são os que mais sofrem as suas consequências, pois vivem em lugares "segregados e de mais vulnerabilidade"[137].

Por isso, a violência não se distribui de forma homogênea na cidade, uma vez que os moradores da periferia estão mais expostos a ela, pelo menos aquela patrocinada pelos traficantes e pela ação mais dura da polícia. Ele ressalta que, a partir dos anos 80 do século passado, o tráfico de drogas se torna rentável e se torna uma alternativa à limitada oferta de emprego da era pós-fordista. Mas afirma que: "são eles, os traficantes do 'subsistema varejo', aqueles que morrem ou vão para a cadeia ou para os 'reformatórios' para 'menores infratores'"[138].

Kowarick[139] (2009) assevera que no Brasil a democracia consolidada entre os anos 1980 e 90 se caracterizou pela desigualdade no acesso aos

---

[137] Ibid., p. 25
[138] Ibid., p. 128
[139] KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. 34.ed. São Paulo: Ed. 34, 2009, p. 86.

direitos civis e econômicos engendrando uma desfiliação, principalmente dos segmentos populares com relação aos locais de moradia com a perda de raízes, da identidade com o seu bairro e sua vizinhança contribuindo para o desenraizamento social e econômico. Assim se enfraquecem os laços com amigos e familiares, acompanhado do desemprego e da informalidade, não se apresentando perspectivas para uma integração mais justa na sociedade.

A vida cotidiana carcerária seria uma face negada da vida cotidiana em nossa sociedade, se constitui como um universo "subterrâneo", uma parte submersa, emergindo com mais força nos países periféricos como o Brasil, um território sem tradição no campo dos direitos sociais, políticos e econômicos. O cotidiano carcerário com muita potência estende seus tentáculos em diferentes pontos da cidade, que se interligam, transformando as unidades prisionais em nós onde circula o poder, locais de reprodução de dominação de classe. Assim sendo, nas falas dos detentos encontramos elementos que nos ajuda a desvendar melhor a nossa sociedade em sua aparente dicotomia.

As falas de nossos entrevistados apontam para esse processo de desfiliação, mas, quando mergulhamos em suas vidas, seus relatos também revelam que, apesar de a aparente fragilidade familiar e dos problemas enfrentados nos bairros, a família tem sido um suporte fundamental para quem se encontra privado de liberdade.

3.3 O cotidiano moldado pela luta por espaço e poder nas celas e pavilhões.

Como se processam as relações de poder no interior das unidades do sistema prisional de Pernambuco? Como o poder circula a partir dos territórios criados pelos detentos? Quais as práticas que moldam cotidiano carcerário?

A vida cotidiana carcerária apresenta uma face externa que vai além da materialidade dos muros da prisão e uma face interna, formada no interior das celas e pavilhões. As ações dos detentos nos territórios construídos ora, em função da luta pela sobrevivência diária, ora pela acumulação, transformam as necessidades não atendidas pelos serviços prisionais em mercadoria.

A dinâmica prisional apresenta uma rotina com ritmos diferenciados ao longo do dia e durante a semana. Nos dias úteis, é intenso o movimento de técnicos e agentes penitenciários e a circulação de presos procurando ter acesso aos serviços prisionais ou tentando realizar pequenos negócios. Nos finais de semana as unidades estão voltadas para o dia da visita. Neste dia os pavilhões e celas devem estar limpos e os grupos de detentos se reúnem em frente ao pavilhão para aguardar seus parentes e amigos.

Ao entrar nas unidades, os detentos recebem orientações sobre as regras gerais de funcionamento da unidade, dos pavilhões e, caso se instale numa cela, é socializado nas regras da mesma. Geralmente a administração destina um pavilhão ou parte dele para os detentos que prestam serviço dentro do presídio. Há também o pavilhão de segurança, para os presos de maior periculosidade e o isolamento para os que correm risco de vida dentro da unidade. Mas as distintas ações dos detentos acabam por promover as desigualdades entre os pavilhões. A arquitetura pode até mudar de uma unidade prisional para a outra, mas o que permanece são os privilégios e o poder de quem tem acesso à cela. Mais adiante apresentaremos e analisaremos a dinâmica prisional.

Como exemplo das diferenças entre os pavilhões, podemos analisar aspectos da religiosidade, sobretudo a ação dos evangélicos que exercem forte presença presídios e, por isso, em algumas unidades criam um pavilhão próprio. Com uma normalização condensada de interdições de ordem moral, onde é proibido o uso de celulares e de drogas, são obrigados a usar roupas mais comportadas. O pavilhão é mais limpo. Há sanitário para solteiro e outro para os casados. Desta forma, nos dias de visita os solteiros

não sofrem tanto, já que podem circular mais à vontade e usar o mesmo. Os evangélicos[140] exercem forte influência no cárcere e muitos ficam numa linha entre o crime e a bíblia. Segundo alguns detentos, o ser evangélico na prisão funciona como um manto protetor, uma identidade, uma capa, que os protege de situações constrangedoras, pode livrá-los de certas opressões, já que o pastor, mesmo sendo um detento, pode ter acesso à direção da unidade prisional.

Tivemos oportunidade, via Pastoral Carcerária, de acompanhá-los em 2013 na visita em algumas unidades da região metropolitana de Recife e assim conhecer melhor o local responsável pela triagem dos detentos. Eles podem passar até dez dias na triagem, local onde do pessoal técnico da unidade fornece informações sobre seus direitos e deveres. O Regimento[141] da Secretaria Executiva de Ressocialização elenca os procedimentos que deveriam ser seguidos no momento da chegada do detento.

Vamos descrever o setor de triagem de uma unidade prisional, mas não podemos generalizar. Um espaço de dimensões pequenas para o total de pessoas detidas, cerca de 25 a 35 presos, com estrutura física deteriorada, sem ventilação, paredes sujas, um forte odor de mofo e de latrina, já que não há porta que separe o banheiro do local onde eles se acomodam, é neste local em que são alojados os detentos. Um varal improvisado atravessa todo o hall da sala com peças de vestuário

---

[140] Nas unidades prisionais que visitamos as denominações mais atuantes era a Assembleia de Deus e a Igreja Universal.

[141] O Regimento da SERES elenca os procedimentos que deveriam ser seguidos, vamos reproduzir o mesmo para contrapor o discurso oficial ao vivido:
Art.12. Será efetuada a classificação definitiva do preso e aprovado respectivo plano individual de readaptação, que deve conter:
I – os objetivos a serem atingidos e as ações a serem desenvolvidas para o efeito mencionado;
II – o tipo de apoio psicológico, de formação profissional e de cuidados de saúde a serem disponibilizados;
III – a inserção e o relacionamento familiar a desenvolver; a escolaridade a atingir e o trabalho e as atividades culturais, recreativas e desportivas a que o preso vai ser afeto.

estendidas. Um dos presos salienta: "Quando um pedófilo ou tarado chega ele vai apanhar muito, realizar faxina, lavar roupas e servir como mulher" (Antônio, 2012). Na triagem que os detentos vão se apropriando das normas internas, as regras que normatizam as relações.

Neste local ficam isolados da unidade e do contato com os seus familiares. Muitos afirmaram que ainda não haviam tido contato com seus parentes. É neste setor que o detento é marcado com sua nova identidade. Como estão longe e separados de seus parentes e amigos de fora, se estabelecem relações internas a partir de contatos com companheiros ou parceiros do crime ou pelo encontro de conhecidos detidos. Caso o novo detento encontre algum inimigo, ele tem que comunicar ao pessoal técnico e de segurança para que não seja enviado para o mesmo pavilhão onde se localiza seu algoz.

É na triagem que os detentos tomam conhecimento dos acordos que permitem a concessão pela administração penitenciária da organização dos presos para gerenciar os pavilhões. Assim, presos que usufruem de laços com outros internos podem receber apoio material como lanches, cigarros, etc., além do conforto psicológico. Dispor de amigos lá dentro facilita também o contato com o pessoal técnico da unidade prisional e pode ajudá-lo a localizar-se junto de seus companheiros e/ou de se livrar de inimigos.

Após oito ou dez dias eles são transferidos para os pavilhões, e em sua descrição apresenta os principais personagens da prisão. Segundo o preso:

> No pavilhão tem os chaveiros, os auxiliares do chaveiro, os faxineiros e o porteiro. Há também os cantineiros e os que tentam ganhar dinheiro vendendo suco ou picolé, vitaminas, pastéis, drogas, etc. Dentro do pavilhão existe a "correria",[142]

[142] Correria é uma gíria dos presos de Pernambuco que consiste em qualquer ação realizada pelo detento no sentido de uma realização pessoal, para obter uma pequena vantagem. Por exemplo, um detento que não recebe visita poderá prestar algum serviço como vender uma peça de vestimenta ou trocar este mesmo produto por outro. Dentro das unidades há

> onde qualquer um que estiver sem dinheiro pode fazer uma correria, como, por exemplo, para comprar um lanche, às vezes se vende um produto para comprar um que se necessita. A quadrilha lá fora influencia muito aqui dentro, como programar uma morte. Por exemplo, alguém daqui do presídio manda vender uma droga e a pessoa depois não paga, logo sai uma ordem de dentro para matar lá fora. As normas e regras têm a ver com o convívio daqui mesmo, com a nossa convivência. Como vivo no pavilhão evangélico é mais tranquilo sem drogas e bebidas. Enquanto nos outros acontece de tudo, além de muitas brigas. (Carlos, 2012)

O detento, ao pontuar como surgiram as normas, identifica as figuras ou atores que emergem dessas relações. Dentre estas, ele aponta uma figura polêmica dentro do sistema prisional de Pernambuco que é o chaveiro, o preso responsável pela administração do pavilhão[143] e o seu auxiliar[144]. Estes são detentos da confiança da administração dos presídios, responsáveis pela gestão dos respectivos pavilhões. Ele gere o pavilhão como um local de transações comerciais, um grande mercado, no qual se comercializam os mais variados tipos de produtos, inclusive drogas. Outros personagens ou categorias relacionadas ao mundo do trabalho vão surgindo como o dono do pequeno comércio, o cantineiro, e vendedores de uma infinidade de mercadoria. Como evangélico, ressalta que vive no pavilhão de quem professa esta fé, com sua rotina e normas específicas em um ambiente que não permite contendas físicas.

As práticas dos detentos são moduladas pelas normas, um contrato não inscrito, informal, que condiciona os gestos, os comportamentos que

---

detentos que mostram certo talento natural para as vendas e escambo dos mais variados produtos e serviços.

[143] O chaveiro surgiu há mais de 30 anos para suprir o baixo efetivo de agentes penitenciários e é escolhido pela própria equipe gestora de cada unidade prisional. Cada pavilhão tem seu chaveiro. Ele goza de vários privilégios como o de poder morar sozinho numa cela e cuida da administração do pavilhão.
Disponível em:<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/11/15/pior-presidio-do-brasil-em-2008-anibal-bruno-vira-complexo-com-tres-unidades-em-recife.jhtm>.
Acesso em 07/jul./2014.

[144] O auxiliar de chaveiro ajuda na administração do pavilhão e geralmente é escolhido para o cargo principal quando o chaveiro é transferido ou recebe alvará.

compõem a rotina no pavilhão e celas, e assim delimitam os espaços. Eles se territorializam ao se apropriarem da cela, do corredor, ao comandarem o pavilhão e, por meio disto, estabelecerem hierarquias internas e definirem quem manda e quem obedece entre os outros detentos. Os códigos carcerários induzem interdições, movimentos e a circulação, num conjunto de repetições que dão identidade própria à rotina na prisão, que podemos denominar de vida cotidiana carcerária, como o resultado da prática espacial que assegura a produção e reprodução do carcerário.

Esses códigos/regras instituídos nas prisões engendram um poder, que é produto de uma miríade de relações. O poder, segundo Raffestin (1993), é exercido a partir de diferentes pontos, ele circula, e os seus mecanismos de funcionamento dentro das unidades prisionais serão explicitados ao longo deste capítulo.

Esses códigos moldam a convivência, um conjunto de normas seguidas cotidianamente no pavilhão ou na cela engendra práticas assimétricas que beneficiam os mais antigos em tempo de cadeia, e os que dispõem de maior poder financeiro. Quanto aos demais presos, para se incluir têm que desenvolver outras estratégias como vender sua força de trabalho, seja nas atividades laborais na unidade prisional, ou nas atividades implementadas pelo coletivo de presos. O espaço, assevera-nos Lefebvre (2000), reúne dialeticamente cooperação e conflitos[145]

A disciplina, segundo o dicionário Aurélio[146] (2010) consiste no "regime de ordem imposta ou mesmo consentida" e na "submissão a um regulamento". Estes conceitos se adéquam ao cotidiano carcerário. Foucault (2000), ao analisar os dispositivos impostos para o controle da população, pontua as disciplinas como uma das técnicas de controle sobre grandes contingentes populacionais:

---

[145] Ibid., p. 45

[146] FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio: dicionário da língua portuguesa. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010, p. 257.

> É por isso que a disciplina fixa; ela imobiliza ou regulamenta os movimentos; resolve as confusões, as aglomerações compactas sobre as circulações incertas, as repartições calculadas. Ela também deve dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos do contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios[147].

A vida cotidiana carcerária se molda no encontro de duas disciplinas, duas ordens que se interpenetram. Aparentemente se contradizem, mas na realidade se complementam. Assim, a ordem oficial se alinha aos interesses de grupos organizados de detentos. É da intersecção, do encontro dessas duas ordens, que se constitui uma nova produção voltada para garantir uma normalidade em um lugar marginal/anormal.

A rotina moldada pela vida cotidiana carcerária e sua prática espacial relativizam os muros da prisão. Carlos[148] (2003), em artigo seminal, discorre sobre a produção do espaço e também sobre a produção e reprodução da sociedade. A produção do homem como um movimento da reprodução social, isto é, movimento que articula subjetividades e objetividades. No processo de produção do espaço, ela identifica os seguintes agentes: (i) o Estado, (ii) o Capital e (iii) os Sujeitos Sociais. Segunda a autora, o mundo da mercadoria invade todas as dimensões e as categorias abstratas como apropriação/uso, valor de uso/de troca e cotidiano ajudam-nos a compreender melhor o novo momento de reprodução do espaço na atualidade. Se há um grande repertório na geografia sobre o processo de metropolização acompanhado de perda de identidade dos bairros nas grandes metrópoles brasileiras, atrevemo-nos a incluir a geografia do cotidiano nas prisões como uma temática importante

---

[147] Ibid., p. 181

[148] CARLOS, A. F. Da "Organização" à "Produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. _____, SOUZA, M. L., ESPOSITO, M. E. B. (org.) In: A Produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013, p. 64.

para compreender a questão urbana no Brasil, posto que a vida cotidiana carcerária extrapola o vivido nas celas, nos seus pavilhões e no interior de suas densas muralhas. A prisão se apresenta como um objeto da modernidade, um objeto do capital, um instrumento de classe e um dos instrumentos ideológicos que costuram a vida social.

Assim, o universo prisional não se circunscreve aos seus muros. Mas, para melhor compreendermos a situação dos detentos dentro da unidade, iremos nos reportar ao momento no qual os presos são enviados para o pavilhão. É quando o detento percebe que para sobreviver deverá, antes de tudo, aprender a se comportar de acordo com as regras que normatizam as ações, que delimitam e definem cada ato a ser realizado no interior da prisão.

Um dos entrevistados faz um resumo de como essas normas de convivência são repassadas, para ele deve-se:

> Aprender a viver nas normas criadas pelos presos, coisa antiga que já vem de tempos. Essas normas se baseiam em respeitar uns aos outros e às visitas, principalmente dia de visita, que é sagrado. Dentro da cadeia somos tratados como cachorros, começa pela boia, quando vêm os direitos humanos eles melhoram para mostrar que a alimentação está boa. O chaveiro repassa as normas e há pequenas diferenças entre os pavilhões, em alguns que tem uma comissão para decidir as coisas. Há pavilhões que trata tudo na violência e qualquer vacilo é resolvido no cacete. Essas normas nós chamamos disciplina, decidindo o dia a dia: limpeza nas celas, lavar roupas e se organizar para as visitas. Antes era proibido andar com óculos escuros, com tênis bom. Hoje já pode. Há muita violência entre os próprios detentos, deveríamos nos organizar e ajudar uns aos outros. Há pavilhões em que há muita briga, eles esfaqueiam, é cada um por si. Há pavilhões que o chaveiro interfere e não pode brigar muito, enquanto em outros vence o mais forte. Em todos os pavilhões tem que se respeitar a visita. Alguns andam com faca na cintura. Hoje os novatos assaltam aqui dentro da cadeia. Quem não é respeitado no mundo do crime, sofrem com os boatos sobre a sua pessoa e fazem que ele perca a cela e vá para o

> isolamento ou para outro pavilhão e mais uma vez tentar conquistar tudo de novo. (Justino, 2012)

Eis no trecho da entrevista uma síntese do sistema prisional, apontando as normas (disciplina), as diferenças entre os pavilhões e de como a violência permeia as relações. Este código de normas que garante a (re)produção do carcerário.

Tanto o detento responsável pelo pavilhão, o chaveiro, como os presos mais antigos, não em idade, e sim em tempo em que se encontram encarcerados repassam os códigos de comportamento no interior da unidade. Este contrato não assinado, mas vivido, moldará, forjar o ritmo da vida carcerária, caracterizada por uma luta pela sobrevivência, em que o acesso ao espaço como condição de existência será fundamental e desencadeador de um conjunto de práticas, agora apresentadas e analisadas.

O conjunto de regras normaliza a vida dentro da unidade prisional estabelece cada ato e comportamento desejado para a prática dos detentos. Este conjunto de práticas dos presos se apresenta como um trabalho, outro uso do espaço carcerário que se molda para atender novos interesses. Assim, são efetuados novos usos e apropriações das celas e pavilhões. Afirma-nos Foucault (2004):

> Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana (p.31).

Nas prisões brasileiras, essa mecânica do poder se exerce a partir dos acordos, das concessões. Dessa forma, emerge uma gestão nas quais

grupos de detentos assumem papel significativo. Assim, detentos que estão separados e isolados da sociedade sob a custódia do Estado emergem como sujeitos. Se não temos a forma de controle panóptico, o jogo de poder criado permite que o olho do rei (poder penitenciário) observe tudo, mesmo que não intervenha diretamente. Destarte, essas normas servem para separar dentro da unidade o grupo de presos que comandam e os que ficam numa posição de subordinação a estes.

Assim sendo, o poder se estrutura a partir de relações de simetria com relação aos que se beneficiam das transações e de dissimetria para os que ficam no prejuízo ou que na dependência exclusiva dos serviços prisionais. Em (1993), Raffestin observa que o poder se revela por meio de um processo de troca, através de uma comunicação. Pontua que o mesmo é exercido a partir de uma infinidade de pontos e destaca que "o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas"[149].

Assim, após dez dias na sala de triagem, o detento é enviado para o pavilhão, que se apresenta como uma interface que condensa várias práticas espaciais e como local de circulação de poder nas unidades prisionais. É quando inesperadamente tem que enfrentar a questão da acomodação, do seu local de dormida e, para concretizar essa ação, ele terá que se envolver em um jogo político mediado por laços de amizade e de parentesco. Caso a pessoa detida não encontre amigos ou familiares, deverá realizar um conjunto de estratégias para conseguir um local no corredor, seja para dormir e/ou para guardar seus pertences pessoais.

Sem alternativa, instalado no piso do pavilhão, só oficialmente ele será computado como morador de uma cela, superlotada. Geralmente as unidades prisionais não dispõem de celas em número suficiente, por isso, logo após a última contagem dos detentos se estabelece uma disputa pelo pavimento do corredor, já territorializado pelos detentos que chegaram primeiro no pavilhão.

---

[149] Ibid., p. 58

Assim sendo, desencadear-se-á uma negociação para se apossar provisoriamente no horário noturno do piso do corredor, caso o detento conte com um amigo, ou parente que já disponha de um local no piso, poderá se acomodar próximo a ele. Em caso contrário, terá que usar até sua força física para finalmente se instalar.

Estabelece-se uma relação desigual e desumana. Enquanto um grupo de presos obtém vantagens a partir de estratégias ao contar com o apoio de amigos e/ou familiares, outros auferem benefícios a partir da força física e alguns se impõem pelo tipo de delito, como os homicidas, marcando seus domínios numa prática territorial. Aos excluídos resta ficar entre o cochilo e a vigília seja de pé, de cócoras ou sentados.

Vamos apresentar primeiro a situação de quem conta com um amigo ou com a influência de parentes lá fora. Neste caso, a pessoa pode até ir direto para uma cela e usufruir todas as vantagens dela, como poder dispor de mais privacidade, participar de um grupo ou conexão[150] de alimentação, receber visitas e circular o menor tempo possível no corredor do pavilhão.

Como uma instituição pública permite a apropriação privada, pelo menos com relação ao seu uso? O mundo da mercadoria[151] invade as unidades prisionais. O não atendimento das necessidades básicas transforma essas mesmas necessidades em valores de troca. Os muros da prisão filtram e adaptam as leis econômicas, inflacionando os preços de reprodução da vida dentro do cárcere. Esse filtro de elevação nos custos de reprodução atravessa o muro e se refletem lá fora ao atingir os custos de reprodução dos parentes de quem se encontra detido. E, se não há mais o

---

[150] Conexão, segundo os detentos, significa a união para determinada ação. Pelo menos nas unidades que visitamos era assim que denominavam a articulação no preparo das refeições.

[151] Utilizamos o conceito de mercadoria de Marx (1987a) que pontua o valor de uso e o valor de troca como variáveis na transação que permite a mudança das coisas, da sua transformação em mercadoria. Que surge a partir da incorporação do trabalho humano, que se agrega aos produtos. O desenvolvimento da propriedade foi condição fundamental para a consolidação da mercadoria, da produção para o mercado, objetivando um lucro. O jogo de poder no interior das unidades permitindo que alguns detentos se apropriem das celas é o passo inicial para transformar as carências em produtos intercambiáveis e fonte de lucro.

martírio público, são introduzidos maus-tratos em doses de sofrimento diário. E uma das formas mais desumanas de tratar uma pessoa é privá-la do repouso de seu corpo (do sono). Dessa forma, a cela se transforma em um privilégio transfigurada na mercadoria mais cara dentro das unidades prisionais.

Se o detento já estabeleceu contato com amigos ou parentes quando estava na triagem e possui alguma influência junto a outros detentos, pode ter sua vida facilitada no pavilhão, sendo acomodado numa cela garantindo uma dormida melhor, guardando seus pertences pessoais ou até conseguindo descansar no piso. As questões internas da prisão estão sempre se comunicando com as externas, mesmo no exemplo da luta dos detentos por um local para se acomodar e dormir.

Fatores externos como posição no mundo do crime e influência de familiares e amigos são variáveis que contribuem para o sucesso ou fracasso dessa empreitada. No horário de recolhimento, no chão do corredor do pavilhão se constrói uma cartografia que revela uma nova exclusão para os excluídos da cela. Raffestin (1993), em sua abordagem sobre o território, ressalta que uma organização (um grupo) no processo de apropriação dos recursos delimita, classifica e dá um limite, assim, circunscreve sua área de influência[152]. A partir do momento que consegue se instalar no pavimento do corredor, o detento se apropria dessa parcela e se torna sua de direito até que ele consiga uma cela ou que saia da unidade prisional.

Este conjunto de práticas espaciais[153] vividas pelos detentos na luta pela sobrevivência recebe o epíteto de "convívio". No pavilhão o detento é informado pelo chaveiro das regras que deve seguir para a boa convivência, oportunidade que aproveita para socializar os valores que cada detento deve desembolsar para custear a limpeza e manutenção do pavilhão,

---

[152] Ibid., p. 153

[153] São essas relações conflituosas que delimitam os territórios e que definem o uso do espaço interno.

mesmo que este não se instale em uma cela. Essa taxa servirá para comprar material de limpeza, para a pintura do pavilhão, a realização de algum conserto ou para a manutenção de equipamentos de uso coletivo como televisores e antenas. Os valores de custeio para a manutenção, que são assumidos pelos detentos e seus familiares, se diferenciam conforme os pavilhões, reproduzindo dentro das unidades prisionais a desigualdade social.

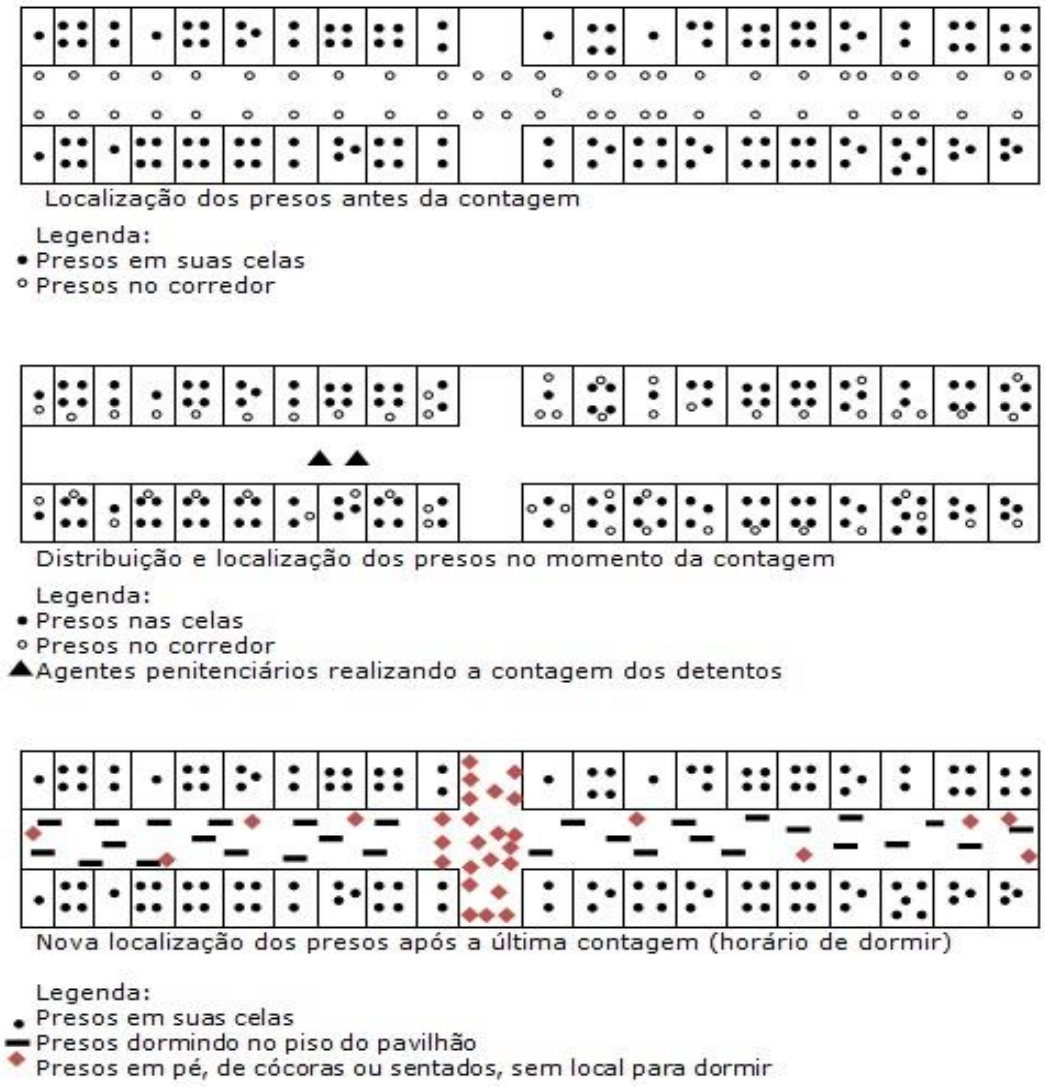
Com um forte controle do tempo sobre suas ações, os detentos seguem um cotidiano carcerário bem específico, em que pesa mais sobre uns do que sobre outros a realidade prisional. Mas, todos estão detidos, separados e isolados da sociedade.

O corredor/piso de um pavilhão é um local de muitas relações, de muito movimento, por isso, os detentos denominaram-no de "BR", numa alusão às autoestradas federais. E os detentos que ai se localizam têm uma rotina moldada por esta intensa circulação de pessoas e objetos. Afirma um deles:

> Não tenho cela e durmo no corredor. Tenho que acordar às cinco e ir para a cela, pois vai acontecer a faxina no corredor, depois quem não tem café na cela vai pegar a boia e umas seis e meia volta ao normal. Quem for mais rápido pega o canto do corredor, senão tem que ficar circulando no corredor. Há três faxinas e quem dorme no corredor tem que se movimentar sempre, por isso se chama BR. (Dante, 2012)

Eis a descrição de um dia útil da semana, acordar de madrugada e ficar circulando no pavimento do corredor. Caso, não se aproprie de um pequeno local no corredor, deverá movimentar-se até conseguir se instalar temporariamente. A força física, as relações de amizade e seu papel no mundo do crime podem ajudar na apropriação de um pedaço do corredor.

A rotina carcerária fomenta uma movimentação e no **Desenho 1** cartografamos um desses momentos, o correspondente ao horário da contagem dos presos (Totalidade).



Desenho 1 – Presos em movimento durante a contagem. Org. Raimundo Arruda.

O pavilhão representado no croqui tem por base os pavilhões de algumas unidades prisionais de Pernambuco, assim não podemos generalizar. Mas independente da estrutura física do pavilhão a superlotação é um fenômeno nacional e há sempre mais pessoas no corredor do que nas celas. Assim, podemos supor que algumas relações

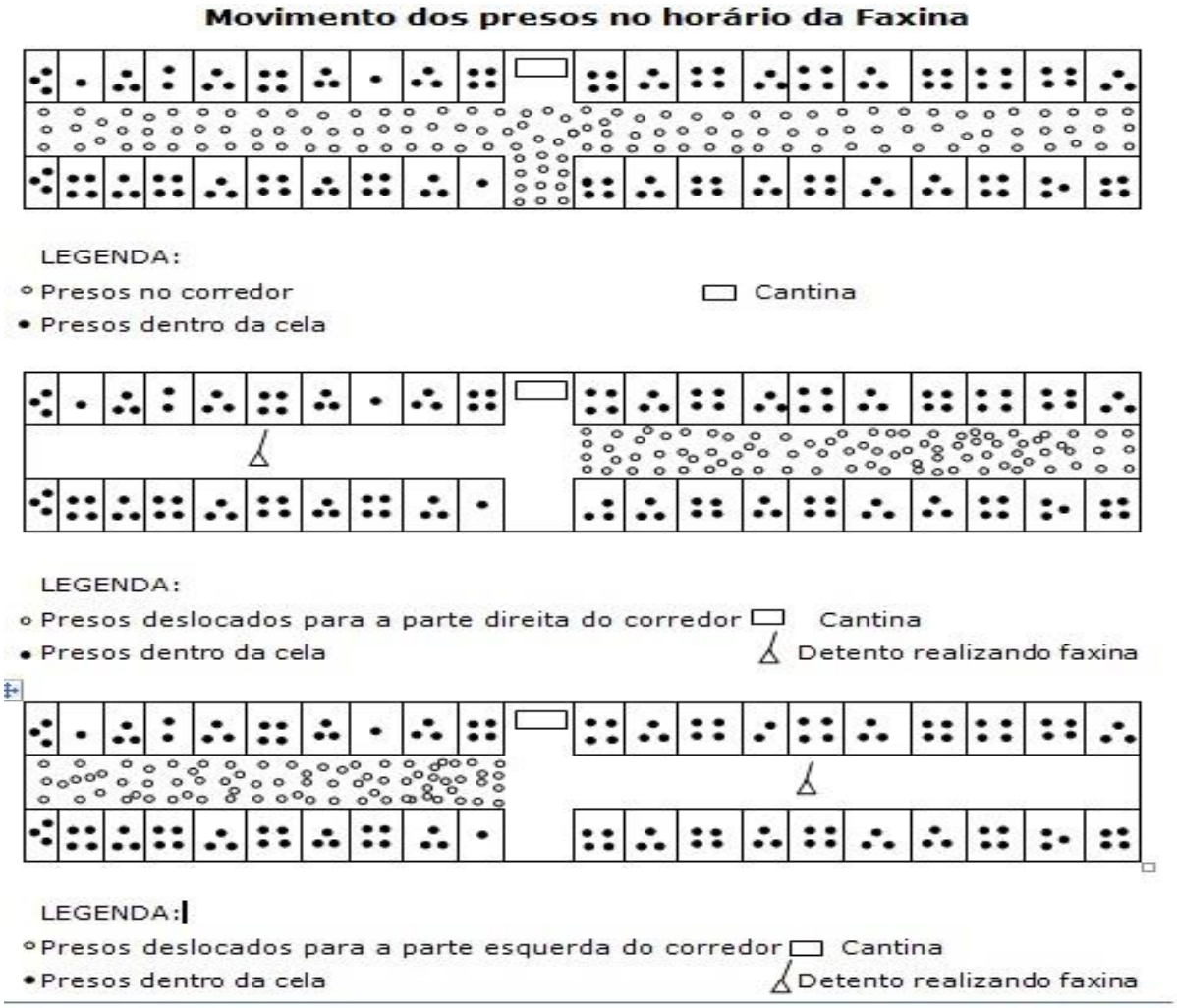
vivenciadas em unidades prisionais de Pernambuco possa se repetir em outros lugares.

Estar no corredor é estar numa estrada, em um lugar de fluxo intenso. Caso você seja novato no pavilhão, só às vinte e duas horas, após todos se acomodarem, que é possível procurar lugar no piso. O piso torna-se um lugar de disputa, onde se definem centralidades e marginalidades, num movimento continuado de territorialização. O direito à cela, o desfrute de uma refeição privada com os companheiros e a certeza da visita de parentes e amigos agregam recursos e geram centralizações, locais de poder e de mais exclusão.

Por isso, no momento de abertura do portão do pavilhão, de manhã, horário da primeira refeição, os que não participam dos grupos que se unem para preparar suas refeições se dirigem ao refeitório da unidade e todos que estão no pavimento do corredor têm que se levantar.

Depois que todos se acomodam novamente no corredor pode-se descansar um pouco até a hora da primeira faxina. Cada pavilhão determina o número diário de faxinas, numa média de três a cinco. No horário da faxina ninguém poderá circular no corredor. Quem descumprir esta regra que foi formulada pelos próprios presos poderá ser punido com trinta dias de faxina. Geralmente são os novatos (sem apoio) que realizarão esta atividade. Salienta um detento: "Se ele não estuda ou trabalha, ele fica nessa rotina o dia todo. E se movimentando para pegar alimentação, e se levanta para as faxinas, daí o nome BR, pois, está sempre em movimento, sem sossego, não tem tranquilidade[154]. No **Desenho 2**, abaixo tentamos mostrar a movimentação provocada pela faxina:

[154] Rildo, entrevistado em 2012.



DESENHO 2 – Movimento dos presos no horário da faxina. Org. Raimundo Arruda.

O faxineiro é um detento concessionado que realiza uma atividade laboral na unidade prisional. Mas na realidade quem realiza esta ação são os detentos novatos, ou quem não pode pagar os custos de manutenção cobrados pelo chaveiro, em geral dois ou três reais por semana, depende do serviço oferecido pelo pavilhão.

Enquanto nas celas alguns detentos podem dormir, descansar e participar de várias atividades, os que se encontram nos corredores dos pavilhões estão sempre circulando, se movimentando. Os detentos que não dormem à noite aproveitam o dia para dar pequenos cochilos intercalados pela rotina da limpeza.

3.4 As normas da convivência: a rotina prisional

O corredor do pavilhão de uma unidade prisional se torna palco de conflitos, de lutas, de acordos e de pequenos negócios que desencadeiam as diferentes práticas prisionais, uma interface que superpõe diferentes ações práticas. Um corredor de fluxos, de movimentos de necessidades, de desejos e de opressão. Lefebvre (2000), ao discorrer sobre o espaço social, identifica no encontro/simultaneidade de produtos e de população a formação de centralidades[155]. No presídio essa superposição de relações, de práticas espaciais, os lugares do poder nas celas e pavilhões engendram as centralidades. As celas tornam-se um lugar de concentração e irradiação de relações.

Como vimos às relações não estão separadas, há uma superposição de relações. Alguém pode até se localizar no pavimento no corredor do pavilhão e, mesmo assim, usufruir dos privilégios da cela. Por ter um amigo, companheiro de vida no crime ou parente que o apoia, muitas vezes guardando seus pertences pessoais dentro da cela.

Há uma diferença na dinâmica da rotina carcerária entre os dias comuns e os dias de visita e não podemos analisar a vida cotidiana carcerária sem considerar as celas. Pois toda a dinâmica do pavilhão atravessa as celas. Toda produção carcerária, todas as estratégias desenvolvidas pelos detentos se dão a partir do binômio cela-corredor, esta relação determina a posição de cada detento. Esta comunicação entre o corredor e a cela envolve todo o conjunto de práticas, seja a mais solidária como a ajuda a um amigo, ou de cunho racional e empresarial, como a transformação das precariedades do serviço prisional em um negócio rentável.

[155] Ibid., p. 46

Mas, para ter direito à cela, o detento precisa desembolsar um valor. No presídio as principais relações são mediadas pelo dinheiro. Salienta um dos entrevistados que: "um cara saiu milionário, vendendo cela e depois envolvia o cara numa encrenca e vendia para outro, vendia a cantina por 10 mil reais e fazia a mesma coisa e saiu rico daqui[156]". Pode se forjar delitos e envolver o detento que se deseja excluir da cela em flagrantes como o de uso ou venda de droga na unidade prisional. Uma vez denunciado, ele é enviado para o isolamento e, ao sair da punição, o preso procurará se encaixar em outro pavilhão e, assim arcar mais uma vez com o custo determinado pelos chaveiros para ocupar uma nova cela[157].

A precariedade nos serviços prisionais engendra o desenvolvimento de uma economia carcerária bem próxima de um capitalismo selvagem, na qual as práticas dos detentos transfiguram as privações em mercadoria e permitem que, mesmo fechados, os pavilhões contenham uma forte e intensa movimentação, de pessoas e de produtos. Nos casos em que ocorre uma simples troca de um produto por outro, observa-se apenas uma relação de caráter solidário, de ajuda mútua. No entanto, quando o dinheiro é o mediador da relação, estaremos diante de uma lógica econômica.

Os códigos de convivência delimitam a conduta aceitável no interior da cela. Frisa-nos um dos entrevistados: "essas normas nós chamamos disciplina, decidindo o dia a dia: limpeza nas celas, lavar roupas e se organizar para as visitas[158]". Destarte um conjunto de relações se estrutura em torno do binômio cela-corredor.

Eis a fala de um dos pesquisados ressaltando os pequenos serviços prestados pelos detentos:

> A lavagem de roupas pode ser feita todas as segundas e quintas, é uma lei geral de todos os pavilhões. Quem tem cela

[156] Rodrigo, entrevista e 2012.
[157] Quando falamos da cela nos referimos ao acesso à cama e todos os privilégios de uso do espaço interior da cela.
[158] Eduardo, entrevistado em 2012.

> pode lavar todos os dias. As roupas são estendidas em varais improvisados em frente ao pavilhão e torcer para que ninguém roube. Alguns ganham dinheiro fazendo correria, lavando roupas e fazendo faxina na cela, pois há uma tabela das tarefas a serem cumpridas por cada morador da cela, mas quem tem dinheiro paga para esse serviço. (Duda, 2012)

O cuidado com as roupas é uma relação que pode ser acordada pelos integrantes da cela combinando os dias para tal atividade. Podendo ser mediada pelo dinheiro, numa relação entre quem tem melhores condições financeiras e os mais carentes. Os de maior poder aquisitivo acertam com alguém do corredor ou da cela para que lave suas vestimentas ou que realize a faxina em seu lugar. Há presos que auferem uma renda por vigiar as peças das vestimentas nos varais.

A narrativa do detento mostra uma lei geral da realizada todas as segundas e quinta-feira e de que a higiene da cela depende dos acordos entre os que se localizam nela. Ele informa-nos de uma tabela na qual se específica as tarefas de cada um para manter a limpeza do aposento básico da prisão. Aponta que alguns detentos de menor poder aquisitivo prestam este serviço em troca de pequena quantia em dinheiro ou até por uma refeição.

Quem dispõe da cela pode torná-la um ponto de pequenos negócios que fazem circular o dinheiro na unidade prisional. Há detentos que possuem eletrodomésticos como aparelhos de som, televisores, ventiladores e geladeiras (frigobar) e aumentam sua renda a partir do aluguel desses equipamentos. Esta ação abrange um conjunto de práticas que também seguem um movimento diferenciado ao longo dos dias da semana. Por exemplo, os ventiladores podem ser alugados por uso diário nos dias comuns e por hora nos dias de visita. Um aparelho de som pode ser alugado por um detento com objetivo de comemorar o aniversário de seu (a) filho (a) ou de sua esposa. É no espaço da cela que se desencadeará todo esse conjunto de práticas.

Geralmente se estrutura uma relação econômica com três atores em cena: (i) os detentos proprietários dos bens de consumo duráveis, para eles um valor de troca; (ii) os detentos que participam do mercado como força de trabalho, e (iii) os consumidores dos produtos, para eles um valor de uso. O uso comercial da geladeira é *sui generis*, sua prateleira pode ser alugada para resfriar água ou conservar carnes e frios, junto à produção artesanal de sorvete.

O escambo é uma prática comum, embora a moeda nacional, o real, circule livremente. Camisas, bermudas, tênis, cigarros e outros objetos servem de intermediação nas relações comerciais.

Tivemos oportunidade de conhecer o pavilhão de isolamento, que superlotado lembrava uma favela não urbanizada, seu designer não seguia o modelo arquitetônico tradicional de pavilhão com a forma retangular e dois corredores. Mas era formado por pequenas celas enfileiradas que aludia a uma pequena vila. Superlotado, os detentos se reuniam em grupo, ora jogando dominós e cartas e outros falavam em celulares. Havia bancos de madeira, redes e colchonetes no piso.

Neste pavilhão os travestis obtinham sua renda prestando alguns pequenos serviços, outros detentos se capitalizavam com a venda de produtos em pequenos pontos comerciais[159] ou alugando o uso do celular por um tempo determinado. Um galpão era utilizado pela igreja evangélica e também servia de dormitório de dia para aqueles que não conseguiam dormir à noite. O preço das celas era altíssimo, variando entre dez a quatorze salários-mínimos. Se a arquitetura era diferente do tradicional pavilhão que encontramos na unidade prisional, as práticas eram às mesmas, só que em condições mais precárias. Portanto, a universalidade não vem da forma e sim do conjunto de relações.

[159] Em mesas que funcionavam como fiteiros ofereciam pequenas bugigangas, lanches e gêneros alimentícios.

3.5 Os fios invisíveis da economia subterrânea conectando a prisão com a cidade

Não há como discorrer sobre a vida cotidiana carcerária sem mencionar e refletir sobre a questão das drogas. De forma espontânea, quando questionados sobre sua rotina na unidade prisional, os presos aludem aos problemas enfrentados a partir do tráfico de drogas.

A problemática em torno das drogas acompanha o cotidiano carcerário e, antes mesmo de terem sido apreendidos, elas já faziam parte da vida dos detentos. Muitos na condição de dependentes cometeram pequenos delitos e caíram na malha do sistema penal. Dentro da unidade, eles observam que a sua comercialização incita conflitos nas celas e pavilhões e pontuam como se repete o ciclo da violência a partir das dívidas que culminam em lutas corporais e até em assassinatos, situações que contribuem para maior tensão na rotina carcerária.

Como um espelho invertido da sociedade exterior, com uma vida cotidiana singular, a prisão, se insere como um dos pontos de circulação das drogas. Os dependentes sofrem as maiores consequências, pois, ao se endividarem, comprometem o orçamento de seu grupo familiar e, na falta desse apoio sofre os maus-tratos e pode até ser assassinado caso não quite sua dívida.

Assim, refere-se um detento sobre a violência incitada pelo comércio de drogas: "As pessoas se ajudam vendendo drogas. Mas é muita violência, quem não paga leva cacete" (2012). Opinião corroborada por outro pesquisado que afirma: "Aqui há muita droga, o que desorganiza a cadeia e causa muita morte, pois as dívidas são pagas com a morte[160]".

Para um dos nossos interlocutores, as drogas engendram a violência na rotina carcerária. Sobre a localização dos pontos de comercialização

[160] Gildo, entrevista realizada em 2012.

dentro das unidades, ele nos informa: "Há muita droga aqui e muitos ganham dinheiro com ela, nos corredores se formam as bocas de fumo[161]".

O comércio de drogas dentro das unidades prisionais segue um modelo de operação logística semelhante ao que se realiza fora de seus muros. Assim, identificamos os gerentes das bocas de fumo, os vendedores e os consumidores. Dessa forma, a prisão apresenta-se como um local privilegiado para o comércio das drogas, com um mercado cativo e sempre em expansão, no qual o gerente, o dono do negócio, não corre tantos riscos como os enfrentados por seus pares fora da prisão.

As formas de pagamento também são bastante singulares, especificas de um local de intensa opressão. Por exemplo, há detentos que aos domingos, após a saída de seus familiares, entrega aos traficantes a feira que recebe como forma de pagamento. E suas companheiras, mães e irmãs, podem entrar no acordo de pagamento com a prestação de serviços sexuais para assim quitar a dívida do irmão, esposo ou filho detido. O próprio detento pode usar seu corpo para zerar a sua dívida.

Entre os personagens que surgem nas unidades prisionais de Pernambuco, também associados à questão da violência e interligados com os presos de maior poder econômico e político, estão os presos que assumem todos os delitos cometidos pelos poderosos locais. São eles que assumem os homicídios, sendo também comum que, após uma revista oficial, quando se descobrem celulares e armas brancas,[162] seja ele que assuma a falta. Este detento recebe uma remuneração para tomar para si todas as faltas disciplinares ou penais.

Ao tratar da questão das drogas no sistema prisional, nos deparamos com o papel da quadrilha dentro e fora das unidades prisionais. Ou seja, para compreender a dinâmica oriunda do negócio do tráfico, não basta

---

[161] Carlos, entrevista realizada em 2012.

[162] Armas brancas: são os instrumentos rudimentares artesanais improvisados pelos próprios detentos. Eles podem aproveitar lâminas de barbear, pedaços de arame, madeira e outros materiais para fabricar seus armamentos.

localizar sua ação dentro da prisão, mas é preciso destrinchar a conexão além dos muros prisionais. Assim relata um dos pesquisados: "A quadrilha lá fora influencia muito aqui, até como programar para matar, por exemplo, alguém daqui do presídio manda vender uma droga e a pessoa depois não paga e logo sai uma ordem de dentro para matar lá fora[163]". Subtende-se que a circulação de drogas na metrópole pernambucana tenha como um dos seus pontos de comando as próprias unidades prisionais.

Mais à vontade, um entrevistado que se identifica como traficante relata como se dá a circulação dos negócios do tráfico e as influências mútuas entre cárcere e sociedade:

> O tráfico leva ao homicídio em função de uma guerra pela disputa do poder no bairro. Matei muitos que tentaram vender drogas no meu bairro. Há mortes aqui dentro do presídio em função das disputas nos bairros lá fora. Também há mortes aqui dentro em função de brigas e intrigas aqui dentro. Aqui em Pernambuco as quadrilhas controlam alguns bairros, e às vezes se unem e formam uma conexão (entre dois bairros). Por exemplo, Cavaleiro[164] em Jaboatão dos Guararapes e Cabo se conectaram e alguém de Cavaleiro mata na cidade do Cabo, não sendo identificado pela população local e vice-versa. Geralmente esses homicídios estão relacionados a dívidas e disputas por venda de drogas. Fiz muitos homicídios, nove no total. O primeiro foi uma desavença de infância, o segundo foi um tarado do bairro e o terceiro uma dívida de amigo. Os outros homicídios têm relação com a guerra de poder entre o bairro de Cavaleiro e a Vila de Canaã e o Grupo Thundercats[165] de Jardim São Paulo. Essa guerra era por pontos de segurança nos bairros, pois rola muito dinheiro, geralmente se divide um grupo fica com o tráfico e as milícias com a segurança. Por semana pode rolar até cem mil reais. Políticos também mandam matar, pedem serviços de pistolagem, como vereadores e prefeitos. (Paulo, 2012)

---

[163] Valdo, entrevistado em 2012.
[164] Cavaleiro é um bairro de Jaboatão e o bairro do Cabo de Santo Agostinho é a Vila da Cohab (Vide Mapa 1)
[165] Thundercats, desenho animado dos anos oitenta que narra a trajetória de um grupo de felinos que tentam sobreviver em outro planeta.

O entrevistado mostra-nos o controle sobre os bairros e as articulações entre as gangues que se unem na disputa pelo comércio de drogas. As desavenças ocorridas dentro da prisão desencadeiam a expansão dos conflitos prisionais para diferentes áreas das cidades. Com o avanço da economia do crime ocorre uma divisão de trabalho, assim, um grupo se responsabiliza pelo tráfico enquanto outro se responsabiliza de forma clandestina pela segurança no bairro, que, segundo ele, pode gerar muito dinheiro dependendo da população atendida, pode-se auferir uma renda de dez a quinze mil reais por semana. Cada quadrilha delimita a sua área de influência, pelo menos nos momentos de parceria. As desavenças e os conflitos são resolvidos pela via armada, pelo poder das armas de que se dispõe e, segundo ele: "muitos homicídios na cidade acontecem em função das drogas. Seja para cobrar uma dívida de viciado ou para tomar ponto de drogas." A articulação entre as quadrilhas impede que a população local identifique o responsável por um assassinato em seu bairro, posto que ele venha de outro local, tornando difícil a denúncia.

Ele também informa-nos de uma rebelião na unidade envolvendo acordos e desavenças entre as quadrilhas da prisão e de fora:

> O foco foi um pavilhão onde o chaveiro mandou matar lá fora o irmão de um comparsa e, quando a quadrilha soube, se dividiu. E, três chaveiros jogaram pedras e colchões na porta do pavilhão e tocaram fogo quatro morreram e vários ficaram queimados. Foi um protesto contra a direção da unidade que não acatava o desejo dos detentos em retirar o chaveiro do pavilhão[166]. (Paulo, 2012)

A narrativa do detento revela as articulações existentes entre os gestores dos pavilhões, os chaveiros e a própria administração da unidade.

[166] Vide o desenho 3 elaborado por um detento, tentando representar o conflito que desencadeou a rebelião. O conflito envolvendo chaveiros e brigas de gangues fora do presídio. Um botijão de gás foi explodido no portão de entrada de um pavilhão, quatro detentos morreram.

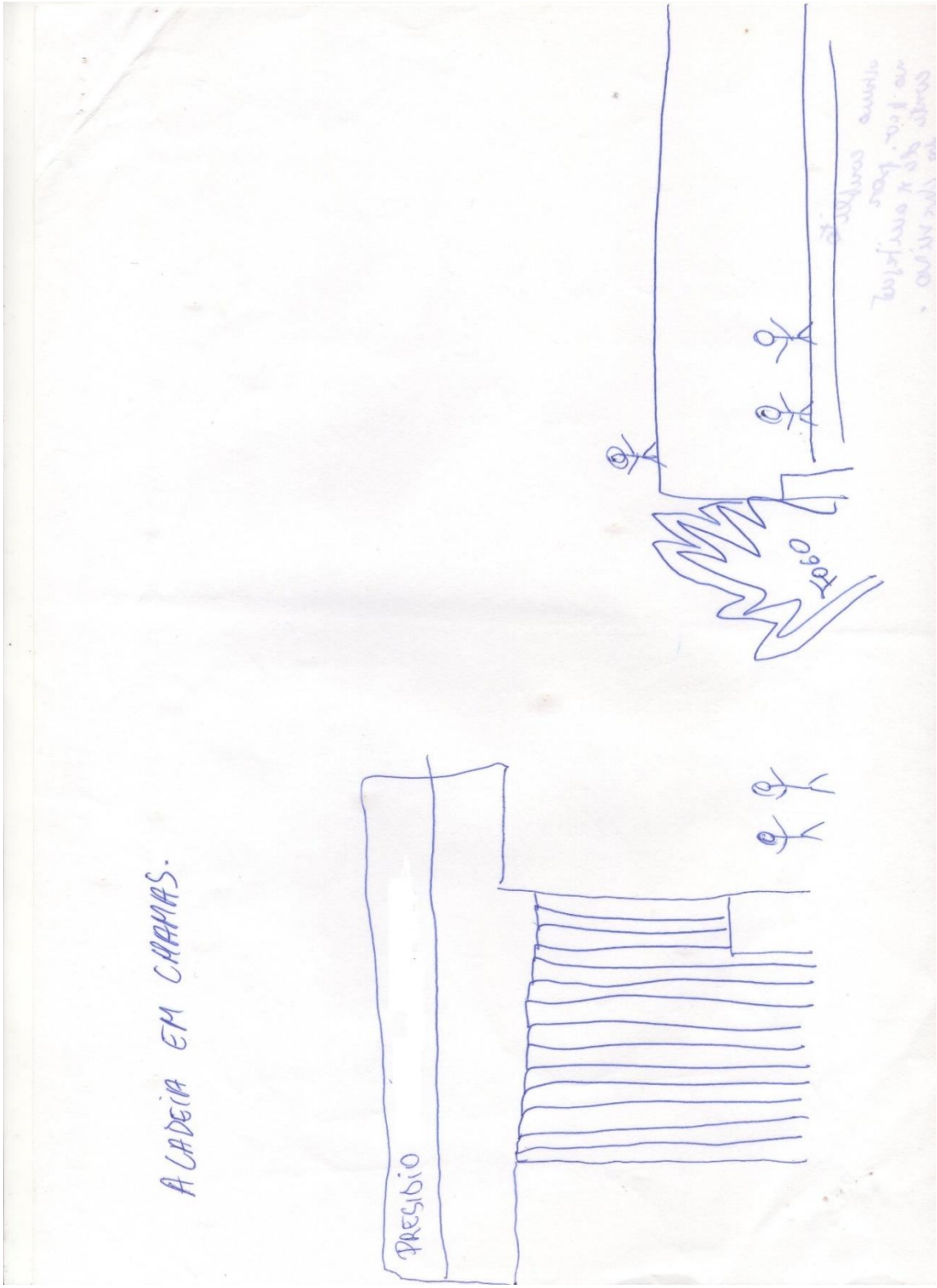
Em um momento de tensão entre os presos mais poderosos e os representantes do Estado, o conflito resultou na morte de quatro pessoas.

O conceito elaborado por Souza (1996) sobre o território considera:

> (...) um campo de forças, ou teia de ou rede de relações sociais que a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os "outros" (os de fora, os outsiders) (p.86).

O território é uma categoria de análise utilizada por Souza para explicar criticamente a ação dos grupos que comandam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Ele pondera que esses grupos, ora comandam um bairro, ora entram em acordo com outros grupos compartilhando o mesmo negócio; em momentos de crise eles medem forças para que seu poder se torne hegemônico[167].

[167] Ibid., p. 96



Desenho 3: Rebelião no Presidio. Org. por um detento durante o trabalho de campo em 2012.

A fala dos entrevistados corrobora com o dito pelo geógrafo carioca, posto que os pavilhões das unidades se apresentam como espelhos da influência das quadrilhas dos bairros e, em alguns casos, grupos formados ou articulados na prisão se tronam o centro de onde irradiam as ordens para diferentes bairros da metrópole pernambucana.

As rebeliões e motins representam um rompimento da normalidade prisional e suas causas são as mais varáveis possíveis. Salla (2006) realiza uma reflexão crítica a partir da grande rebelião ocorrida em 18 de fevereiro de 2001 em São Paulo e salienta que a rebelião teve como causa inicial a transferência de presos de uma unidade para a outra, mas que, a partir do segundo dia, denunciaram para a imprensa a precariedade dos serviços prisionais. Pontuando como causas mais comuns: as más condições nas instalações físicas, alimentação de péssima qualidade, falta de assistência médica e maus-tratos[168]. Qualquer um desses itens elencados podem desencadear uma rebelião e a proibição das visitas também pode ser apontada como um dos fatores desencadeadores de conflitos acompanhado de tratamento desumano dispensado aos parentes e amigos, que podem demorar horas nas filas, ou a revista íntima feminina.

Salla (2006) pondera sobre as especificidades do sistema prisional brasileiro e ressalta que:

> A prisão oficialmente detém todas as regras, e a administração, em tese, exerce o controle total sobre o seu funcionamento. Porém a gestão do cotidiano prisional requer um jogo de concessões entre o grupo dirigente e os presos (p. 280).

[168] Ibid., p. 275

3.6 A conexão das refeições

Após se instalar na cela ou no corredor do pavilhão, o detento vai seguir uma rotina. Eis o relato sintético de um detento que mostra os diferentes ritmos de vida:

> Nos dias comuns é um dia triste, quem vai para a escola sai os que trabalham na unidade também. Quem está no corredor acorda e levanta às cinco da manhã e se recolhe na cela, pois vai ser feita a limpeza no corredor e lá para as seis pode voltar para o corredor. Ele sai do pavilhão para pegar seu café. As onze saem e pegam a boia e às quatro da tarde volta para trazer seu café. Se ele não estuda ou trabalha, ele fica nessa rotina o dia todo, pois, está sempre em movimento sem sossego, não tem tranquilidade (Rogério - 2012).

Nessa fala o entrevistado narra alguns momentos da vida cotidiana no cárcere, particularmente daqueles que vivenciam mais a opressão do sistema prisional. Sua narrativa é rica em informações, pontuando as diferenças na rotina entre um dia comum e os dias de visita. Ele deve acordar cedo para que seja feita a limpeza do corredor e dirigir-se para a cela em que é contado, mesmo que não viva lá. Dependendo das refeições oficiais, dirige-se três vezes ao local onde é distribuída a alimentação. Na fila para receber o café, almoço ou jantar, por motivo de segurança tem que estar sem camisa para mostrar que está desarmado.

Há detentos que se acomodam no corredor dos pavilhões e não precisam das refeições oferecidas pela unidade prisional, pois em função de amizade ou parentesco participam de grupos que usam a cela como suporte no preparo da alimentação. Questionado sobre isso, assim se explicou um dos entrevistados:

> Contribuo com os cereais para a comida com ajuda de minha família. Nos unimos e fazemos nossas refeições para não comer da boia, não é boa e é pouca. De tarde sai às dezesseis horas um copo de café com dois pãezinhos e muita gente adoece com dor de barriga depois de almoçar e vai para a enfermaria, quando chega lá não tem remédio. Os agentes às vezes nos obrigam a pegar a boia. Quando sabem que a gente vai fazer um tumulto e protestar não pegando a comida da cadeia, os agentes ameaçam retirar os botijões de gás e destruir os mantimentos, então, nós pegamos naquele dia e queremos protestar e reivindicar os direitos de nós. Em fevereiro protestamos contra o atraso da entrada de visitas e houve até tiros. (Armando, 2012)

É na mobilização das refeições que os parentes e amigos de fora entram em cena com mais força, fornecendo os gêneros alimentícios ou apoiando com dinheiro para que sejam compradas refeições servidas nas cantinas[169]. Iremos nos centrar no grupo que se forma para não se alimentar da refeição da prisão, a cela será o ponto de apoio (suporte material/físico) onde se instala o fogão (de duas bocas) e o gás de cozinha.

Cada um dá sua cota de participação: ora com dinheiro para ajudar na compra do gás ou com gêneros alimentícios e, quem não conta com apoio de algum parente, pode entrar nessa rede preparando as refeições e/ou lavando as louças e, desta forma, evitar se alimentar com a refeição oficial. De quantidade e qualidade reduzida, as refeições têm sido uma forma de mostrar que a punição no Brasil vai além da simples privação da liberdade. Na realidade as pessoas detidas sofrem vários tipos de privação. A questão da má qualidade nas refeições instiga motins e rebeliões.

Assim, desenha-se uma territorialidade formada pelos grupos que se juntam em uma cela, em prol do preparo das refeições. Os parentes dos

---

[169] Geralmente cada pavilhão conta com uma ou duas cantinas que vendem desde gêneros alimentícios (farinha, açúcar, leite em pó, etc.) como as próprias refeições prontas (principalmente almoços) e vários tipos de objetos e bugigangas como pentes, barbeadores, fósforos, cigarros, refrigerantes. Com preços bem acima do mercado. Por exemplo, um refrigerante de dois litros vendido por R$ 4,50, na cantina pode ter seu preço reajustado para R$ 10,00.

presos desempenham um papel fundamental, fornecendo recursos financeiros e os gêneros alimentícios. E, esse apoio dos familiares contribui para a diminuição do orçamento doméstico, ou seja, precariza ainda mais as suas condições de vida. Cada momento relacional dentro da unidade tem seu impacto no grupo familiar.

3.7 Um dia quase normal: o dia da visita.

As visitas aos presos se transformaram numa problemática enfrentada pelo conjunto de atores que formam o universo carcerário, desde operadores de direito, gestores de unidades prisionais e os próprios detentos, que também pensam, agem e negociam esse direito.

As visitas se dividem em: visita de familiares e amigos e os encontros conjugais. Este dia é considerado sagrado para os detentos e estes momentos se revestem de vários significados. Depois de inscrita como um dos direitos sociais assegurados na execução penal, à visita se transformou também em um objeto de barganha entre os poderes institucionais do Estado e os próprios detentos.

Em uma leitura crítica do dia de visitas dentro das unidades prisionais, quando desvelamos a análise numa escala local, observando como se dá essa prática espacial, percebemos que esse direito se transforma numa linha divisória ao fomentar uma territorialidade mais humana para quem recebe seus entes queridos e um isolamento maior para os que perderam seus contatos pessoais. Alega Raffestin (1993) que todo sistema de produção gera uma centralidade e uma marginalidade para os que ficaram à margem[170]. No entanto há uma gradação dentro desse cotidiano carcerário, há diferentes tonalidades no grau de sofrimento e

[170] Ibid., p.46

exposição à solidão da pessoa detida em função dos laços familiares e das condições de vida de seus parentes e amigos.

Assim sendo, esses territórios em torno do acesso ou não ao convívio social, revelam mais uma face da espacialização do cotidiano carcerário. O acesso às visitas funciona como uma linha que divide maior ou menor opressão, solidão e isolamento. O acesso aos entes queridos sejam eles amigos ou parentes transforma esses momentos em canais que fazem fluir os fios condutores que ligam o dentro e o fora dos muros do cárcere.

Já os encontros conjugais, segundo Salla (2006), dão uma tonalidade mais forte a este dia. Qualquer impedimento para que os detentos desfrutem dos afetos íntimos pode levar à suspensão das visitas em geral por decisão da administração penitenciária e a rebeliões articuladas pelos detentos com o objetivo de garantir este direito.

Para rever essa questão nos reportamos ao artigo do Beattie[171] (2009), o autor em tela discorre de forma breve sobre a percepção e as políticas desenvolvidas desde o século XIX no controle e acesso ao sexo pelos detentos.

A epígrafe do referido artigo apresenta pequeno trecho da carta do Padre Bernardo Luís Ferreira, que narra estarrecido a degradação moral dos apenados da Colônia de Fernando Noronha. A preocupação do sacerdote era objeto de discussão na época e até hoje permanece como um paradigma ainda não equacionado, pois a questão da abstinência sexual alude para outras questões como a da disciplina e a própria concepção dos sujeitos detidos e, de forma sutil, revela como as elites políticas, econômicas e sociais percebem as classes populares. Sua proposta era que o condenado tivesse direito a se casar com as mulheres e que as suas esposas morassem com eles na colônia penal. Essa medida, segundo ele, contribuiria para erradicar a masturbação e as práticas homossexuais entre os condenados.

[171] BEATTIE, P. M. "Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual: visitas conjugais, género e a questão sexual nas prisões (1934) de Lemos Brito". In: MAIA, C. N., NETO, F. S., COSTA, M., BRETAS, M. L. (org.), História nas prisões no Brasil. Vol. II, Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 215-248.

Segundo sua tese, as visitas proporcionariam a disciplina, inclusive a mudança moral.

O artigo discorre sobre o pensamento do jurista Lemos Brito[172], que teve papel ímpar na consolidação e significado das visitas íntimas para os condenados e para a dinâmica prisional. Seus argumentos com relação às visitas íntimas filtravam como um caleidoscópio as imagens sobre a figura do delinquente presente na sociedade. Em geral, os detentos eram representados como pessoas imorais, desviantes, e claro, desajustados sociais. A resolução da questão sexual nas prisões seria equacionada através dos encontros conjugais, posto que estivesse em curso uma discussão médica em torno das necessidades fisiológicas diferenciais entre os sexos, nessa concepção o homem estaria em desvantagem, não podendo controlar seus impulsos, se relacionando com seus pares. Assim, as visitas de companheiras manteriam dentro dos muros o conjunto de valores e de regras morais que pautam a tradicional família patriarcal e a ética do trabalho presentes nas necessidades de manter e ser guardião de um núcleo familiar.

Beattie data o momento no qual a visita se institui como um direito, ao mesmo tempo em que mostra como esse direito envolve questões de raça e classe presentes no encarceramento, ao afirmar que as:

> Visitas conjugais para presos começaram nos Estados Unidos em 1918, numa colônia penal agrícola de Mississipi, conhecida como 'Parchman Farm', inicialmente, as visitas conjugais eram limitadas a prisioneiros negros, pois as autoridades penais brancas presumiam que eles se tornariam mais produtivos, caso lhes acenassem com a recompensa de dar vazão à sua concupiscência. Originalmente contratavam-se prostitutas para visitar esses prisioneiros negros trabalhadores, mas as autoridades da fazenda penal informavam aos moradores locais que as mulheres eram esposas dos condenados. Só nos anos 1930, o privilégio foi

[172] José Gabriel Lemos Brito- Especialista em direito penal do início do século XX.

> estendido aos brancos que viviam em alojamentos segregados, longe dos negros. As autoridades deram então às esposas dos condenados o direito de participar das visitas íntimas. O primeiro programa de visitas conjugais nos Estados Unidos teve mais a ver com a visão racista da sexualidade negra masculina e com a questão da produtividade do que com a preocupação de manter os laços entre o condenado, a mulher e a família (p.225).

A discussão sobre o significado das visitas no universo carcerário remete a uma discussão sobre outras temáticas complexas e mal resolvidas na sociedade, como gênero, raça e classe. Assim, quando esse direito se instituiu, as mulheres ficaram à margem dessa política, mas logo depois foram contempladas com os encontros conjugais conforme ressalta Beattie.

No Brasil a Lei de Execução Penal (1992) contempla nos Artigos 40 e 41 que os presos têm direito a: "visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados".

Como os demais direitos escritos na Lei de Execução Penal, os encontros íntimos acontecem em locais improvisados, com vários casais utilizando a mesma cela. Beattie observa que: "a maior parte das visitas íntimas acontece em áreas comuns da prisão ou nas próprias celas, onde a privacidade é limitada. Ocasionalmente cobertores são pendurados nas barras das celas para improvisar área privativa de casais"[173]. O pensamento conservador/patriarcal com relação às diferenças naturais entre o homem e a mulher permaneceu até a última década do século vinte, quando, treze anos depois de instituída na lei de execução penal, se concretiza a permissão dos encontros conjugais nas unidades prisionais femininas.

Beattie (2009) afirma que as visitas ajudam a custear os serviços prisionais, pois levam para os seus parentes alimentação, roupas, produtos de higiene pessoais e ajudam a articular os negócios ilícitos dentro e fora das unidades. Com sua ação, o grupo doméstico compensa a precariedade

[173] Ibid., p. 237

dos serviços prisionais, compondo um dos feixes que atravessam os muros das prisões[174].

O dia de visitas é o mais esperado dentro das unidades prisionais. Os presos têm sua rotina modificada para receber seus parentes e amigos. É uma ação que envolve a administração da prisão mais a organização dos próprios presos. Mas, como revela um detento, o conjunto de regras normatiza como será a rotina neste dia. Segundo ele:

> Só quem tem visita sai para esperar, se inicia às sete horas e se estende até as dezesseis horas. Quem não recebe visita fica fora do pavilhão, só com de acordo com as regras da cela pode entrar no banheiro. Nos pavilhões há os banheiros coletivos. A visita traz advogado, comida e dinheiro, além de confortar com boas conversas que tranquilizar nossas mentes. (Danilo - 2012)

A narrativa do entrevistado mostra o divisor que separa e diferenciam os detentos pelo acesso as visitas, mas a outros privilégios inscritos nos acordos das regras internas elaboradas pelos próprios detentos. O detento com sua visita pode circular no interior dos pavilhões e das celas em horário acordado pelos componentes do grupo que se localiza nela. O depoimento do entrevistado mostra o conjunto de papéis desenvolvidos pelo grupo visitante complementando a assistência oficial, além do conforto psicológico.

Assim, relata o detento a sua percepção com relação ao papel dos amigos e parentes junto aos presos:

> Nos dias comuns é a mesma rotina, dias de visita é um dia mais feliz que eu passo com a minha família. Alegria, lazer,

[174] Ibid., p. 239

> harmonia. A família é muito importante nesse momento que você está passando em sua vida, ela é esperança, força de vontade, amor e carinho. (Orlando, 2012)

Emocionado, o pesquisado faz um relato ressaltando a importância dos laços familiares. Esse dia especial, o dia da visita, quebra a rotina carcerária, pelo menos para quem recebe a visita.

A singularidade desse dia é confirmada por mais um entrevistado ao lembrar que: "Acordo cedo por ser um dia sagrado e espera a ilustríssima visita. Ela dá total assistência, eu não tenho amigos, eu não tenho e nem quero ter a não ser se forem pessoas novas[175]".

Mais um detento que recebe visita elenca os benefícios oriundos do contato com a família: "Há uma diferença muito grande porque nos dias normais é uma rotina demorada e o dia de visita é quando fico com minha família, minha esposa, me sinto muito feliz[176]".

A situação financeira dos familiares, a vulnerabilidade sofrida pelos parentes, interferem nas condições de existência do detento no interior da unidade prisional. Assim, em alguns casos, o detento pode até receber visita, mas, nem por isso, ocorrer mudança significativa em sua rotina carcerária. Há casos como o de um rapaz que, dorme no corredor, não tem companheira para os encontros conjugais e só conta com a visita uma vez por mês de sua mãe, que, mesmo morando na cidade, não consegue se deslocar em função dos custos com o transporte público. Eis, o que ele afirma:

> Aqui estou morando no pavilhão evangélico e durmo na BR. Durmo no chão e sem colchão. Minha mãe não trabalha e só vem uma vez por mês, pois é muito cara a passagem de

[175] Vado, entrevista realizada em 2012.
[176] Tiago, entrevista realizada em 2012.

> ônibus. Então durmo no corredor e me alimento das refeições do presídio. (Sílvio, 2012)

O contato com os familiares engendra determinadas espacializações, que gravitam em torno do acesso à cela, condição básica para realizar as visitas íntimas e também para receber seus entes queridos. Este é mais um momento no qual a cela se transforma em mercadoria. Pois se obtém uma renda através do seu aluguel pelas horas de uso nos dias de visita, principalmente para aqueles que, não dispondo de celas, desembolsam um valor monetário[177] para os seus encontros privativos. Para usufruir deste direito, o detento realiza um trabalho que consiste na organização das celas e pavilhões para a acolhida dos seus entes queridos e o contato com as pessoas do mundo exterior. Este dia tão especial para alguns se insere no cotidiano carcerário não apenas como o vivido naquele dia determinado, mas envolve toda uma prática na preparação que o torna mais opressor para os que, ao serem detidos, perderam o contato com seus parentes e amigos.

Nos dias de visita é que se cobra um comportamento mais rígido de todos os detentos. Assim, é proibido falar palavras obscenas na presença de pessoas de fora, ficar sem camisa e entrar na cela de quem está recebendo parentes ou amigos. O detento que não recebe visitas perde o direito de circular livremente, mesmo que more na cela. Dependendo das regras da cela permite-se que em alguns momentos o detento que não recebe visita possa usar o sanitário.

Sobre as diferenças na rotina entre os dias comuns e os dias de visita, argumenta um dos detentos:

[177] A cela pode ser alugada durante todo horário da visita ou por horas. Há detentos que compraram a cela, não recebem visitas e conseguem se capitalizar através dessa transação econômica.

> As diferenças são muitas e o preso que não tem visita não pode ficar à vontade. Mas, em compensação, é um dia mais alegre, pois as pessoas estão mais felizes, pois estão com seus familiares. Os amigos e a família são o apoio principal. Pois vez ou outra a gente se pega e inicia uma depressão e é a família e amigos que fazem com que a gente se sinta mais conectado com a rua e faz com que a depressão fique longe. (Pedro, 2012)

Ele se inclui no rol dos presos que não recebem visitas, mas aprova o dia e reconhece as vantagens. Apresenta-nos também as contradições deste dia: se por um lado é um dia mais festivo e tranquilo, mesmo para quem não desfruta do calor de seus entes queridos, é também um dos dias que mais se exige uma conduta disciplinada.

Solteiro, um dos pesquisados que não recebe visita íntima, afirma:

> A rotina no pavilhão é meio monótona, não tem muita coisa para fazer. A alimentação é muito ruim, tem vezes que a comida não entra. Para lavar roupa já é mais fácil, pois o pavilhão onde eu moro tem muita água. Não tenho mulher, por isso tenho que me virar com os homossexuais que tem no sistema. (João, 2012)

Universo de afirmação da masculinidade, os encontros afetivos entre homens não podem ser declarados abertamente na prisão. Mas, tanto em depoimentos obtidos junto a detentos como também junto àqueles que já saíram da prisão, obtivemos a informação de que dívidas podem ser quitadas em troca de serviços sexuais e que travestis substituem as mulheres em encontros secretos. Mas, de forma discreta, sem serem vistos, pois as normas dos detentos proíbem que ocorram tais encontros, principalmente nos dias de visita. Diferente do que acontece no sistema penitenciário de São Paulo, em que, segundo Dias (2011), a centralização

do poder pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) resultou num maior controle do cotidiano e normatização das condutas, com a interdição das relações homo afetivas.

Há gestos que os detentos denominam de solidários, mas que parecem na realidade uma permuta, como o apresentado pelo detento:

> Durmo no corredor e alugo barraco para o encontro conjugal. No dia da visita, o pavilhão fica mais alegre e depois fico com muitas saudades quando a visita sai. Muitas vezes encontro alguém que não recebe visita e ajudo com roupas e dinheiro para pagar as dívidas. (Jânio, 2012)

Além do conforto psicológico e mental, a família e os amigos dos presos cumprem o papel de fornecedores dos produtos de uso pessoal e até de dinheiro para atender a pequenas ou grandes necessidades dos detentos. A dívida a que o pesquisado se refere quando fala do apoio dado para alguns amigos detidos pode ser uma dívida de drogas ou a contribuição com a taxa do pavilhão etc.

O desprezo e a rejeição legitimam-se empurrando o desprezado para uma condição subumana; o ódio acredita-se racional justificando se pela ideia de castigo, de eliminação de um ser reputado malfeitor; exacerbasse na alegria de fazer sofrer, torturar e matar. Em quanto que no mundo animal só se mata para comer ou defender-se, a violência assassina desencadeia-se, entre os homens, fora da necessidade: a "estupidez" ou a "desumanidade" são traços especificamente humanos.

Edgar Morin – O método 5 (2002)

4 – EX-DETENTOS: FORA DA PRISÃO, MAS A PRISÃO NÃO SAI DELES

Como a experiência do cárcere, na condição de prisioneiro, afeta a vida cotidiana de quem já saiu da prisão? Foi essa resposta que buscamos quando conversamos com os nossos interlocutores.

Neste capítulo os Ex-detentos trazem através de suas memórias do cárcere a confirmação das falas dos que ainda se encontram encarcerados e informam-nos de situações vividas em diferentes unidades prisionais e, principalmente relatam seus embates tentando se inserir na sociedade.

4.1 A prisão na vida dos Ex-detentos

Quais as marcas deixadas pela prisão na vida dos ex-detentos Usando a imagem do espelho, as cicatrizes causadas pelo encarceramento na vida das pessoas podem ser apresentadas numa gradação segundo a avaria provocada. Assim, alguns apresentarão pequenos arranhões, em outros as rachaduras serão mais proeminentes e há aos que só restam os fragmentos do estilhaçamento causado pela prisão.

A prisão acompanha a vida dos ex-detentos como uma marca, um sinal e até como uma condenação perpétua. O criminologista Baratta (2013) destaca:

> O cárcere representa, em suma, a ponta do iceberg que é o sistema penal burguês, o momento culminante de um processo de seleção que começa antes da intervenção do sistema penal, com a discriminação social e escolar, com a intervenção dos institutos de controle do desvio de menores, da assistência social etc. O cárcere representa, geralmente, a consolidação definitiva de uma carreira criminosa. (p.167).

Foucault (2000) pontua os efeitos negativos da prisão, ao ressaltar que:

> A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não "pensar no homem em sociedade: é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa": queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza? A prisão fabrica também delinquentes impondo aos detentos limitações violentas, ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora todo seu funcionamento se destina no sentido do abuso de poder. Arbitrário da administração (p.222).

Para Foucault os mecanismos carcerários deformam a moral da pessoa condenada. Assim, a corrupção dos carcereiros, a exploração do trabalho penal e também o fato de a prisão funcionar como um clube ou associação que organiza melhor o meio delinquente[178].

Mesmo considerando a ação do panóptico no controle dos detentos e a prisão como um local de disciplinamento excessivo. No entanto ele observa as aberturas, as fendas provocadas pela ação de presos e funcionários.

Junto aos que passaram pela prisão coletamos mais informações sobre o universo prisional. Com mais liberdade, eles testemunharam com riquezas de detalhes a vida cotidiana carcerária.

[178] FOUCAULT, 2000, loc. cit.

4.2 O encarceramento e o tempo na prisão

Indagamos sobre como ocorreu o encarceramento e o tempo que passaram na prisão. As respostas são reveladoras da sua posição social e da sua relação com o mundo trabalho.

Assim respondeu nosso primeiro entrevistado:

> Eu cometi um latrocínio em 1997, em Chão de Estrelas, bairro de Recife. Fui fazer um serviço de eletricista numa casa e este pessoal já estava me devendo. E, no momento ela disse que não tinha dinheiro para pagar nem aquele serviço nem os atrasados. Então, esquentei a cabeça e peguei uma TV, ai ela veio tomar as dores dei um chega para ela que bateu na cabeça e desmaiou e no outro dia soube que ela tinha morrido. Fui à delegacia e o delegado mandou ir embora para casa e em quatro ou cinco dias o pessoal me levou para a delegacia e de lá para o presídio. E a partir daí acabou minha vida. (Chicão - 2012)

Cometeu um homicídio a partir de um conflito motivado pelo não pagamento de um serviço prestado e informa-nos como a prisão arruinou a sua vida. Foi abandonado pela família e na prisão ficou por mais de um ano isolado dos próprios detentos. Ele sentiu mais de perto os efeitos do processo de prisionalização[179]. Sofreu a individualização da pena, mesmo em uma unidade prisional superlotada. Ele cometeu um crime desaprovado pelos detentos, por isso foi encaminhado para uma área mais restrita. A

[179] Baratta (2013) observa que por meio dos mecanismos de funcionamento da prisão são acionados o isolamento e o distanciamento sócio-espacial da pessoa detida. Esse processo age sobre o indivíduo provocando a perda de senso de responsabilidade, da alienação em relação ao mundo exterior e distanciamento dos valores sociais. Um processo de desadaptação às condições de vida em sociedade. No depoimento o entrevistado salienta a violência do cárcere encolhendo a sua identidade pessoal e sua vida social. Cf. Ibid., p. 184

solidão é condição precípua para o assujeitamento do indivíduo é o que observa Foucault[180] (2000).

Um entrevistado, morador de um bairro de uma área central de Recife e reincidente, afirma:

> Tenho 44 anos, sou dos Coelhos, centro do Recife, e cometi dois homicídios, um nos Coelhos e outro na Rua do Riachuelo. O primeiro foi briga de bairro e o segundo foi uma rixa que não quero falar. Inimizades, era um cara errado. Em 2000 fui preso no Aníbal Bruno, passei nove anos preso. Estou na condicional até 2015. (Apolo - 2013)

Mais uma resposta que aponta como a causa do encarceramento a prática do homicídio em função de conflitos interpessoais no local de moradia. No entanto ele praticou outro homicídio e de forma sutil fala de sua saída do bairro, dos conflitos com líderes de gangues. Situações que apontam uma relação com a delinquência/criminalidade.

O bairro mencionado localiza-se na área central de Recife e apresenta baixos índices de desenvolvimento social. O Atlas de Desenvolvimento Humano de Recife[181] (2005) apresenta a heterogeneidade nas condições de vida dentro da cidade e no interior de seus bairros concluindo que, assim percorrendo pequena distância dentro do bairro encontraremos acentuadas diferenças no nível de vida de sua população. Boa Viagem[182] é um bairro que lustra bem as desigualdades sócio espaciais

---

[180] Ibid., p. 200
[181] IDH (2005). Disponível em: www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/ Acesso em: 02/nov./2014.
[182] A orla de Boa Viagem é um dos cartões-postais de Recife e no seu entorno habitam os moradores que apresentam a maior renda per capita do Estado. Mas, encravadas neste bairro, encontram-se comunidades que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano.

e na região central de Recife a Ilha Joana Bezerra[183] e a comunidade dos Coelhos se apresentam como o testemunho da falta do abandono público.

O ex-detento com melhor condição financeira e sempre contando com o apoio dos familiares, explica:

> Passei dez anos preso, fui preso por homicídio, foi uma discussão com um amigo meu, usei a arma dele mesmo e eu mesmo me entreguei. Fui sentenciado por 16 anos de recluso. Ao todo foram dez anos na cadeia. Já fui motorista, mas no momento do crime era fuzileiro naval. Fiquei 15 dias detido no quartel de Natal, lá passei 15 dias até ser exonerado da marinha e julgado pela justiça comum e encaminhado ao Aníbal Bruno. Ele era sargento da marinha. No dia ele me chamou para consertar o motor de carro e dali começou uma confusão e vi que ele estava com uma arma na cintura, então sua intenção não era boa. (Edson, 2013)

Mais um caso de homicídio como causador da prisão e os motivos pessoais são apontados como fator desencadeante do fato. O primeiro testemunho alude um simples conflito de relação interpessoal, mas nas entrelinhas aproxima-se dos conflitos envolvendo o tráfico e/ou o poder dentro do bairro. Enquanto o segundo a dar o seu depoimento nos informa que assassinou em função de uma dívida por um serviço prestado, mas ao revelar que ficou no isolamento da unidade por mais de um ano, denuncia outro tipo de delito.

Os três entrevistados praticaram homicídio, tipo de delito que ajuda a superlotar as prisões brasileiras. A guerra ao tráfico de drogas transforma a morte violenta em uma das formas de se resolver os conflitos do próprio negócio do crime como também na resolução dos conflitos interpessoais no

[183] A comunidade dos Coelhos situa-se próxima de Joana Bezerra e ambas localizam-se na área central da capital pernambucana. A limitação no acesso aos direitos sociais, econômicos e culturais deixa seus moradores em situação de intensa vulnerabilidade.

bairro[184]. Sob domínio do tráfico a violência tem mediado às relações nas comunidades e tem se verificado a perda da credibilidade da justiça e da polícia, que trata os moradores da periferia em geral como suspeitos.

A guerra às drogas pelo Estado brasileiro engendra o cenário nacional do encarceramento que cria seu público-alvo e reverbera nas questões internas da unidade. Assim os grupos que comandam as gangues fora das unidades atuam como protagonistas moldando a vida cotidiana carcerária.

A dinâmica prisional vai reproduzindo em miniatura a opressão e violência de fora. A reprodução do fora se dá pela circulação do poder, o poder de fora se reproduz lá dentro e vice-versa através da ação dos detentos e dos acordos entre seus pares. A instituição jurídica, as instituições que materializam a mão forte e dura do Estado dialogam por meio da demanda por ordem com a estrutura econômica e política.

Lefebvre (2006) afirma que não há um só espaço social e que o mundial não anula o local, as redes se entrecruzam em diferentes escalas a partir da ação de diferentes atores, assim: "resta compreender o que produz os diversos movimentos, ritmos, frequências, o que os entrelaça e mantém a hierarquia precária de grandes e pequenos, de estratégias e táticas, de redes e lugares"[185].

São estas estratégias do vivido pelos detidos nas unidades prisionais que deslindaremos, perscrutar para através do universo prisional compreender melhor um dos mecanismos de funcionamento da própria sociedade.

---

[184] A guerra ao tráfico é realizada pela polícia. No entanto, o homicídio tem sido a moeda de negociação de dívidas de usuários e da disputa por território entre as gangues que dominam o tráfico de drogas.
[185] Ibid., p. 27

4.3 A inserção no mundo do Trabalho

No sistema capitalista de produção, a relação com o mundo do trabalho determina a sua posição social. Como a relação das classes populares com o mundo do trabalho é débil, frágil, geralmente seus membros ocupam os cargos da base da pirâmide, sem as garantias da cobertura dos direitos trabalhistas.

A erosão no conjunto dos direitos sociais de afirmação da cidadania acompanha o novo momento de regulação do capital, que tem no poder público um aliado. Porém no Brasil o acesso a esses direitos se deu de modo desigual, segundo a forma de inserção no mundo do trabalho.

Assim, respondeu um dos pesquisados: "Fazia bicos em parte elétrica, trabalhei com várias funções, inclusive como vigilante. Tenho uns dez anos de carteira assinada[186]". Ele exercia pequenas atividades para complementar sua renda, inclusive o crime cometido por ele se deu a partir de uma desavença pelo valor do serviço prestado.

Morador do centro de Recife, eis como respondeu à indagação sobre sua relação com o trabalho: "na época da Copa de 1998, já trabalhava com pequeno comércio na Pracinha do Diário, vendendo relógio e consertando[187]". Esse entrevistado quando foi preso trabalhava de forma autônoma em um pequeno ponto comercial no centro de Recife.

Já o ex-detento com família mais estruturada economicamente afirma: "Era fuzileiro naval[188]". Posição que perdeu após a sua condenação. Este foi o entrevistado com melhor posição econômica em função do emprego público.

---

[186] Chicão, entrevista realizada em 2012.
[187] Apolo, entrevista realizada em 2013
[188] Edson, entrevista realizada em 2013.

4.4 Memórias das normas da rotina prisional

Quando indagados sobre as mudanças de comportamento para conviver dentro dos presídios, os entrevistados, mais a vontade do que os detentos, narraram com propriedade e riqueza de detalhes aspectos de outras unidades, o que permite uma compreensão do todo.

As regras definem as práticas de convivência dentro das unidades prisionais, estabelecem a posição de cada um no jogo de poder vivido dentro do cárcere. Essas normas criadas pelos detentos definem o papel de cada um e as possibilidades ou obstáculos para uso dos diferentes locais da prisão. Em suma, as relações de poder se espacializam por meio do uso e apropriação das celas e pavilhões.

Segundo um dos entrevistados:

> Me levaram para o presídio, e não foi bom, na espera todos me renegaram, bateram em mim, usando o poder. Querendo saber o que eu tinha, se tinha algo para dar a eles, pedindo dinheiro. Os que realizam a violência são os que estão no castigo (isolamento), que oprimem os novatos, pegando dinheiro e batendo. Nesse dia um agente me levou para a enfermaria, lá fiquei uma semana. Não recebi apoio da família, dormia no chão, com muito calor e tinha de lavar as roupas dos mandões da espera. Pelo tipo de delito, poderiam me violentar mais. Como matei uma mulher, fiquei malvisto. Da enfermaria, depois de uns quinze dias, fui mandado para o isolamento, lá fiquei um ano e meio. Trancado numa cela só, onde você recebe a comida pela portinha e ninguém abre, e o banho de só uma vez por semana por duas horas, sem receber. Lá dentro tinha colchão, sabonete. Sabão ou pasta de dente eu ganhava dos crentes. Depois passei uns seis meses e fui liberado para circular no corredor no dia de visita. (Chicão, 2012)

O tipo de delito influencia na forma de recepção entre os próprios detentos e a acolhida para o nosso entrevistado foi de forma violenta. Como assassinou uma religiosa, houve repercussão na mídia e recebeu uma punição dos outros presos. No isolamento, dormia no chão. Não recebeu o apoio da família e só um ano e meio depois pôde circular no corredor.

Um entrevistado ressalta a cautela ao entrar na unidade:

> Primeira coisa que fiz foi deixar de fumar, já na espera, ser mais cauteloso, ouvir mais, ver mais e falar menos, não viver rindo nem brincando, não ter comportamento de maloqueragem como pegar no peito do outro. Nunca usei droga, para não entrar em dívida. (Apolo, 2012)

Em sua fala ele aponta mudanças no seu comportamento. Era fumante, mas deixou de fumar e evitou usar drogas para não criar dívidas e assim evitar se envolver em conflitos na unidade.

Este entrevistado revelou em detalhes como teve acesso às normas da vida carcerária:

> No início tive que aprender a conviver com meus próprios medos, quando você chega lá há muita pressão psicológica, muita pressão dos agentes, da direção e dos próprios presos que já passaram pela prisão - tipo você vai morrer, aqui tem que andar pianinho. Existem policiais que trabalham normal, honestamente, certinhos, mas muitos não andam de acordo com a lei, são arbitrários e gostam de espancar e de bater. Comigo eles nunca mexeram, já entrei com um conceito de uma pessoa boa, pois tenho alguns familiares militares, meu tio é major, meu primo é tenente e iam me visitar e falavam com a direção a respeito de mim. Com uns dias fui vendo como funcionava o esquema. Cheguei, fui para a sala de espera e lá tive uma discussão com outro detento que já era reincidente e que se achava o maioral, implicando com todos os novatos. E, ele me ameaçou dizendo que quando fosse para o pavilhão, ele aproveitaria e no banho de sol iria me matar. Assim, pedi para que eu não fosse para o mesmo

> pavilhão deste rapaz. Mas, não adiantou, quando fui para o pavilhão, vi que fui mandado para o mesmo pavilhão que ele foi mandado. Lá encontrei dentro da cela um antigo amigo de um bairro de Olinda. Foi o que me salvou. E este meu amigo era o mais velho da cela. Contei a história, o rapaz foi chamado e conversamos sobre a pressão que ele fez em mim na espera e meu amigo disse que ele ficasse quieto que se mexesse em mim mexeria nele, que nós éramos amigos de infância. Assim, ele me deixou em paz. Há várias pressões sobre o novato por parte dos presos. Geralmente os novatos vão encher garrafas de água, pois falta água sempre, esta água vai servir para um banho, para lavar os pratos e lavar uma roupa. Lá tem hora para chegar água e hora que falta. Ele só se livra dessas atividades se tiver dinheiro ou na base da amizade. Como meu amigo era mais velho, não precisei encher garrafas de água e nem fazer faxina, que é outra função dos novatos. Minha primeira noite para dormir lá dentro foi um tormento e nem dormi vendo o dia amanhecer. Já vi gente dormindo e sendo esfaqueado. Você tem de procurar um espaço. Depois que a polícia conta e fecha o pavilhão, todos correm para encontrar um canto no pavilhão. Há uma disputa de território, muitos dormem de cócoras. No segundo dia, meu amigo falou no corredor e me apresentou a outro amigo dele e disse que eu era chegado dele que dormia no corredor, e assim fiquei dormindo ao lado dele, ali já era espaço certo. (Edson, 2012)

A regra da prisão se aprende na prática. Na condição de novato, o detento terá que desenvolver várias tarefas de manutenção das celas e pavilhões e também da própria unidade prisional. A sua condição de militar e o prestígio de sua família evitaram que ele passasse por certos constrangimentos. Na espera houve desentendimento entre ele e outro detento criando uma animosidade e, mais uma vez, as relações externas possibilitaram que não se concretizasse o conflito e também que ele conseguisse um local para se acomodar no piso do corredor do pavilhão.

Essas regras delimitam a estrutura de poder e permitem a produção e (re) produção da vida carcerária. Definem os papéis dos diferentes sujeitos e/ou grupos na produção e acesso aos bens e serviços.

A espacialização da dinâmica prisional remete aos pequenos poderes, aos poderes capilares que fazem parte, compõem o todo, fazem

circular e funcionar o carcerário. A prisão funciona como um ponto, um local que filtra e irradia diferentes ordens ou normas, um local de apropriação e acumulação para alguns e de mais alienação e opressão para outros.

Lefebvre (2000) afirma que o espaço condensa ordens, autorizando ou negando determinadas ações[189], e Foucault (2004) trata da subdivisão do poder, de sua ramificação, não como uma condição do poder instituído, mas circulando de dentro para fora e de cima para baixo[190]. Essas tramas do jogo de poder numa escala local, oriundas das relações desenvolvidas no interior das unidades prisionais, ajudam-nos a desvendar melhor a práxis dos detentos.

4.5 O Acesso à cela

O primeiro direito negado pelo encarceramento é a liberdade de ir e vir e a cela[191] é a primeira imagem que surge em nosso pensamento quando nos referimos ao cárcere. No entanto, nas prisões brasileiras, a superlotação transformou a cela em um privilégio e, por isso, em uma mercadoria, a mais valorizada no mercado prisional.

Aproveitamos o contato com ex-detentos que circularam por diferentes presídios e penitenciárias que confirmou o dito pelos detentos sobre a conquista do direito à cela.

Assim relatou um detento as dificuldades enfrentadas:

> Não recebi apoio da família, dormia no chão, com muito calor, e tinha que lavar as roupas dos mandões da espera. Pelo tipo de delito, poderiam me violentar mais, como matei uma mulher fiquei malvisto, fiquei na enfermaria por uns quinze dias e depois fui mandado para o isolamento, lá fiquei um ano

[189] Ibid., p. 99
[190] Ibid., p 182
[191] No capítulo 3 já analisamos como a cela foi apropriada por grupos de detentos.

> e meio. Trancado numa cela só recebe a comida pela portinha e ninguém abre e o banho de só uma vez por semana por duas horas, sem receber. Lá dentro tinha colchão, sabonete, sabão ou pasta de dente eu ganhava dos crentes, depois passei uns seis meses e dos dias de visita fui liberado para circular no corredor no dia de visita. Todo esse tempo você conta numa cela, mas dorme no corredor. Se não tiver colchão, forra com um lençol... Senti que o presídio começou a lotar mais em 1999, eu vi essa mudança dentro do pavilhão. (Chicão, 2012)

Dos interlocutores este foi o que viveu de forma mais intensa o cárcere. Pelo delito cometido, sofreu a repulsa dos outros detentos e, para que não sofresse as punições do código de honra dos presos, ficou trancafiado no isolamento por mais de um ano. Sem contato com o mundo interno da própria prisão, na realidade ele viveu por esse período uma prisão no interior da própria prisão. Por mais de um ano ele vivenciou a prisão dentro das prisões.

Já outro entrevistado acrescenta em sua resposta o papel dos presos primários:

> Quando a pessoa chega, se conhecer alguém facilita para dormir dentro da cela. Mas primeiro você vai lutar para ficar no corredor, quem fica no corredor não tem privacidade. Você, como novato, tem que fazer faxina no lugar do faxineiro, ele recebe como concessionado, mas quem faz são os detentos novatos. Nunca fiz faxina, mantive minha moral, nem no meu barraco fazia, pagava um robô e ele fazia o meu serviço. (Apolo, 2013)

Mais um que salienta o peso do contato anterior com um preso com mais tempo na unidade. Pertencer à mesma quadrilha, ser parente, amigo ou vizinho de bairro são aspectos da rede de relações anterior ao momento da prisão que têm sua importância no contato para desfrutar da acomodação na cela, pelo menos no período da noite. A existência de laços

prévios de amizade pode evitar que o detento tenha que realizar uma luta para dormir no piso do pavilhão já no primeiro dia.

Sua resposta com relação ao acesso à cela adiciona informações sobre os constrangimentos sofridos pelos presos novatos ao ter que realizar tarefas mais braçais como transportar água para as celas e para os pavilhões. Nosso entrevistado sentiu-se honrado por não ter prestado esses pequenos serviços, numa demonstração de força e poder.

A dificuldade de acesso à cela é a primeira de muitas privações e / ou opressões da vida cotidiana carcerária. É a primeira nota ou tom do movimento do vivido no cárcere.

Eis a resposta de outro pesquisado sobre as dificuldades para conseguir um espaço na cela:

> Quando cheguei, fui dormir fora, no corredor. Dormi só por quinze dias e logo depois fui dormir dentro da cela. Na cela fui expulso por conta de encrencas em que me meti. Num ambiente que cabe 400 pessoas e comporta mais de mil, quem dorme no corredor fica sem tranquilidade, às cinco horas da manhã tem que se levantar para a faxina das alas do pavilhão. Você tem que enrolar seu colchão e depois da faxina se libera as celas. Na contagem, todos têm que entrar na cela para serem contados. (Edson, 2013)

Esse detento, de melhor condição financeira, só permaneceu no chão por quinze dias. Ele aponta em sua resposta as dificuldades e desassossego de quem se acomoda no piso de um corredor e salienta o impacto da superlotação.

As falas são contundentes pontuando os nós que ligam as práticas locais as influências externas como: tipo de delito ou posição no mundo do crime lá fora, influência do grupo familiar, relação de amizade ou até de morar em determinado bairro ou comunidade ou simplesmente melhores condições financeiras da pessoa apenada.

A superlotação transformou a cela em uma mercadoria de valor ímpar. Esta situação promove uma separação, uma linha divisória na vida cotidiana carcerária, pois o acesso à cela garante em certos aspectos uma condição de existência um pouco menos precarizada. Ocorre uma segmentação da vida cotidiana no presídio em dois grandes grupos expressos por seus espaços de vida: os da cela e os do piso do corredor. Os primeiros se territorializam, vivem mais próximos de uma normalidade, de forma mais estável e os segundos numa constante disputa e num intenso movimento vivenciam uma territorialidade móvel, instável, sob constante ameaça. Assim, sua existência se reproduz por um fio. Mas, todos vivem a vida cotidiana carcerária.

4.6 Disciplina laboral na unidade

Desde que a pena prisão se inseriu como o modelo de punição da sociedade capitalista que o trabalho se apresenta como um dos eixos norteadores da ressocialização. Pelo menos no discurso jurídico/criminal, o labor carcerário serviria para disciplinar o indivíduo que descumpriu a ordem estabelecida.

Mas, já discutimos anteriormente a polêmica em torno dessa temática e concluímos que, o papel do trabalho na prisão não se resume às atividades desenvolvidas pelos detentos dentro ou fora das unidades prisionais e representa uma importante mensagem, na comunicação que os muros e fachadas da prisão, na representação deste objeto/instituição para os segmentos das classes populares.

Eis o que respondeu nosso primeiro interlocutor:

> Trabalhei no presídio[192] por pouco tempo e logo depois fui transferido para a penitenciária[193]. Na Penitenciária passei de 2003 a 2007. Cheguei lá fui para a triagem e depois fui para o pavilhão e logo comecei a trabalhar como eletricista. (Chicão, 2013)

Quando foi detido ele exercia função de vigilante em uma empresa e também prestava pequenos serviços[194]. É uma prática se utilizar das competências individuais dos detentos para realizar a manutenção da própria unidade. Assim, o serviço de conservação é mais um serviço prisional realizado pelos detentos.

Um ex-detento que já atuava como pequeno comerciante antes de ter sido encarcerado, afirma:

> No *Presídio* eu vendia umas besteirinhas como pilha de rádio e fone de ouvido e DVD. Fiz boxe para concorrer, mas havia um chaveiro que fazia boxe e era despeitado comigo. Mas não tinha medo dele e o enfrentava. Saí do Pavilhão porque era mais forte que ele e ele era o chaveiro. Ele era cheio de robôs e ele me tirou do Pavilhão depois de uma discussão. Ali ganha muito dinheiro, muito chaveiro ganha muito vendendo barraco. Alguns quando saíram morreram, foram assassinados. Um auxiliar de chaveiro foi assassinado na *penitenciária de semiaberto*. *Nessa penitenciária* já comecei a negociar vendendo relógio e já levei o motor para polir relógio. Já saí de lá com mercadoria. Fui concessionado, trabalhei na padaria e trabalhei capinando. Vendi escondido recarregador de celular - aqui vale dez reais e lá dentro vale trinta ou quarenta reais. O chaveiro tem direito a uma cela. Segundo os agentes, as autoridades são os presos, todos comem um dinheirinho ali. Muita coisa entra no presídio. Um objeto que vale cem reais aqui lá se vende por quinhentos reais. Cachaça entra muito. O chaveiro comanda tudo. Uma cela serve de boca para vender. Às vezes ele não vende mas cobra de quem vende. Quando eu estava no corredor, alugava barraco para tirar o encontro conjugal. Mas tinha pavilhão que quem não recebia visita o chaveiro pedia que liberasse. Mas

[192] Ele passou mais de seis anos no presídio, aguardando sua sentença.
[193] Depois foi transferido para uma penitenciária fora da região metropolitana.
[194] Complementava sua renda atuando como eletricista e encanador.

> os detentos cobravam pelo que tinha dentro como o uso da TV, de um rádio. Às vezes o cara estava tirando a visita e, já no final da visita, chegava a mulher de quem liberou e o outro tinha que sair da cela no pernoite de sábado para domingo. O chaveiro ou o robô ia bater de cela em cela para ver se estava vazia. (Apolo, 2013)

O dito pelo pesquisado vai além da simples inserção pessoal em uma atividade de labor. Pelo contrário, sua resposta possibilita um mergulho no mundo da economia e do trabalho carcerário. Seu discurso descortina com detalhes o motor político e econômico do universo prisional. No campo político, ele mostra, a partir de sua vivência, os embates e o fracasso de sua tentativa em se firmar como boxeador. Por isso, foi transferido do pavilhão, num jogo de poder interno que envolve força física e luta por hegemonia entre os detentos.

A questão do jogo de poder dentro da unidade não se limita apenas aos embates pessoais entre os detentos. A política local vai mediar todas as relações, inclusive, a dinâmica da economia carcerária.

Assevera nosso entrevistado:

> Eu era uma pessoa que lá dentro atuei, trabalhei nas unidades que passei, pois sempre tive expectativa de vida. Sempre tive esperança de sair de lá e ter uma vida melhor, nunca me senti um criminoso. Sempre pensei que tenho que lutar, não fiquei preso na mente. No Aníbal Bruno estudei supletivo para diminuir a sentença, fiz um curso do SEBRAE para iniciar meu próprio negócio". (Edson, 2013)

Por ter sido militar e ter parentes do mesmo ramo, ele afirma que sempre conseguiu exercer atividades laborais. É mais uma resposta que mostra a influência externa nas relações desenvolvidas dentro da unidade. Em alguns trechos de sua entrevista, fica claro que esta influência o livrou

de muitos constrangimentos e até de que exerceu um poder, apontando desrespeito ao código dos detentos e solicitando a aplicação da punição pelos próprios detentos.

Este movimento, esta dinâmica, esta vida cotidiana carcerária em seu movimento diário vai debilitando os que são sugados para o seu interior através de uma prestação de serviços prisionais previstos no documento da execução penal, mas ausentes na prática.

4.7 A saúde e a higiene pessoal

O cuidado com a higiene pessoal é mais uma variável que serve para diferenciar os detentos com melhores condições financeiras dos que dependem exclusivamente dos precários serviços prisionais. Caso os familiares não possam suprir os seus parentes com os produtos de uso pessoal[195], essas necessidades serão atendidas por instituições filantrópicas e/ou religiosas, por parentes de outros presos ou pelos recursos obtidos a partir dos pequenos serviços prestados dentro da própria unidade prisional.

A ausência na prestação neste tipo de assistência contribui para o aumento de algumas enfermidades, comprometendo e pressionando o precário atendimento médico oferecido.

Assim, indagamos como o detento tinha acesso à assistência material voltada para o cuidado com o corpo, a higiene pessoal e sobre o atendimento médico.

Sem contato com os familiares, o primeiro entrevistado afirmou: "Lá dentro tinha colchão, sabonete, sabão ou pasta de dente eu ganhava dos crentes. E ao médico nunca fui, pois é superdifícil falar com um[196]". Ele

[195] O grupo familiar aproveita os dias de visitar para trazer aos seus parentes detidos pastas de dentes, sabonetes, xampus, roupas, lençóis, etc.
[196] Chicão, entrevista realizada em 2012.

vivencia de forma mais intensa o processo de prisionalização. Sem apoio do grupo familiar dependia quando estava detido da ação social da igreja[197]

O ex-detento, praticante de boxe, frisou: "Eu sempre cuidei da minha saúde, malhava muito, me alimentava bem, nunca tive problema de pele, por um tempo pratiquei boxe no presídio[198]".

Dispondo de melhores condições financeira e praticante de uma atividade esportiva, ele não teve problema de saúde, por isso, não dependeu dos serviços médicos. Salientando que não se envolvia com as drogas para evitar os confrontos violentos com outros presos e também algum problema de saúde.

O boxe é uma prática esportiva valorizada dentro das unidades prisionais, ela conta com o apoio dos detentos e da própria administração penitenciária, mas é muito contestada pela mídia, sendo apontada como indutora da violência.

O ex-militar pontua com riquezas de detalhes as estratégias que desenvolveu para resolver um problema de saúde:

> Tive um problema de saúde difícil e o próprio juiz que me condenou que me ajudou, estava com uma hidrocele. Sempre reclamei do que acontecia de errado na unidade, escrevia em carta e minha mãe levava para ele, já fui para a sala dele. Estava lutando para fazer esta cirurgia, meu psicológico estava abalado. Muitas vezes fazia os exames para fazer a cirurgia, que perdiam a validade, por três vezes. Até que este juiz mandou ofício para a direção que não gostou, mas tiveram que me levar para o hospital, imagine a situação, com este problema de saúde e um dia fui falar com este juiz algemado e todo encurvado e com o problema que estava era difícil e com muita dor. Foi quando o juiz me avisou que mandaria outro ofício no mesmo dia e quando cheguei à unidade o diretor me procurou e reclamou por ter procurado o juiz e na hora fui de carro do diretor para o hospital. Tinha agentes que me levava para hospital sem algemas, e circulava no hospital sem ninguém notar que era preso, confiavam em mim, agentes que me conheciam, por conhecer minha índole

[197] Dentro da unidade se inseriu no trabalho da Pastoral Carcerária.
[198] Apolo, entrevista realizada em 2013.

> e minha família e eu gosto da área militar, acho uma área boa e bonita. (Edson, 2013)

Para receber atendimento médico ele teve que mobilizar várias instâncias do poder. Ao mesmo tempo em que denuncia as dificuldades para ter acesso ao atendimento médico, revela o seu poder através da influência dos parentes militares. Mesmo gozando de certos privilégios dentro da unidade, sentiu o peso da mão forte do Estado sobre o seu próprio corpo ao ter dificuldade em receber atendimento médico especializado fora da unidade.

4.8 Espaço e prazer

Do ponto de vista institucional a visita íntima só é autorizada para quem apresenta uma companheira ao setor psicossocial. No entanto, nas unidades prisionais os detentos criam alternativas para satisfazer suas necessidades sexuais, mesmo que ao entrar na prisão já tenham sido rompidos os laços afetivos com o (as) seus (suas) parceiros (as).

A prática sexual se mercantilizou. A questão sexual se tornou mais uma variável que possibilitou a transcendência dos muros das prisões ao envolver as esposas, as filhas e as mães de quem se encontra por trás das grades.

Indagado sobre o ato sexual dentro da prisão, asseverou:

> O sexo só para quem tem dinheiro e família. Há dívidas que são cobradas com sexo, se você deve por droga, você pode pagar com sua mãe, mulher ou irmã ou irmão. Há pessoas que vende sua irmã e quem não tem dinheiro vai se masturbar. Os travestis mais vistosos vai dormir se arranja com alguém, dorme até junto e no domingo se afasta para que o outro detento receba sua esposa. Os donos da cela

> colocam um homossexual para cozinhar e servir a ele sexualmente e no domingo. Na Penitenciária[199] conheci uma mulher e iniciei um relacionamento e com ela tive uma filha, mas nos separamos, passei três meses no semiaberto e fui para condicional e em 2011 recebi o perdão. (Chicão, 2012)

Os encontros conjugais estão garantidos na lei, mas para se efetivar a pessoa detida deverá desembolsar uma determinada quantia em dinheiro. A apropriação da cela é privada, a partir de um valor estabelecido pelo mercado prisional. E quem não dispõe de recursos suficientes para garantir o uso da cela enquanto estiver detido, deverá alugá-la por horas.

Mais contido com relação aos encontros conjugais, respondeu que: "Depois de um tempo minha mulher começou a me visitar". Não quis informar sobre o período em que não recebia a visita de sua parceira.

O ex-militar também foi abandonado ao entrar no sistema prisional:

> Quando fui preso era casado, mas logo depois minha esposa me abandonou, ela ficou com medo do tempo que iria me esperar quando saiu minha sentença ela foi embora para São Paulo. Na Penitenciária conheci minha atual esposa e temos uma filha de treze anos. (Edson, 2013)

Geralmente, as mulheres são abandonadas. Mas dentro de nosso pequeno universo de pesquisa conseguimos conversar com dois presos que nos informaram que suas esposas resolveram se separar após o encarceramento. Neste caso, o motivo alegado foi a possibilidade de uma pena longa. No entanto, após um período sozinho conseguiu restaurar a sua vida e formar uma nova família.

[199]Em vários trechos de sua fala este entrevistado diferencia o cotidiano no presídio e na penitenciária.

4.9 Rede de alimentação

Mais uma privação imposta pelo encarceramento é a da limitação e qualidade duvidosa das refeições. Por isso, questionamos os pesquisados sobre as estratégias desenvolvidas para fazer suas refeições.

Respondeu o primeiro entrevistado: "Como não tive apoio da família sempre me alimentei da boia e aos domingos já saia com a vasilha para colocar o almoço. Quando arranjei trabalho tive direito a uma refeição melhor". (Chicão - 2012)

Esse foi um dos entrevistados que mais viveu o aprisionamento. Só quando conseguiu um trabalho dentro da penitenciária que melhorou as refeições.

O entrevistado seguinte acrescenta outras privações além da alimentação:

> Na espera me alimentava da boia, minha esposa levava uma pequena feira, dependendo do pavilhão me juntava com alguém que tinha fogão, outro preso cozinhava (não recebia visita – podia ser um robô), agente pegava o feijão e o macarrão ou arroz se estivesse bom. A comida do presídio é horrível principalmente carne. Quando eu estava no corredor e minha visita trazia a feira e eu deixava minha feira no barraco dele, ali fazíamos o almoço junto ou um cuscuz para o jantar... No dia de visita a comida era melhor para enganar os visitantes. Os policiais humilhavam quando íamos pegar a boia, quando eles cismavam com um levava para o castigo, principalmente um bandido que fez terror num bairro. (Apolo, 2013)

Em seu depoimento reforça a conexão entre os detentos para garantir uma melhor alimentação. Informando também como os policiais constrangiam na fila da refeição e até dependendo do humor poderiam levar para o isolamento.

Enquanto outro pesquisado afirma que:

> Preparava as refeições na cela, um rapaz que não recebia visita ajudava lavando os pratos e nós entravamos com os alimentos onde preparávamos o nosso 'federal' ou comida de 'bandido' que tem dois sentidos: comida boa ou literalmente ou sentido pejorativo, seria a conexão da refeição. Existe diferença entre as refeições dos presos e a dos funcionários, o preso come do rancho, onde o sabor e tempero, já que a refeição dos funcionários era e é bem melhor. (Edson, 2013)

Mais uma vez é ressaltado o papel do grupo, da ajuda mútua, em sua experiência relata o apoio dado a um jovem que por não receber visita contribuía como mão de obra no preparo das refeições.

4.10 Entre os dias comuns e os dias de visita: a normatização

Estas regras moldam a vida cotidiana carcerária. Elas induzem uma prática espacial, a realização de um trabalho que engendra a reprodução de uma vida mais próxima do cárcere para os que dependem dos serviços prisionais e uma vida cotidiana mais próxima da sociedade para os que se apropriam e comandam o negócio dos serviços prisionais.

Assim, questionamos os entrevistados sobre as diferenças do vivido entre os dias úteis e os dias de visita. Eis a resposta do primeiro entrevistado:

> Nos dias comuns você tem que acordar cedo às cinco horas para fazer a limpeza do corredor e seis horas a totalidade passa para contar as seis e trinta, volta para cela e as sete horas toca a boia e o almoço de meio-dia e de tarde as dezesseis horas. Tem faxina de manhã, de meio-dia e de noite. Cada pavilhão tem seu dia de banho de sol (ou pela manhã ou de tarde). Fiz poucas amizades lá dentro, não fazia

> nada só pensando, dia de visita era ruim e os dias de pernoites eram péssimos, tínhamos que acordar bem cedo antes das cinco para tomar banho, imagine uma cela com doze homens para tomar banho, naquele dia não podia voltar para cela, tinha que levar a vasilha para comer e guardar seu colchão para incomodar ninguém da cela. Passava o dia fora e só depois do total, as dezoito horas, só voltamos para a cela e dormimos no corredor a partir das vinte e umas horas. Dormimos sentados, na realidade cochilamos. Ficávamos andando no pátio fora do pavilhão esperando as horas se passar, íamos pegar as refeições e voltamos para o mesmo lugar sem poder ir para a cela e corredor do pavilhão. O domingo é um dia vazio. Mas no domingo acordamos esperando quem nunca chega. E quando acaba a visita vem à cobrança dentro do pavilhão, a cobrança de dinheiro, de droga, quem cobra é o chaveiro, o auxiliar de chaveiro. Tive sorte de chegar e fazer amizade com chaveiro, mas nunca entrei em jogo de polícia e nem de chaveiro. E quem não tem dinheiro vai apanhar de barrote, vai direto para a enfermaria, quem bate é chaveiro, o traficante. Se ganha muito dinheiro, se aluga a cela para quem arranja uma mulher no dia de visita, uma rapidinha. O mais velho da cela quem manda e dá as ordens, às vezes um complô de chaveiro ajuda um amigo para se tornar o mandão da cela. Tudo é mais caro dentro do presídio, muitas vezes o dobro do valor daqui. Todo mundo ali come, recebe dinheiro da cantina, chaveiro. As drogas entram no presídio de várias formas. Alguns detentos são desalojados das celas. (Chicão, 2013)

Com mais liberdade os Ex-detentos relatam sua experiência no sistema prisional. Em alguns trechos repetem e corroboram com o dito pelos detentos a respeito da vida cotidiana carcerária.

O acesso à cela é condição fundamental para que a pessoa detida conviva com menos constrangimento. Quem não dispõe de recursos para usufruir e compartilhar o interior das celas desenvolverá estratégias para conviver no corredor dos pavilhões.

O corredor se torna palco de uma disputa e um lugar de intenso movimento e circulação de pessoas e produtos. Os detentos identificam dois ritmos de movimentos, um próprio dos dias comuns e o dos dias de visitas.

Assim, nos dias de encontros com os familiares e amigos as regras de convivência tornam-se mais rígidas, as interdições, as proibições no acesso a determinados locais e o relacionamento interpessoal.

Uma das normas/regras do sistema prisional é da realização da cobrança das dívidas logo após a saída das visitas. É o momento do acerto de contas, com o traficante, com o pequeno comerciante, com o chaveiro. A pessoa detida pode até perder o direito de uso da cela, ser transferido para outro pavilhão ou para o isolamento. Além de sofrer agressões físicas dos outros detentos.

Um dos entrevistados assevera-nos da singularidade do dia da visita:

> Tem que ter a mente para não entrar bom e sair louco. Você tem que ter alguém para conversar, por isso, tem drogas, o que segura o presídio são as drogas. Alguns dormem amarrados e muitos têm que lutar para dormir no corredor, quem é mais forte fica com os melhores lugares no chão do corredor, os novatos sofrem muito e quem não tem espaço fica a noite sem dormir, tinha que ter um pavilhão ou dois para quem não tem visita. Tinha cara que brigava para ir dormir no castigo e quando era pernoite era pior, pois passaria duas ou três noites como no carnaval. A visita é muito importante, é sagrada, quem faz a movimentação do comércio, pode ser quem for, seja uma prostituta ou um ladrão, A visita tem que ter prioridade. A visita lá é considerada de alto nível. Se você tiver uma visita é muito bom, a diferença é que a pessoa está com sua família, vai ter uma boa comida. Parece que você está na rua, em liberdade. O presídio fica mais calmo, não pode ter briga. A total é só à noite, você fica mais à vontade é como se não estive em presídio, já até comemoraram meu aniversário. No começo recebia visita de minha mãe e meu irmão, mas depois só minha mulher continuou me visitando. Sem ser dia de visita você fica direto no pavilhão, pode ter briga e até morte, o clima fica tenebroso. No final do dia de visita vem a cobrança de quem quebrou alguma regra, entrou no barraco sem autorização e ai é muito cacete e muda para outro pavilhão. Quando você está com visita e sentir necessidade de ir ao banheiro você pode ir para banheiro em outro pavilhão. Quem bate é o chaveiro e o robô e pode ir para a muda. Teve um preso que se suicidou sem receber visita se jogou embaixo de um caminhão, foi desespero. (Apolo, 2013)

Em sua resposta aponta como o contato com uma visita é importante para quem se encontra atrás das grades, segundo ele o isolamento pode levar a loucura. Se considerarmos que um número significativo de detentos encontra-se abandonados, sem vínculo com seus familiares, torna ainda mais delicada o papel do isolamento causado pelo encarceramento na vida de cada um.

Para ele se não fossem as drogas o presídio explodiria em grandes rebeliões e motins. Por isso as drogas distensiona as relações. Mesmo sendo indutora de conflitos e muitas vezes de assassinatos cometidos lá dentro da unidade, ela, a droga, desempenha este papel de alienar o detento com relação às privações vividas pela precária assistência institucional. De um lado é um grande negócio para os traficantes e para o poder administrativo evita um despertar, uma conscientização das condições precárias vividas lá dentro.

Mais uma vez ressalta a importância da visita, pois ela torna aquele dia muito especial. Possibilita uma ligeira sensação de liberdade. Neste momento o comportamento é mais cortês e os conflitos violentos são proibidos.

O ex-militar tece uma crítica contundente a natureza da prisão:

> Com um tempo tive que comprar um espaço, pois meus amigos saíram de lá. Na época paguei dois mil reais, por um lugarzinho que mal dava uma cama, é preciso pagar para ter certo tipo de conforto. E isso, nunca vai acabar, nem mudar dentro dos presídios, pois faz parte da natureza do presídio. Por mais que se haja nunca vai se mudar. Dia de domingo é um dia de visita familiar e nas quartas se realiza o encontro conjugal e nos dias de pernoites, entre os sábados para domingo, de quinze em quinze dias e no domingo já é dia de visita. A visita passa pela revista no portão e entra. O pavilhão no dia de visita é aberto, então quem não recebe visita fica gravitando fora, circulando e indo para a fila da boia, lembrando que o café e a janta são um pão com café. Existe hoje preso que tem uma irmã ou prima que oferece para outro preso que tem dinheiro e oferece para fazer sexo e o dinheiro

> é dividido entre o preso e a parente. Outro dia eu e outros presos demos uma pisa, batemos num preso que estava tão doidão de drogas de usar crack ele e sua mulher, ela dormiu e ele estava tão maluco que foi ao traficante e ofereceu sua mulher por mais pedras de crack, alertei outros e batemos nele e no final da visita demos lapada neles, depois ele foi para o castigo e para outro pavilhão. Quando acaba a totalidade é liberado o corredor e não pode mais deitar, ai você tem que ficar circulando até o momento que toca para a boia do almoço, momento também de pressão, pois, há muitas brigas e mortes na fila, "guerra" da rua ou de briga já de dentro do presídio vai ser cobrada na hora da boia, se mete a faca. Na penitenciária um rapaz levou tapas de outro por briga ocorrida em outro presídio. Mesmo não indo pegar a boia aproveitava abertura do pavilhão para sair e respirar um pouco o ar puro, um ar diferente com um pouco o ar da liberdade fora dos quatro muros. De tarde mais uma vez toca para a boia do jantar e tudo se repete até que a polícia vem contar para fechar tudo e dormir. (Edson, 2013)

Dispondo de melhor condição financeira salienta o alto valor desembolsado para poder usufruir da cela, afirmando que não acredita em uma mudança nas relações de poder dentro da prisão. Pois, essas regras e normas caracterizam, fazem parte da natureza da prisão.

Em sua fala confirma a exclusão, a marginalização dos que não recebem visitas, que segundo ele ficam circulando fora do pavilhão e da cela. Mesmo criticando o funcionamento da prisão, as injustiças praticadas lá dentro, há trechos de seu discurso que se apresenta com um dos líderes, dos que cobram determinados comportamentos e até de que usava a força para impor a ordem no interior da unidade prisional.

4.11 A solidariedade da família e dos amigos

Questionamos sobre os grupos sociais que mais os apoiaram quando se encontravam presos. E as respostas nos davam pistas da fragmentação ou fortalecimento dos laços familiares após o aprisionamento do parente.

O primeiro ex-detento a conversar conosco salienta a quebra dos laços familiares através de seu aprisionamento:

> Antes disso, minha mulher passou lá pegou uma documentação para pegar um recurso penitenciário e todo mês ficou recebendo só passava lá para eu assinar, fiquei sem visita, tirei a cadeia sozinho no Presídio Aníbal Bruno. Na Penitenciária conheci uma mulher e iniciei um relacionamento e com ela tive uma filha, mas nos separamos. (Chicão, 2012)

No presídio, durante quase dez anos não recebeu apoio e nem a visita de sua família. Já na penitenciária conheceu uma mulher e iniciou uma relação que culminou com o nascimento de uma criança. Mas, ao sair da prisão também se separou de sua segunda companheira. Na época de nossa conversa frisou que morava[200] sozinho em um pensionato no centro de Recife.

Mais um interlocutor ressalta o papel dos parentes no apoio a pessoa detida: "No começo recebia visita de minha mãe e meu irmão, mas depois só minha mulher continuou me visitando[201]".

Ele não quis informar, mas há um recorte na família, uma separação dele com a mãe e seu irmão e da própria comunidade onde morava. Os conflitos com os grupos de comando locais o afastaram do antigo local de moradia.

Eis a resposta de quem sempre contou com apoio de todos os seus parentes: "No Aníbal fui detido e perdi minha esposa, recebia visita de meu pai, minha mãe e meus irmãos. Na Barreto Câmpelo conheci minha atual esposa que também começou a me visitar e me apoiar[202]". (2013)

---

[200] Esse ex-detento tinha sido nosso aluno em uma escola da unidade prisional e foi através da Pastoral Carcerária que tivemos acesso a ele. Mas após a entrevista não tivemos sucesso para novo contato com ele. Seu telefone sempre fora de área e não entrou mais em contato com a organização religiosa.
[201] Apolo, entrevista realizada em 2013.
[202] Edson, entrevista realizada em 2013.

Este sempre frisava sua segurança e confiança com relação ao apoio familiar, com exceção de sua primeira esposa que o abandonou. No entanto no momento da entrevista deixava nas entrelinhas dúvidas sobre o local que mora atualmente.

4.12 O poder das gangues: transcendendo os muros da prisão

O poder perpassa todas as relações e no universo prisional uma série de práticas alude ao confronto e acomodação de forças, seja através da apropriação privada da cela, ou o direito de dormir após uma luta no pavimento do corredor, à organização em grupos para garantir uma melhor refeição indicam relações de poder. Estes são apensas alguns dos exemplos que ilustram a dinâmica do poder no chão da prisão.

Assim sendo, aproveitando a oportunidade de dialogar com maior liberdade com nossos entrevistados, que na condição de Ex-detentos responderam e aprofundaram em detalhes: Como funciona o poder nos pavilhões?

> As quadrilhas têm influência lá dentro do presídio. Ninguém mexe com eles, ficam no pavilhão melhor, são mais bem tratados pelo sistema penitenciário. A própria direção dá privilégios. Ele tem poder de fazer entrar droga, de entrar tudo para ele. Já vi agente ir a cela falar com esses poderosos de madrugada, tranca todo mundo e fala só com eles. A triagem é diferente, a visita já entra logo no outro dia, pois são de comando. Depois vai ser chaveiro, ou ter acesso a um trabalho melhor. E a revista é facilitada, os agentes facilitam a entrada de drogas e ganham sua parte. Há influência do PCC e Primeiro Comando, as quadrilhas daqui são pequenas não manda nada, os 'Thundercats' são as quadrilhas mais importantes locais, os 'Abelhas' de Paudalho, os 'Arapuãs'[203] de Pesqueira e Floresta. Geralmente quando esses chefões chegam são considerados, são os chaveiros. Eles se juntam e começam a se organizar lá dentro. Sai do pavilhão da gandaia,

[203] ARAPUÃS são pequenas abelhas

> lá tem brigas, mortes e drogas e fui para outro pavilhão, dos concessionados. Lá presenciei uma rebelião com mortes e a entrada do choque, que chega quebrando tudo e ficamos oito horas no pátio nus. Vi muita coisa triste, já imaginou entrar numa cela e ver oito pessoas tocadas fogos. Um dia me chamara para cortar a energia de uma cela e cheguei e vi os oito detentos mortos queimados. Isso acontece por dívida por droga, quando um detento não paga e começa a circular de um pavilhão para outro sem pagar, ai o chaveiro dá dinheiro a alguém louco que toca fogo em todos morre o injusto e o justo. (Chicão, 2012)

De forma contundente o detento associou o poder à influência das quadrilhas dentro e fora das prisões, às associações, as gangues que dominam o tráfico dentro e fora do sistema prisional do estado. Pontua os acordos entre as lideranças dos presos com os setores oficiais das unidades prisionais culminando na gestão dos espaços internos (dos pavilhões) por este grupo de detentos. Ou seja, a gestão é compartilhada entre representantes do poder público e chefes do crime organizado. Estes já têm experiência na gestão de pessoas por administrar tanto os negócios da quadrilha como por exercer um controle sobre os bairros ou comunidades onde tem que controlar e defender seus negócios.

Em trechos de sua fala ressaltam as diferentes instâncias de poder e os embates, os conflitos, os momentos de tensão que emergem a partir dos motins e rebeliões. E mais uma vez é ressaltado o papel do tráfico de drogas nos negócios e no cotidiano prisional. A prisão centraliza os principais chefões do crime organizado, funciona também como uma central (ou sindicato) de negócios do tráfico de drogas.

A questão da associação dos pavilhões aos condomínios em sua organização interna é pontuada por outro entrevistado:

> Temos que pagar toda semana uma taxa para limpeza, os mais caros são os mais limpos, tem mais banheiro. Nos mais simples é cheio de maloqueiro, gente gritando, muita confusão e briga. Eu nunca bajulei chaveiro como muitos

> fazem. O robô assume homicídio, para ele tanto faz, até por uma pedra de crack ele faz tudo. Nunca apanhei de ninguém nem de polícia, mas já dei em muita gente lá dentro, passava em cima de meu colchão, outra vez estava no meu barraco e em um barraco perto do meu estava um preso fumando maconha e perturbando, a cama dele bateu na minha e meu ventilador caiu dentro de um balde água, fui à cima do cara e enfrentei os dois, dei o maior cacete. O pessoal do corredor contra mim, mas o mais velho da cela me defendeu. Outra briga foi em outro pavilhão, tinha pedido um empréstimo e no dia da visita tinha que pagar, mas minha esposa trouxe um dinheiro que não dava para pagar, só os juros, no final do dia da visita e ele queria que eu pagasse todo, se não ele disse que queria minha TV, o auxiliar de chaveiro veio de manhã (na segunda) e me chamou estava com cinco robôs ele tentou me intimidar, briguei com todos e conseguir voltar e entrei nacela e me armei com um barrote e um facão e depois entreguei o dinheiro para o chaveiro. Perguntei o chaveiro se ele ia fazer minha muda, mas fiquei muito respeitado, ninguém mexia comigo. Cada pavilhão tem uma regra. Por exemplo, há pavilhão onde o chaveiro informa que ninguém briga com ninguém, ninguém dar em ninguém, quem tiver suas broncas vá resolver no pátio, aqui dentro quem furar será furado, quem matar será morto, quem ficar com maloqueragem ia para os pavilhões do morro. (Apolo, 2013)

Sua fala sobre o jogo do poder dentro da unidade apresenta as diferenças entre os pavilhões. Geralmente os de custo mais levado oferece certo conforto se compararmos com a realidade vivida na prisão. As regras, as normas muitas vezes se circunscrevem aos limites do pavilhão diferenciando um do outro. Em alguns pode ser proibido as brigas, o uso de drogas no corredor, etc.

As figuras ou personagens ligadas ao poder emergem como os robôs, que são os presos que assumem as faltas e delitos praticados pelos líderes de quadrilha. Além de relatar uma situação vivida por ele, asseverando que se endividou e que por isso, quase perdeu o direito de morar no pavilhão. E para mostrar poder, não se intimidou diante do grupo de presos, de robôs de segurança privada do chaveiro e só assim conseguiu o respeito dos outros presos e do próprio gestor do pavilhão que não realizou a sua

transferência para outro pavilhão, e nem também solicitou o seu isolamento.

Mais um entrevistado ressalta a ação das quadrilhas na gestão da prisão:

> Dentro de qualquer unidade prisional tem o Conselho do Pavilhão, que é formado por chaveiro, auxiliares, faxineiro e seus robôs. Vi os Conselhos em todos os presídios. O Conselho determina as regras e a forma de castigar, mandam espancar. (Edson, 2013)

Este pesquisado frisa que identificou em todas as unidades de diferentes regimes de pena a atuação dos chefões do crime organizado do estado. Frisando que as regras, as normas internas de conduta são acordadas pelos líderes de quadrilhas, e entre as punições do código interno não oficial estão os castigos físicos e, algumas vezes a própria morte de quem cometeu um delito contra as normatizações construídas dentro da própria unidade. Em seu testemunho o ex-detento informa de mais uma função que vem sendo cumprida pela prisão que é a de reunir as principais lideranças do crime definindo as regras intramuros, inclusive as punições para quem não cumpre suas determinações.

4.13 A vida carcerária fora da prisão

A primeira questão levantada ao sair da prisão foi o a relação com o bairro no qual a pessoa detida morava no momento da sua prisão. A perda de identidade com o lugar que morava é mais uma das consequências do encarceramento, acompanhada da fragilização e fragmentação dos laços com antigos vizinhos que faziam parte da vida desta pessoa.

Esse desenraizamento do local de moradia e do contato com antigos amigos e vizinhos completa o ciclo de estigmatização da pessoa que viveu por um período na prisão. A prisão se incorpora no indivíduo.

O primeiro pesquisado informa que: "Morava em Campina do Barreto, Recife, mas ao ficar livre fui morar em Dom Hélder e agora mora no centro de Recife, é bem melhor para circular e fazer os biscates[204]".

O interlocutor seguinte afirma que: "Morava nos Coelhos, mas não vou lá, não há problema com meus inimigos, um morreu e outro desapareceu, tenho trinta primos morando lá. Desde o dia que sai não vou, agora moro na Boa Vista[205]". Ele foi preso por assassinar um vizinho, mas não dá detalhe de sua vida. Mas quando questionado sobre a volta para o seu bairro ao sair da prisão reproduz o discurso comum das pessoas que são detidas por porte de armas, ao afirmar que no bairro há muitos inimigos. A guerra ao tráfico de drogas provoca esses tipos de discurso e comportamento. E claro, que ao sair de uma prisão o detento fica marcado e conhecido no mundo do crime e da própria polícia comunitária e do bairro.

Eis a assertiva do ex-detento: "Não tive problema nenhum em voltar para o bairro de Varadouro em Olinda, pois o próprio irmão da vítima continuou meu amigo. Só alguns familiares que ficaram receosos como uma tia, alguns ficaram com medo de mim, estou morando no Cordeiro/Recife[206]. Se por um lado afirma que não há problema em voltar e visitar seus vizinhos na rua onde aconteceu o delito, mas durante a entrevista não deixou claro em que bairro mora.

O retorno para o antigo bairro é uma preocupação de detentos e de seus familiares. A marca da prisão acompanha quem passou pela experiência do cárcere, esteja envolvido ou não, eles se tronam alvos das

---

[204] Ele realiza pequenos serviços de manutenção elétrica e hidráulica em casas particulares. Além de prestar serviço de segurança no comércio da área central da capital. Todas essas atividades sem vínculo formal de emprego e sem carteira assinada. Depoimento de Chicão em 2012.

[205] Depoimento de Apolo em 2012. Os dois bairros citados localizam-se no centro de Recife.

[206] Edson, entrevista realizada em 2013.

gangues locais e da polícia. Assim, é comum que detentos fugitivos do regime semiaberto e ex-presidiários engrossem as fileiras dos assassinados pela guerra às drogas.

4.14 O Apoio de vizinhos

Insistimos em obter informações sobre o apoio de antigos vizinhos ou de amigos ao sair da prisão. Após o isolamento temporário da sociedade como será que se estreitariam estes laços afetivos? Quais as barreiras que se interpõe entre os que passaram pela privação de liberdade e a sociedade maior?

O primeiro entrevistado nem se pronunciou, posto que abandonado pela esposa, não retornou mais ao seu antigo bairro, além de não receber a visita de nenhum vizinho. A prisão conseguiu expulsá-lo do convívio. Mesmo exercendo uma atividade laboral, de forma autônoma, não consegue se inserir.

O ex-detento que mora no centro de Recife respondeu que: "Como já tinha pequeno ponto no centro recebi o apoio de um dono de restaurante quando sai da prisão[207]". Ele foi o único do grupo que recebeu apoio, não de parentes ou vizinhos, e sim de um comerciante que sensibilizado com a sua história se solidarizou.

Já o último pesquisado informa: "que recebeu apoio apenas de seus familiares[208]". No entanto, com uma família bem estruturada, realizou cursos e conseguiu um emprego legal.

Uma das consequências mais nefastas do aprisionamento é o rompimento dos laços afetivos entre a pessoa que foi privada de liberdade e suas antigas redes de amizade, sejam parentes, amigos ou familiares.

---

[207] Apolo, entrevista realizada em 2013.
[208] Edson entrevista realizada em 2013.

4.15 Solidariedade após prisão: os amigos e vizinhos

Ao sair do cárcere de qual parente recebeu apoio? Com esta pergunta tentamos identificar quem do grupo familiar se solidarizou com o parente detido no momento de seu aprisionamento ou depois na acolhida de novo à vida social.

Eis a resposta do entrevistado que comercializa na área central de Recife:

> Quando sai do presídio no começo minha mãe e meu irmão me apoiaram um pouco, mas quem me ajudou mais foi minha esposa, sem poder ir para o bairro, mas voltei para o lugar que cometi o segundo homicídio. Tinha um pequeno quarto, tinha dois quartinhos e um cara ficou morando lá e não pagou nada, depois fui com outro amigo armado e o botei para fora, depois vendi duas casinhas por sete mil reais. E com este dinheiro me ajudou a colocar este pequeno negócio. Além do dinheiro que adquiri nos negócios que fiz em vários presídios que passei e como tudo é mais caro e não tinha vício pude acumular um pouco de dinheiro para montar meu negócio aqui fora. (Apolo, 2013)

O pequeno empresário contou com apoio de sua mãe e seu irmão, mas ressalta que a assistência mais efetiva foi a de sua esposa. E que montou seu pequeno negócio com o capital obtido pela venda de dois cômodos localizados em uma comunidade encravada no centro da capital e do lucro com os negócios realizados dentro das diferentes unidades prisionais. Segundo ele, os preços inflacionados, ou seja, os preços da economia carcerária/penitenciária permitiram uma acumulação de capital significativa e que tornou possível estabelecer um pequeno negócio numa área estratégica de Recife.

O terceiro detento afirmou: "Conto com apoio de minha esposa e dos meus pais, destes com ajuda financeira e apoio emocional[209]". Em todos os momentos da entrevista ele, afirmava o apoio dos pais e da esposa que conheceu na unidade.

Se dentro da unidade prisional o detento contará com apoio de determinados membros do grupo doméstico, como a figura da esposa e da mãe. Ao sair da prisão não mudará muito a composição de quem do grupo familiar prestará assistência financeira e psicológica.

4.16 A primeira barreira social

Qual a primeira dificuldade que uma pessoa que passou pelo sistema carcerário enfrenta ou sofre ao romper oficialmente os muros da prisão? A partir desta resposta podemos entender melhor como a prisão se incorpora na vida de quem experimentou o cárcere, insere um novo caractere, uma nova informação em sua identidade.

O primeiro entrevistado afirmou que: "A primeira dificuldade é emprego, pois ninguém quer empregar quem passou pela cadeia[210]". A sociedade ao negar emprego joga o ex-detento no mundo do crime.

Se a pena prisão é o modelo que atende aos interesses da sociedade capitalista, através da sua racionalidade e o discurso da ressocialização que esconde os interesses e valores das classes hegemônicas. Um objeto ou instituição que se comunica com o mundo do trabalho, seu inverso, seu duplo. Como um signo que traz uma mensagem para quem não se enquadra ou aceita as condições impostas pelo trabalho.

No entanto, ao atravessar seus muros, o campo ou mundo do trabalho cria barreiras quase intransponíveis para os que passaram partes

[209] Edson, entrevistado em 2013.
[210] Chicão, entrevista realizada em 2012.

de sua vida no cárcere. O estigma da prisão impede uma reintegração social ampla e irrestrita. A pessoa que vivenciou na condição de detido a experiência do cárcere, mesmo que se integre em alguns campos ou grupos sociais, ficará sempre à margem. Pois há uma marca invisível e mais forte não dentro da pessoa que viveu a prisão, mas na sociedade que não a acolhe.

Uma alternativa ao enfrentamento as sanções não oficiais pós-prisão, seria a encontrada por este entrevistado ao frisar: "Como fui negociar para mim mesmo não foi difícil[211]".

Enquanto a sociedade mantém a pena prisão o trabalho de forma autônoma é mais significativo para a inserção do ex-detento no mundo do trabalho. Será através da prestação de serviços ou montando pequenos negócios que esta pessoa pode se inserir de forma mais ativa e positiva na sociedade.

Afirma o seguinte entrevistado: "Não me intimido pelos preconceitos[212]". Durante nossa conversa este pesquisado sempre mostrou muita determinação para enfrentar todos os preconceitos moldados pela sociedade.

Ao retornar a sociedade será que eles mantêm contato com pessoas que conheceram no sistema prisional?

Afirma nosso primeiro pesquisado: "Fiz poucos amigos e não mantive contato[213]". Sem contar com a assistência da família, ele reforça o isolamento que vivenciou sem criar laços com outros presos.

O ex-prisioneiro e atual pequeno comerciante frisa: "Até hoje tem ex-detento que passa aqui e pede algo um cigarro ou um dinheiro de passagem. Alguns estão viciados no crack e dormindo na rua[214]" (2013). Como seu negócio se situa no centro comercial de Recife afirma que sempre

---

[211] Apolo, entrevista realizada em 2013.
[212] Edson, entrevista realizada em 2013.
[213] Chicão, entrevista realizada em 2012.
[214] Apolo, entrevista realizada em 2013.

encontra algum fugitivo da prisão ou ex-prisioneiro. Geralmente drogados e praticando pequenos delitos, até para manter a dependência.

O detento, ex-militar, frisa-nos: "Já fiz árias visitas a várias unidades para fazer visita a presos e até policiais. Fui a Barreto Campelo e pretendo visitar Igarassu e COTEL[215]" (2013). Ex-militar e com vários parentes que atuam nessa área afirma que mantém laços com detentos e também com agentes de segurança dentro da unidade. Sua fala alude um alinhamento com o grupo de poder dentro das unidades prisionais.

4.17 A sobrevivência: a luta pelo trabalho pós-prisão

Após sair da instituição penitenciária o ex-detento defronta-se com a questão de sua sobrevivência, de sua reprodução, e algumas vezes da própria família ou do que restou dela, dos fragmentos do antigo núcleo familiar. Assim questionamos os entrevistados sobre o que ele faz para poder sobreviver.

O primeiro pesquisado informou: "Vivo de biscate, pois de carteira assinada ninguém quer, faço cartões e distribuo com meu telefone. E recebo dinheiro e ajudo meus filhos[216]".

Tentou de várias maneiras conseguir um emprego formal, com carteira assinada. Mas esbarra no preconceito do setor de recursos humanos das empresas. Mesmo assim não desanimou, prestando pequenos serviços domésticos (como encanador e eletricista). E, com o salário ganho nestas atividades ajuda na subsistência de seus filhos.

O que menos sentiu com relação à pressão do mercado de trabalho foi o pequeno comerciante, que frisa: "Sobrevivo do meu ponto aqui no centro, vendo cigarros, pilhas, conserto relógios[217]". (2012)

---

[215] Edson, entrevista realizada em 2013.
[216] Chicão, entrevista realizada em 2012.
[217] Apolo, entrevista realizada em 2013.

Se dentro da unidade ele levou sua experiência comercializando pequenos produtos e fora da unidade prosseguiu com sua atividade. Mas com um capital maior em função do processo de acumulação favorável dentro do sistema carcerário, já que os valores de qualquer produto ou serviço estão sempre bem acima do praticado lá fora.

Enquanto o entrevistado seguinte assevera-nos:

> Não tive muito problema para encontrar emprego, porque eu corri atrás, e não coloquei na mente ah! sou ex-detento e não vou conseguir, eu enfrentei o problema, não fiquei naquela de que não conseguiria voltar para a sociedade, muitos detentos têm o conceito de que não adianta tentar. Trabalho numa empresa de engenharia metalúrgica, foi um amigo vigilante que trabalhava lá e pediu meu currículo, tive um acidente de trabalho, umas placas de alumínio caíram em mim e estou de licença médica. Recebo 800 reais com horas extras, às vezes ganha-se quase duas mil reais. Sou também cantor e compositor e estou gravando um CD, a música faço por que gosto. Hoje trabalho num shopping e vou fazer meu curso de segurança. (Edson, 2013)

Já inserido no mercado de trabalho, atuando numa empresa terceirizada que presta serviços para grandes e médias empresas. Não aponta as dificuldades que aludem ao estigma, mostrando muita determinação em não sucumbir diante das adversidades no encontro com a sociedade.

4.18 Entre o desencanto e a utopia dos homens sem lugar no espaço.

Apesar de sofrer um processo de negação da condição humana dentro do sistema carcerário ousamos perguntar sobre a possibilidade de se construir um projeto pessoal de vida.

Frisou nosso primeiro entrevistado:

> A prisão significou o fim da minha vida, perdi tudo, as portas não são abertas depois que sai da prisão. A prisão serve para ensinar, para libertar a pessoa, o que a pessoa tem que ser o caminho certo. A pessoa que escolhe o que quer e o que não quer. Para lá eu só volto morto. (Chicão, 2012)

O seu discurso envolve contradições ao afirmar a destruição causada pela prisão em sua vida, ao mesmo tempo em que ressalta o papel educativo e libertador do cárcere, talvez numa alusão a função retributiva da pena. E não apresenta ou vislumbra nenhum plano para o seu futuro.

Enquanto o pequeno empreendedor frisa: "Pretendo me transformar num empresário do ramo comercial, acredito que já tenho muita experiência[218]".

Ao contrário do entrevistado anterior, este confia plenamente em sua capacidade de firmar na sociedade através de sua atividade econômica. E saliente inclusive a sua experiência dentro das unidades prisionais realizando pequenas atividades nas quais conseguiu certa capitalização.

E, nosso último pesquisado responde: "Na prisão se aprende tudo do crime, como construir uma bomba, como assaltar um banco ou fazer um sequestro. No futuro gravar meu CD e trabalhar como segurança e criar meus filhos".

Ele tece uma síntese da ação penitenciária, da sua principal função em garantir uma carreira criminosa. Mas, apesar da apreciação negativa, aponta vários projetos: como gravar músicas, trabalhar na área de segurança e criar e educar seus filhos.

***

A fala de quem sofreu a privação de liberdade mostra a marca da prisão presente numa vida cotidiana ainda ligada ao cárcere. Uma vida à margem, na linha tênue entre a legalidade e a ilegalidade.

---

[218] Apolo, entrevista realizada em 2013.

Mesmo tendo saído da prisão, sua rotina, seu cotidiano está marcado pela prisão. Se dentro da prisão a luta pela normalidade tenta reproduzir o mundo exterior, fora do presídio na luta pela sobrevivência é o presídio que tenta se reproduzir em sua vida. Dificultando sua integração.

Experimentei dormir. A sentinela continuava sob o alpendre, na firmeza inútil, vendo-me ocupar e abandonar a cama inútil. Avizinhei-me da janela, arredei-me, estive longas horas a mover-me à toa na jaula sombria.

Graciliano Ramos - Memórias do Cárcere 2014

5 – COTIDIANO CARCERÁRIO FAMILIAR

A partir de encarceramento de um parente o seu grupo familiar já começa a seguir um cotidiano alinhado ao cárcere. Os testemunhos de seus entes queridos além de revelar as condições de vida no momento do encarceramento expõem também os constrangimentos sofridos na luta em prol dos direitos de quem se encontra atrás das grades. Assim, o cárcere se instala na vida do grupo familiar e na relação deste com a vizinhança no bairro.

5.1 A Interface da vida cotidiana carcerária na rotina da família

Assim, a prisão começa a modular o ritmo de vida da família e o impacto mais significativo do cárcere na vida familiar se dá no orçamento doméstico, ou seja, no empobrecimento e na precarização ainda maior do grupo doméstico. Pois, os gastos com passagens para o deslocamento para fazer a visita e /ou procurar assistência jurídica, o custo maior nas compras de mercado ou feira para a subsistência, em alguns casos, associado a diminuição do consumo caseiro para atender as necessidades do parente detido. Além dos danos psicológicos construídos nas humilhações sofridas nas filas de entradas das unidades junto ao preconceito sofrido dentro da própria família ou na vizinhança que estigmatizam e ajudam a decompor e implodir o núcleo familiar.

Doze parentes gentilmente aceitaram compartilhar suas rotinas reguladas pela prisão, esses depoimentos foram coletados no espaço da defensoria pública e do patronato, só um deles nos convidou para que em sua casa socializasse um pouco sua ligação com a prisão.

5.2 O filtro penitenciário

Nas falas dos parentes dos detentos tentando explicar os motivos ou causas que desencadearam no aprisionamento de seus entes queridos podem apontar pistas para compreender melhor quem são os novos indesejáveis que superlotam nossos presídios. Seus depoimentos ajudam-nos a compreender o apagão público nas comunidades e bairros da periferia da metrópole pernambucana. O contexto do encarceramento é um ponto que indica uma situação, um momento da sociedade em seu processo de criminalização das classes populares, o filtro penitenciário se dá nas áreas periféricas.

A seleção operada pelo sistema policial e penal se dirige aos segmentos das classes populares que moram nas periferias das cidades brasileiras. Assim sendo, quando deslindamos o contexto no qual se deu o encarceramento e os pesquisados nos informam também da situação vivida nos seus locais de moradia. Essas informações se tornam em dados que mostram a prisão como um dos principais instrumentos da classe dominante.

Nas respostas obtidas em trabalho de campo podemos atentar para a reflexão provocada por Souza (2008) que identifica uma cidade em retalhos, fragmentada. Pois, segundo ele a cidade encontra-se: "segmentada por poderosas fronteiras invisíveis, ilegais em grande parte" (p.59). Ele aponta também como característica desse momento a deterioração das relações sociais, em um processo de fragmentação que tornou possível militarizar a questão urbana. Assim isolamento e individualismo reforçam a implosão da vida comunitária e fragiliza os laços entre os vizinhos e dentro da própria família. Assim, o encarceramento de um ou mais membros da família contribuirá para maior fragilização do grupo familiar.

Nos relatos dos entrevistados a reincidência se sobressai em muitas respostas dos pesquisados, mais um indicador da falência do sistema prisional. E também como este modelo de punição serve para construir uma carreira através da criminalização dos indivíduos alcançados pelo sistema penal.

Assim, argumenta um dos pais quando indagado sobre a prisão do seu filho:

> Tenho dois filhos que passaram pela prisão. O meu filho mais velho foi preso em 2010 com 19 anos, foi um roubo de celular no bairro da Várzea, o encontrei nu na delegacia, segundo os policiais é para que eles não tentem o suicídio... Ele está no semiaberto, ele mora com a avó e estava em casa, em Dois Unidos, Olinda. Faz menos de dois meses que ele está no semiaberto, teve a primeira saída há quinze dias, ele continua morando com minha mãe, ele e meus dois outros filhos moram com minha mãe, pois a minha mulher tem problemas mentais, só mora comigo meu filho com minha atual mulher. Meu segundo filho foi preso por dirigir uma moto roubada, na delegacia não foi reconhecido pela vítima, ele me disse que era de uns caras, mas ele não denunciou. Ele só estudou até a oitava série, o meu filho mais velho é viciado, foi pego por pichação quando era adolescente passou dois dias presos. Quando recebi a notícia já estava esperando e dava muitos conselhos, eles tinham amigos que já eram drogados, o mais velho foi trabalhar entregando água mineral, mas o dono do comércio reclamava que ele faltava muito e que vivia no campo do bairro fumando maconha. O segundo saiu do presídio e entrou na igreja evangélica, por isso, estou tranquilo, o primeiro está na igreja, mas entrou na igreja também... Ele é viciado não deveria estar no presídio e sim num centro de recuperação, pois o presídio é uma escola do crime, lá se aprende como roubar, matar e assaltar... Ele já foi internado numa clínica de reabilitação, mas não foi bom... Pois, como ele e outros iam vender em ônibus para ajudar nas despesas do centro de recuperação, os traficantes sabendo disso ficam no entorno para traficar. (Mariano, 2013)

O entrevistado à vontade dá detalhes da forma na qual seus dois filhos foram apreendidos, um pelo roubo de um celular e outro por dirigir

uma moto furtada. Ele aponta a dependência das drogas como principal indutor da prática dos pequenos delitos.

Mais um depoimento de uma genitora salienta o uso de drogas como causa da prisão:

> Meu filho tem 23 anos e está preso há dois anos e quatro meses, ele está na Barreto. Foi preso por tráfico, passou dois meses presos e teve direito e responder em liberdade e com um ano caiu de novo há dois anos e quatro meses, pegou cinco anos e quatro meses. Ele foi preso em Olinda. Ele terminou o ensino médio e me ajudava nos eventos, então foi uma surpresa para todos... O problema dele foi o vício com as drogas que o levou para esse caminho. (Lívia, 2012)

Esta mãe é mais uma das entrevistadas que aponta o vício como causador da prática de pequenos delitos realizada pelo filho, que dependente das drogas reincidiu. Assim, o sistema penal vai contribuindo para a construção da carreira no mundo do crime. Ela é uma das poucas pessoas entrevistadas que apresenta padrão razoável de vida já que sobrevive da renda obtida através de pequenos eventos.

Em conversa com um pai, que se apresentou como policial civil aposentado e assim narra a como se deu a entrada de seus dois filhos na prisão:

> A prisão entrou através de colegas de meu filho, ele se juntou com dois amigos e tentou assassinar uma pessoa, deram três tiros mais não houve morte. Tudo isso foi em 2009. Desde essa época que venho lutando para tirar ele de lá, gastando muito dinheiro. Eles estudaram em bons colégios aqui em Jaboatão, mas as amizades fizeram que eles entrassem por esse caminho. Quando ele foi preso estava fazendo o curso de técnico de enfermagem. Ele ficou viciado em drogas e daí se envolveu com pessoas erradas. Conversava muito com eles, mas eles diziam que não tinham vício. Mas, não adiantou nada. Perdi este meu filho em 2011, quando ele foi assassinado. Com a morte de meu filho mudou tudo, pois ter um filho sabemos que ele um dia vai voltar. Este que foi

> assassinado fazia tudo para mim, muito bom filho. O defeito foi se envolver com drogas. (Tonho, 2012)

Este é mais um pai que teve retirado do seio familiar dois filhos para engrossar as fileiras dos encarcerados. Um encontrava-se detido no momento da pesquisa enquanto o outro tinha sido assassinado. Para ele o envolvimento com as drogas foi o fator essencial para que eles fossem detidos. No Brasil o Estado penal se consolida a partir da política de combate ao tráfico de drogas e, em Pernambuco o Pacto pela vida[219] pode ser apontado como um dos fomentadores da política de encarceramento que contribuiu para a superlotação nas unidades prisionais.

As esposas e as mães são as figuras familiares mais presentes nas unidades prisionais. Os diferentes setores da unidade prisional recebem a pressão desse grupo. Eis o relato de uma companheira de preso: "Tenho 40 anos, meu marido foi preso em 2010, pela terceira vez, estávamos separados e não queria passar por tudo de novo. Agora ele foi preso por assalto a mão armada. Como ele insistiu voltei para apoiá-lo" (2012). Mais um exemplo de reincidência e de família fragmentada pela prisão.

5.3 Cárcere e empobrecimento do grupo familiar

A espacialização da prisão estende o carcerário para além de seus muros atingindo o cotidiano da família dos que se encontram privados de liberdade. O primeiro impacto é sobre a o núcleo familiar, sobre a sua composição, muitas vezes toda a família abandona a pessoa detida, ou caso

[219] Reportagem avaliando o Pacto pela vida salienta o impacto deste sobre a superlotação carcerária em Pernambuco. http://amp-pe.jusbrasil.com.br/notícias/133068232/o-pacto-que-pede-reforma-jornal-do-comercio-politica Acesso em: 05/nov./2012.

algum parente resolva apoiá-la, pode haver uma divisão no inteiro do grupo doméstico.

Independente de se apoiar ou não o parente detido, com o aprisionamento o grupo familiar já recebe a ação da prisão. E logo depois, se inicia outras opressões e constrangimento sobre os familiares dos presos, que é o objeto deste capítulo.

5.4 O grupo familiar no mercado de trabalho

A fragilidade dos laços econômicos se evidencia através do grau de inserção dos familiares dos presos no mercado de trabalho. O relato de um pai mostra as estratégias que realiza para suprir as necessidades de sua casa e dos seus filhos na prisão:

> Trabalho numa terceirizada prestando serviço num hospital público, estudei até primeiro ano do segundo grau. Meu primeiro emprego foi num armazém de construção (carteira assinada), depois fui pasteleiro, comecei com 14 anos, passei por várias padarias entre 06 a 08 anos, sem carteira assinada. Depois fui trabalhar como ajudante de pedreiro, sem carteira assinada, numa empreiteira por produção, de domingo a domingo, para reformar ou construir casas, doze horas por dia, uns seis anos. Depois fui para uma firma com a carteira indicando que era auxiliar administrativo, mas na realidade fazia a limpeza e segurança, depois fui demitido e fiquei de bico lá mesmo. Foi quando há dois entrei no hospital atuando como auxiliar de serviços gerais através de uma empresa, mas agora fui despedido, estou no seguro-desemprego e voltei a fazer bicos, amanhã vou limpar um quintal de uma casa, faço também pintura de casa. (Mariano, 2012)

Desde a sua adolescência que o pesquisado se envolveu com o mundo do trabalho, ora laborava com a carteira assinada e com a cobertura dos direitos trabalhistas, ora, simplesmente prestava serviços do terciário

inferior. Sua biografia mostra alternância nas atividades desenvolvidas e revelam também o grau de exploração na qual é submetido quando em alguns momentos de sua vida trabalhava sem folga durante a semana. Na época da pesquisa mais uma vez se encontrava desempregado realizando atividades informais. Sua história individual mostra quase três décadas de uma vida moldada por estratégias de sobrevivência.

"Trabalho numa creche da prefeitura numa terceirizada que quase sempre atrasa o salário, ai tenho que pegar emprestado para ajudar meu filho na prisão[220]". Foi esta a frase de uma de nossas entrevistadas narrando seus dilemas no mundo do trabalho. Atraso nos salários e endividamento para ajudar o parente detido compromete o orçamento já reduzido e contribui para a degradação das condições de vida da família. Neste exemplo a forma da dívida é mais perigosa, pois intermediada por agiotas que cobram juros mais altos do que o sistema financeiro e recorrem à violência física para cobrar os débitos de quem não cumpre seus compromissos em dia.

Com dois filhos na prisão e quando questionada em que trabalhava afirmou: "Sou faxineira[221]". As despesas com os filhos são divididas entre ela e as respectivas esposas.

"Estou aposentado como policial civil[222]" foi este o relato de um dos entrevistados (um pai). Esse foi o que apresentou melhores condições de vida e tivemos acesso a ele através da Pastoral Carcerária. Mesmo apresentando padrão superior aos demais pesquisados, a prisão provocou mudanças significativas em sua família, pois tiveram que mudar de bairro.

Também com um padrão razoável de vida, assim afirmou uma entrevistada: "Trabalho em evento[223]". Afirmou que antes de ter sido preso seu filho trabalhava com ela na microempresa.

---

[220] Lívia, entrevista realizada em 2012.
[221] Maria, entrevista realizada em 2012.
[222] Tonho, entrevista realizada em 2012.
[223] Eva, entrevista realizada em 2012.

Dentre os entrevistados encontramos alguns que não estão inseridos no mundo do trabalho, como esta mãe que afirma: "Sou pensionista e tenho um apartamento alugado[224]".

O perfil social e econômico das famílias revela o momento atual da sociedade que se pauta no descompromisso do Estado e do capital com relação às populações locais (os pobres) que fixados nos seus locais de moradia, carentes de infraestrutura se tornam alvo do Estado policial/penal.

Wacquant (2001) observa expansão horizontal do aparelho carcerário ao atingir os familiares dos presos. Pois o alvo é essa população supérflua, controlar os segmentos mais débeis com relação ao mundo do trabalho[225] e assim, atinge os bairros periféricos, os subúrbios onde habitam as classes populares.

Para Souza (2008):

> Criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da 'desordem', do distúrbio e da violência é utilizada como pretexto para um eficaz controle social, além de alimentar poderosas engrenagens do capitalismo contemporâneo: "o mercado de segurança" e o "mercado de informação" (p.152).

Enquanto frisa-nos Santos[226] (2007):

> Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial. Este afinal determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar (p.143).

---

[224] Vilma, entrevista realizada em 2012.
[225] Ibid., p. 93
[226] SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

5.5 O aprisionamento da família

A prisão atravessa os seus muros, se desmaterializa e se insere no cotidiano dos parentes das pessoas privadas de liberdade. Assim, a espacialização da prisão não se circunscreve aos seus muros. Os locais de moradia dos grupos populares desenvolvem uma intensa relação com a prisão.

Eis o relato de um entrevistado sobre o óbice instalado em sua vida após o aprisionamento de seu filho:

> Quando acontece isso a família muda muito, pois começamos a ser humilhados, somos discriminados pelos vizinhos. Nunca pensei em me mudar, mas eram tantas perguntas dos vizinhos que tive que me mudar para não ficar o tempo todo lembrando e perguntando a mesma coisa. E me mudei para um bairro distante, onde ninguém me conhecesse. Sair da casa foi muito importante, pois tudo fazia lembrar meu filho. (Dolores - 2012)

O estigma da prisão acompanha o familiar. Olhares enviesados, comentários em voz baixa ou indagações repetidas sobre o parente detido. Assim, o nosso entrevistado resolver sair de uma casa para um apartamento e se mudar de um bairro no qual predomina as relações pessoais para um condomínio em outra área da cidade onde a vida privada se sobrepõe a vida em comunidade.

Assim, responde uma mãe quando indagada sobre as mudanças em sua rotina a partir da prisão:

> Atualmente moro na Iputinga[227], pois fui muito discriminada no bairro, todos te associam ao crime feito pelo parente e por

[227] Iputinga é um bairro da Zona Oeste de Recife (Vide Mapa 1)

> isso, saí de Barra de Jangada[228], os vizinhos te olham de forma diferente e começam a cochichar. Só quem apoia é a avó e os irmãos. (Vilma - 2012)

Mais uma afirmação sobre as consequências do encarceramento na vida familiar. Seu efeito no lugar de moradia e na vida pessoal. Nossa entrevistada mostra a diminuição da vida social e de como grupo familiar entra na clandestinidade, uma vez que se tornam indesejáveis na própria comunidade. Ressalta também que dentro da família há uma divisão entre os que vão amparar e os que se afastarão da pessoa detida e de quem lhe dá apoio.

Uma mãe com dois filhos detidos aponta as dificuldades enfrentadas fora e dentro da unidade prisional. Eis sua fala: "Tenho um irmão que não me ajuda. É difícil fazer amizade lá dentro[229]". Em sua fala reforça a desunião advinda com a prisão. As arestas criadas no seio familiar e a desconfiança da entrevistada com relação aos parentes de outros presos.

Esposa de um reincidente a jovem senhora revela os impasses ao ter que se mudar de bairro e de que não se comunica com nenhum vizinho para evitar possíveis comentários. Salientando: "Já me mudei de bairro não conto a nenhum vizinho que meu marido está preso, evito ter contato com vizinhos[230]".

Em meio a uma situação caótica emerge práticas de solidariedades dentro das prisões integrando familiares e detentos. Assim, redarguiu a mãe:

> Mudou tudo na vida da família, nas condições financeiras. A família de meu marido não dá nenhum apoio se afastaram. No bairro, todos conhecem meu filho e não houve discriminação. Tem pessoas que moram no mesmo bairro e dividimos o almoço, pois sei que a família dele é muito simples

[228] Barra de Jangada é um bairro da Zona Sul de Jaboatão dos Guararapes. (Vide Mapa 1)
[229] Maria, entrevista realizada em 2012.
[230] Anita, entrevista realizada em 2012.

> e já levo um pouco mais. Quando ele foi para a Barreto Câmpelo um amigo dele já o ajudou levando-o para a cela, tem presos que não tem família e meu filho ajuda com almoço na semana e o rapaz ajuda na faxina, ele nem é do bairro e nem era conhecido, limpa a cela, lava roupas e pratos. (Eva, 2012)

Em seu discurso a entrevistada corrobora com o dito sobre a dissensão causada na família, apesar de ter ressaltado que contou com a compreensão dos vizinhos no bairro. Em sua fala registra o apoio dado aos detentos que não recebem visitas e/ou que mesmo tendo contato com eles, mas que em condições precárias não podem arcar com os custos do parente detido.

Uma pesquisada quando indagada sobre as mudanças provocadas pelo encarceramento assim respondeu: **"**Não recebo apoio nem de parentes nem de vizinhos e próximo dele sair da prisão vou me mudar, para que ele não seja perseguido ou morra no bairro[231]". Além de sentir a discriminação no bairro e do próprio grupo familiar, ela pretende morar em outro bairro. Pois é comum o constrangimento sofrido por Ex-detentos ao voltar para o seu local de moradia.

Eis o depoimento de uma esposa: "Temos três filhas e uma nasceu já com ele na prisão. Minha família também ajuda, mas nenhum amigo ajudou. Dentro da unidade não fiz amizade com ninguém[232]". Esta é mais uma entrevistada que ressalta os constrangimentos vividos no bairro em função da prisão de um parente. No entanto salienta o apoio da família e do vínculo com o marido, pois até uma filha nasceu como fruto dos encontros íntimos.

Ao pontuar os impactos do encarceramento na relação da família com seu meio circundante, um entrevistado afirmou:

---

[231] Lívia, entrevista realizada em 2012.
[232] Ana, entrevista realizada em 2012.

> A família sofreu quando soube principalmente a mãe que é doente. A reação da vizinhança foi tranquila. Pois todos têm familiares com problemas, muitos são viciados e já tem parentes no presídio. No trabalho avisei a meu encarregado, pois tinha que me afastar em alguns momentos para ir ao fórum ou para outro lugar resolver problema na justiça. (Mariano, 2012)

A informação desse pai alude diretamente à nova espacialização do encarceramento sobre determinados bairros da metrópole. Frisa que não sofreu discriminação porque o grupo de amigos/de vizinhos se identifica por enfrentar o problema das drogas dentro de casa, e muitos deles já têm parentes detidos, assim não podem discriminar. Afirma também que contou com o apoio dos colegas de trabalho e do próprio superior que o liberava para as audiências na justiça e para o contato com a defensoria pública.

Ao contextualizar a entrada do encarceramento em suas vidas os familiares aludem às contradições vividas no lugar de moradia. Lugar de construção da identidade coletiva. SEABRA[233] (2003) identifica no processo de metropolização um esvaziamento de conteúdos de vida comprometendo os caracteres comuns advindos da vida comunitária.

À ausência de políticas públicas nas periferias urbanas pode-se agregar a transformação destes locais em pontos de disputa pelo comércio das drogas. As opiniões obtidas no trabalho de campo revelam que este processo se encontra em curso na metrópole pernambucana, apesar de ainda encontrarmos em alguns bairros ou em parte dele, nos grupos de vizinhança aspectos da vida comunitária.

O encarceramento isola da sociedade os presos e seus parentes. O estigma da prisão estreita limita os antigos laços de amizade e de vizinhança. Os olhares, os comentários contribuem para que se evite os

[233] SEABRA, O. C. Cotidiano e vida na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. FFLCH, USP, São Paulo, 2003, p. 19.

contatos, diminuindo o uso do que resta de espaço público para o grupo familiar, que restringe sua mobilidade dentro do bairro/da comunidade.

5.6 A Assistência prisional familiar: alimentação

Questão delicada dentro das unidades prisionais: a alimentação oferecida pelo sistema prisional tem sido alvo de críticas e também pode causar motins e rebeliões. Eles, os presos, reclamam da qualidade e da quantidade, insuficiente para uma pessoa adulta. Sob a custódia do Estado, caso a pessoa detida dependa das refeições oferecidas pelo sistema sofrerá no seu corpo mais uma punição além da simples perda de liberdade.

Assim respondeu um pai quando questionada sobre o apoio para alimentação do filho, afirmando-nos: "Chego de oito horas e lá pelas três horas volto. Levo almoço para os três e para ele comer na segunda. Todo domingo levo a feira dele, levamos cinco sacolas. E uma vez por mês os produtos de higiene[234]".

O entrevistado em tela, apresentando melhores condições financeiras informa-nos dos gastos em seu orçamento com feiras extras para suprir as necessidades orgânicas do filho e também com a compra de produtos para a higienização da cela e do pavilhão. Subtende-se que seu tempo fora da unidade está comprometido com o cárcere. Posto que mora longe da unidade prisional e que para adentrar seu muro às oito horas tem que sair de casa às cinco da madrugada. Assim, a prisão compromete sua receita doméstica e seus dias da semana.

Uma mãe também com melhores condições financeiras em relação às demais pontua suas dificuldades e solidariedade entre os detidos:

[234] Tonho, entrevista realizada em 2012.

> Mudou tudo na vida da família, nas condições financeiras, é muito gasto com feira para levar toda semana, além de dinheiro para lanche e lá tudo é caro, por exemplo, um refrigerante custa sete reais. Tem pessoas que mora no mesmo bairro e dividimos o almoço, pois sei que a família dele é muito simples e já levo um pouco mais. Quando ele foi para a Barreto um amigo dele já o ajudou levando-o para a cela, tem presos que não tem família e meu filho ajuda com almoço na semana e o rapaz ajuda na faxina, nem é do bairro e nem era amigo ele limpa a cela, lava roupas e pratos. (Eva - 2012)

A inflação acompanha a economia carcerária, os preços são sempre mais altos quando comparados aos praticados fora de seus muros. Segundo ela, quando seu filho foi transferido de um presídio para a penitenciária contou com o apoio de um detento para se instalar na cela sem arcar com os custos e salientou que seu filho se solidarizou com outro detento que não contando com recursos financeiros presta pequenos serviços para compartilhar das refeições do grupo.

A resposta de uma mãe sobre o apoio dado ao ente querido, desnuda ainda mais a complexa precariedade do vivido lá dentro. Ao pontuar:

> Eu levo um trocadinho para socorrer ele, um lanche, dar um telefonema, um sabonete, uma roupa. Quem ajuda mais são as mulheres deles. Ás vezes leva uma feira, no pernoite elas levam um trocado para não comer lá, pois a comida da prisão é ruim. Tenho um irmão que não me ajuda. (Maria, 2012)

Eis o relato de uma mãe de dois apenados, aproveita e em sua resposta reclama da má qualidade da refeição do apoio das esposas. Salienta que tem um irmão de melhores condições financeiras, mas que não presta solidariedade.

Agora, uma esposa ao responde a questão da assistência para as refeições corrobora com a resposta anterior ao afirmar: "Ele passou pelo

COTEL e agora está em Igarassu, ele dorme no chão e aos sábados vou fazer a visita íntima, é o dia que levo a feira, que compro com a ajuda de sua mãe. Minha rotina é normal até quinta-feira, pois na sexta vou cuidar das coisas como fazer sua feira[235]".

Moradora de um bairro da Zona Norte do Recife reclama da localização dos presídios, distantes do lugar de moradia. Salientando que conta com o apoio de sua sogra para comprar os gêneros alimentícios para seu esposo. Quanto à mudança na rotina semanal, pontua que um dia da semana é dedicado a organização para que dê tudo certo no dia da visita. Vivendo em condições financeiras precárias ressalta que o esposo dorme no corredor. Assim, as condições vulneráveis da família implicam em uma vivencia mais carcerária por parte do familiar detido.

Um pai questionou os valores que circulam na mídia sobre os gastos do Estado para com a pessoa detida, e disse:

> Não sei como o governo diz que se gasta três mil reais por mês para sustentar cada preso, quase todos os presidiários têm um parente que leva os mantimentos para a refeição. Na Penitenciária havia um agente que se cismasse com algum parente, este demoraria mais para entrar na unidade, já havia uma agente penitenciária que era muito humana, procurava acalmar os parentes e ajudar no que fosse possível. Às vezes o agente não quer que entre com comida, afirmam que no presídio já tem alimentação. A feira que envio para meu filho compra com a ajuda de minha mãe que recebe um salário-mínimo de uma pensão, além da feira mandamos vinte ou trinta reais para ajudar no pavilhão e fazer um lanche. Lá se vende muita droga, lá o que mais tem é droga, lá mantém o viciado, maconha, crack e cocaína. (Mariano, 2013)

A resposta do entrevistado é rica em detalhes de informação sobre o apoio ao parente detido e pontua outros constrangimentos enfrentados até pelo humor dos agentes penitenciários. Para suprir as necessidades

[235] Francisca, entrevista realizada em 2012.

alimentares do filho ele conta com o apoio de sua mãe (avó do presidiário), comprometendo ainda mais as condições de vida da família. Encerra sua fala pontuando os negócios das drogas, relacionando este comércio com o endividamento dos detentos e claro, de seus familiares.

Assim, respondeu uma mãe: "Muito difícil é tudo muito desorganizado, temos que levar de comida á material de limpeza... Como ele está trabalhando não levo feira, pois ele agora come uma comida melhor, mais levo sabonete, desodorante[236]". Reforça os discursos com relação a carência nos serviços prisionais e pontua que a partir da inclusão de seu filho como concessionário da unidade prisional diminui seus gastos já que não precisa se preocupar com a alimentação.

Uma mãe, viúva, ressaltou: "Todo domingo tenho que levar feira, pois lá não tem nada. Sou viúva e isso representa um gasto, pois só recebo um salário e tenho que dividir com ele[237]". Sobrevivendo com um salário-mínimo e sem apoio dos outros familiares a entrevistada mostra o empobrecimento causado pela prisão de seu filho.

5.7 As taxas do pavilhão

Esta contribuição atinge a todos as pessoas do pavilhão, estejam instaladas ou não em uma cela. Ela se transforma numa fonte de renda (uma capitalização) para quem administra o valor arrecadado e um comprometimento no orçamento das pessoas detidas e de seus familiares. Nosso primeiro entrevistado pontua como teve que poupar para comprar o direito de uso da cela:

> Ele tem o barraco dele (cama na cela), compramos por oitocentos reais... Quando ele chegou passou mais de um mês

[236] Severina, entrevista realizada em 2012.
[237] Lúcia, entrevista realizada em 2012.

> dormindo no chão e quando juntei o dinheiro comprei o barraco... O chaveiro manda no pavilhão, ele que dá as ordens, ele que faz as leis e até a venda dos barracos. (Tonho, 2012)

Assim respondeu uma mãe quando questionada sobre a tarifa cobrada no presídio: "Quando vou visitá-lo levo pequena quantia para ajudar nas despesas do pavilhão, para comprar produtos de limpeza[238]". Confirmado pala fala de um pai, que nos assevera: "Mando também doze reais para ajudar nas despesas do pavilhão[239]". Mais uma entrevistada ressalta o custo desembolsado para se manter no pavilhão, ao afirmar: "Sempre que o visito levo um dinheiro para ajudar na limpeza do pavilhão, pelo menos dez reais[240]". Através de respostas breves os entrevistados aludem o peso das taxas cobradas para a higiene dos pavilhões, na realidade uma contribuição para usufruir da cela ou do pavimento.

Questionados sobre os gastos financeiros com as taxas do uso do pavilhão os familiares se referiam também ao preço das celas e aos demais itens dos produtos de uso pessoal que se agregam inflando ainda mais o custo carcerário:

> Como ele está trabalhando não levo feira, pois ele agora come uma comida melhor, mais levo sabonete, desodorante. Depois que ele voltou que ele fugiu vou de 15 em 15 dias, nunca deixo de ir. O preço é caro para dormir na cela (no barraco) que é pago e o preço varia entre 300 ou 400 reais. Sou pensionista e tenho um apartamento alugado. (Ana, 2012)

Mãe de um reincidente, a entrevistada informa que visita seu filho quinzenalmente e que na penitenciária na qual ele se encontra os preços

---

[238] Eva, entrevista realizada em 2012
[239] Mariano, entrevista realizada em 2013.
[240] Maria, entrevista realizada em 2012.

mais baratos para se instalar na cela varia entre trezentos a quatrocentos reais. As roupas também são outros itens que pesam no orçamento doméstico.

Uma pesquisada quando questionada sobre os gastos com as tarifas cobradas no pavilhão, assim respondeu:

> Levo sempre um dinheiro, pois lá tem que pagar tudo: pagar a cela, água, limpeza, geralmente deixo uns 20 reais por semana para pagar as taxas. Ele dorme no colchonete que levei para ele, levei também lençol, dorme na BR (Corredor). Em nenhum presídio ele nunca dormiu em cela. Quando ele estava no Aníbal eu levava cocada e acarajé para ele vender, mas com a revista dos agentes e policiais se quebrava tudo, então, ele pediu para que deixasse de trazer. (Francisca, 2012)

Aos gastos com o pavilhão se insere os gastos para a higienização das celas. Segundo a entrevistada, houve uma tentativa de montar um pequeno negócio, mas que não obteve sucesso.

A precariedade dos serviços prisionais e sustentação material do preso por sua família acarretam em maior privação para o próprio grupo familiar, que ao fornecer gêneros de primeira necessidade seu já minguado orçamento doméstico. Ou seja, a opressão sobre o corpo físico do apenado atinge seus entes queridos.

5.8 Domingo no cárcere

Indagamos os parentes sobre o dia da visita e o significado desse momento em seu cotidiano e observamos que existe uma organização, um trabalho que precede este encontro.

Detalhes do vivido internamente pelos presos e da opressão e constrangimento imposto aos seus familiares para poder entrar nas unidades prisionais emergem na fala dos parentes ao tratar a questão.

A resposta de um pai mostra o envolvimento da família para ir visitar o seu filho e outros problemas enfrentados pelo grupo doméstico e pelo parente detido:

> Esquecemo-nos de nós mesmos, não há mais vida, ficou um vazio em função desse filho preso. Nunca deixei de ir um domingo visitá-lo, faça chuva ou faça sol. Antes da divisão da unidade ficamos mais de hora para entrar no dia de visita, e ficávamos fora fizesse chuva ou sol. Agora é bem mais rápido em minutos entramos. Mas às vezes os agentes não liberam no horário, que é para ser de oito e começa a liberar lá para as nove horas. Quando chegamos lá entramos na cela, lá para ás doze horas almoçamos juntos lá na cela mesmo, conversamos até dá a hora de sairmos. Ele sofre lá com dor de dente. Lá é muito difícil ter acesso ao dentista. Levamos remédio para ele para dor de cabeça e de dente. A noiva dele que faz o encontro conjugal, uma menina que ele namorava antes de entrar no presídio. Muitos aniversários de pais, eles compram um bolo e fazem uma festinha. E os pais nos aniversários deles levam uma torta, um frango assado e refrigerante. Para mostrar que ele não está só. No Natal já é um dia muito triste, de lembrança e recordação, é o dia que durmo cedo para não escutar a alegria das pessoas. Fiz muita amizade com outros pais. Sempre no domingo levo mais um pouco de comida, pois sempre aparece um detento que não recebe visita e assim podemos ajudar pelo menos no domingo a dá um pouco de alegria para outro detento. (Tonho, 2012)

Em sua fala o pesquisado aponta várias mudanças na vida familiar que foram introduzidas pela prisão. Como possui automóvel ele não sofre com a precariedade do sistema de transporte metropolitano, no entanto a opção pelo deslocamento privado para chegar a unidade prisional compromete seu orçamento. As humilhações na fila fazem parte da rotina, e a assistência familiar não se restringe as refeições, posto que ela presta outros serviços trazendo medicamentos para sanar pequenas dores o que indica a dificuldade em obter atendimento médico na unidade. A

comemoração de datas festivas como o aniversário e as festas natalinas também se apresentam como momentos que aproximam a rotina dos detentos a de seus familiares, mas nesta última data mais introspectiva e familiar é também um momento de tristeza e de angústia para a família fora da prisão.

Uma mãe relata os obstáculos para ir visitar seus filhos, segundo ela:

> Até a Kombi é cara demais para chegar lá, pois custa quatro reais. E quando chove o caminho é péssimo já avisei para ele que não vou. É difícil fazer amizade lá dentro. O mais novo dorme na cela com muita gente e o da Barreto conseguiu uma cama na cela, foi um amigo dele que ajudou a conseguir a cama. (Eva, 2012)

Com dois filhos detidos ela pontua as dificuldades financeiras para arcar com os custos de transportes. Um de seus filhos encontra-se numa penitenciária em regime fechado e o outro no semiaberto em unidades distantes e de difícil acesso, em uma delas não há transporte coletivo e sim as vans alternativas que cobram preços mais altos nos dias de visita. Celas superlotadas e apoio de amigos de seu filho cedendo o uso de uma cama deixa transparecer a solidariedade, ressalta que não estabeleceu novos laços de amizade a partir das idas ao cárcere.

As dificuldades no deslocamento para fazer as visitas se repetem como na assertiva dessa mãe: "Tenho dificuldade para chegar ao presídio, pois moro em San Martin[241] e o presídio fica na cidade de Igarassu, pego três ônibus. Pego três ônibus e levo quase duas horas de casa para chegar ao presídio" (2012). As dificuldades de mobilidade tornam esse dia

[241]San Martin localiza-se na Zona Oeste de Recife e o Presídio de Igarassu localiza-se no extremo norte da metrópole. Para esse deslocamento se utiliza ônibus e uma caminhada numa ladeira íngreme.

estressante para os familiares, geralmente tem que acordar de madrugada para realizar o deslocamento e enfrentar as filas para entrar na unidade.

Outro pesquisado tece críticas ao deslocamento para fazer a visita do parente detido:

> Um dia minha ex-mulher foi visitar nosso filho na PAI e não o encontrou e no outro dia fui lá e localizei meu filho, ele me explicou que estava conversando com outro preso no dia da visita numa área de quem não recebe visitas, neste dia ficamos preocupados. Era mais fácil o deslocamento quando ele estava no Aníbal Bruno, para ir para os presídios de Itamaracá tem que se acordar de madrugada aos domingos. O interessante é que os familiares são humilhados para entrar e como é que entra essas drogas todas, são revistados. E como entra esta droga toda? Ficou sem resposta. Ele dorme no chão do pavilhão. Nunca fui visitá-lo, só ajudo com dinheiro, aproximadamente 180 reais para feira, não mando dinheiro com medo que ele use drogas. (Mariano, 2013)

Em sua fala mostra indignação com as dificuldades na mobilidade, com o vexame na fila e questiona a revista aos familiares. Seu apoio se restringe ao dinheiro para a compra de mantimentos, mas que a visita é realizada pela sua irmã e pela sua filha.

Mais um depoimento salienta as dificuldades e a marca do cárcere no cotidiano da família:

> Mudou muita coisa, pois vivo em função dele. Vivemos em função do dia da visita, o que vamos comprar e levar. O dia da visita é exaustivo e faz oito dias (domingo) que fui roubada na entrada, na revista das bolsas, levaram minha identidade e fiz um boletim de ocorrência. E a localização dos presídios é muito ruim, o acesso é difícil, o temos que pegar vários ônibus, pego dois ônibus e uma Kombi, que vai superlotada, com uma tarifa de quatro reais, essa Kombi que leva para o presídio, num caminho perigoso cercado por mato e alguns não tem dinheiro vão á pés. (Severina, 2012)

O dia da visita mobiliza os parentes e forja um novo cotidiano familiar pautado pelo cárcere. As dificuldades enfrentadas nos portões dos presídios estabelecem um embate entre familiares e agentes penitenciários, além dos custos no deslocamento entre casa e unidade prisional, são apenas alguns dos exemplos das humilhações.

As diferenças no tratamento recebido na fila em função do humor da guarda são ditos por essa mãe, que assim desabafa:

> Mudou tudo, tudo mais difícil com mais gastos de passagens. Tenho que pegar quatro ônibus e visito duas vezes por semana. Nos dias da visita saiu de casa de sete da manhã e chego lá entre nove horas e agora a fila está mais rápida e volto às dezesseis horas. (Lívia, 2012)

O constrangimento do encarceramento na vida cotidiana familiar é registrado no testemunho desta mãe:

> Trabalho em evento e por isso, nem todos os domingos eu vou, mas a sua esposa e minha mãe não falta. No dia dos pais foi o pai dele e o filho para ele não se sentir só. O dia da visita é horrível para mim, pois chego à casa constrangida porque a gente leva grito, pois não somos considerados nada pelos agentes. Ficamos naquela fila horrível, esperando a decisão dele, tem que dia que eles abrem mais cedo e em outros demoram. Meu marido quando vai só entra próximo ao meio-dia. Para a família é um transtorno, para todas as mães, eles tratam os parentes, dizem que todos são ladrões. (Eva, 2012)

Os constrangimentos da fila desestruturam psicologicamente o parente que vai fazer a visita. Por isso, alguns evitam comparecer com mais frequência aos encontros com seus parentes detidos.

5.9 Em busca dos direitos:

O encarceramento invade todas as esferas da vida cotidiana familiar, atingindo diretamente aqueles que se envolvem e se solidarizam com os seus entes queridos detidos e alcança também os demais membros do grupo familiar que mesmo não aceitando participar do apoio sofre também suas consequências. Se afastar da família ou mudar de bairro se apresentam como alternativas que apontam como a prisão atinge a todos.

Procurar um advogado ou a defensoria pública para aprimorar os encaminhamentos de seu processo é questão precípua para qualquer pessoa detida. E cabe a seus parentes mais próximos este papel para dar maior celeridade. Pois os que não contam com o apoio familiar ficam na dependência da unidade.

As críticas acompanham as opiniões sobre as dificuldades do acesso á justiça. De todos os entrevistados este é um dos poucos que nos informou que constituiu advogado, sem se dirigir à defensoria pública. Segundo ele: "Desde que ele foi preso que arranjei um advogado para ele, pois se for depender do Estado vai mofar lá[242]".

Constituir advogado particular pode engendrar endividamento e perda de pequenos bens ou patrimônio constituído ao longo de décadas pela família. Eis a afirmação de uma mãe: "Me endividei ao deixar de pagar o cartão, já vendi um terreno no valor de 15 mil reais para pagar advogado[243]". Nesse exemplo a família se desfez de uma pequena propriedade para custear o trabalho do advogado.

As consequências da mobilização dos parentes dos presos em prol da garantia dos direitos no campo da assistência jurídica implicam em diminuição do orçamento do grupo familiar e também causa impacto na rotina ao longo da semana. Posto que uma parcela de seu tempo será

[242] Tonho, entrevista realizada em 2012.
[243] Eva, entrevista realizada em 2012.

destinado a conversas e encontros com advogados ou com defensores públicos. Frisa-nos um dos entrevistados: "Quase todo mês vou à defensoria para saber do andamento do processo, aviso antes ao meu chefe no trabalho para me liberar no horário[244]". (2013)

Mas, os impactos são diferenciados a partir das condições materiais da família ou do parente que presta assistência ao apenado, como esta mãe, que afirma: "Mudou tudo, tudo mais difícil com mais gastos de passagens também para correr atrás dos direitos para ver se ele vai para o semiaberto[245]". O deslocamento para a defensoria pública representa um gasto significativo para ela, compromete o atendimento de outras necessidades básicas. Corroborado com a fala de outra entrevistada que nos assevera: "Quase todo mês venho à defensoria, é mais um gasto com passagem de ônibus e de tempo[246]".

5.10 A representação da prisão

Inquirimos nossos entrevistados sobre o significado da prisão, sobre a sua percepção do cárcere. Mesmo que não tenham perdido o direito de ir e vir, os parentes dos presos têm seu cotidiano moldado pela vida carcerária. Assim, para alguns segmentos sociais o cárcere faz parte de suas vidas, só na aparência estão distantes, posto que seus muros e tramas já impregnam suas vidas.

Eis a resposta de um pai quando indagado sobre a prisão:

> Se a pessoa entrasse e saísse melhor seria bom, mas ela sai pior. Muitos saem revoltados. Muitos não recebem visita. Muitos as famílias nem ligam, outros as famílias não têm condições de pagar uma passagem para fazer visita. Vejo todo

[244] Mariano, entrevista realizada em 2012.
[245] Severina, entrevista realizada em 2012.
[246] Lúcia, entrevista realizada em 2012.

> domingo muitos que não recebem a visita, pois a visita consola através da conversa. (Tonho, 2012)

Numa resposta breve e bombástica nosso entrevistado associa a prisão a um lugar sem ordem e de injustiça ao afirmar: "A prisão é o inferno[247]".

Há opiniões que associam a prisão do parente com mais dificuldade para a sobrevivência de reprodução do grupo doméstico, assim: "A prisão significa mais privação para a família, pois diminui a nossa feira e a compra de algum objeto para a família" (2012).

Em uma das respostas percebe-se a crença do familiar com o discurso da ressocialização, apesar de apontar as falhas no sistema prisional: "Só para piorar a situação. Eles ficam ociosos o dia inteiro e planejar coisas ruins. Deveria haver uma ocupação" (2012).

No entanto, predomina a opinião de que a prisão é um local de aprendizagem, de formação criminosa. Foi assim que respondeu uma mãe:

> Em minha opinião serve para induzir ainda mais, como ele roubou um celular, não deveria demorar tanto, pois nem a vítima compareceu... Ele se comporta mais por conta de mim. Ele diz que se não fosse a minha presença ele mudaria, se revoltaria... Tenho medo que ele siga um caminho pior. Ele quer ir para outro lugar, não vou trazer ele para o bairro. Vou me mudar com ele, estou já me organizando para quando ele sair, não voltarmos para o bairro. (Mariano, 2012)

Em sua resposta a entrevistada mostra a injustiça praticada contra seu filho, pois não houve denúncia. Considera muito dura a punição, pois seu filho cometeu um delito simples. Ressalta a importância de sua

[247] Tonho, entrevista realizada em 2012.

presença junto ao filho para que ele não se revolte e mergulhe de vez no mundo da criminalidade.

Mais uma opinião contraditória sobre a prisão ao representá-la como local de "reintegração social". Mas que na realidade é onde se aprende vários tipos de crimes:

> A prisão serve para intimidar, para dar exemplo. Mas muitos entram sem um problema e sai com vários. Alguns saem viciados lá dentro. No lugar de educar piora. Era para ser dividida, pois há os viciados, os que matam e não deveria se misturar. Uns intimidam e falam de seus crimes para mandar no pavilhão. (Eva, 2012)

A horizontalidade do encarceramento se reafirma garantindo a reprodução da dominação de classe fora das prisões através do controle sobre os parentes dos presos.

Assim, a vida cotidiana do grupo familiar se deteriora ainda mais, já que oriundos dos segmentos mais pobres da sociedade que apenas sobrevive.

Algumas hipóteses podem ser levantadas e melhor esclarecidas em futuras pesquisas: Em bairros marcados pela violência até que ponto a prisão de um parente diminui o uso dos espaços coletivos pelo grupo familiar? Como a vida cotidiana da família dos apenados afeta a rotina do bairro?

***

As falas dos parentes dos presos revelam de forma transparente como o encarceramento transcende os muros da prisão e atravessa vida do grupo familiar. Wacquant (2001) pontua que o encarceramento alcança os familiares e os bairros. Um dos parentes de presos, um pai, afirmou que em seu bairro há tantos toxidependentes e pessoas com familiar preso que

não sofreu discriminação. Assim, a prisão se inseriu como um equipamento urbano, um pouco distante, mas que faz parte do local.

O encarceramento do parente divide a família, afasta-os dos vizinhos. Assim, contribui para o encolhimento da vida pública no local de moradia da família. Os familiares sofrem a sanção nos seus locais de moradia. Por isso, quase todos desejam mudar de local de residência, para poder continuar suas vidas.

O encarceramento de uma pessoa pode levar seus familiares à miséria. Principalmente aqueles que eram os provedores de seus lares. Pois, à assistência ao parente detido compromete o orçamento doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou analisar a função da prisão no processo de reprodução das relações de dominação de classe, observamos também que as condições do encarceramento incitam uma vida cotidiana carcerária, que assegura a manutenção de condições de opressão dentro e fora dos muros das prisões. Dessa forma, a prisão amplia o seu raio de influência em uma complexa espacialização.

Assim, identificamos uma espacialização do encarceramento em três escalas. A primeira diz respeito ao âmbito da luta diária pela sobrevivência realizada pelos detentos. O que aparece como precariedade do sistema prisional, na realidade faz parte da lógica da prisão que visa privar a pessoa detida de várias relações, inclusive de cuidados com a manutenção de seu próprio corpo. Deste modo, a pesquisa nos ajudou a compreender que o aprisionamento vai muito além da simples privação de liberdade.

Mas, contraditoriamente, um conjunto de necessidades não atendidas pelos serviços prisionais se transforma em mercadoria de um perverso mercado, que superpõe negócios legais e ilegais.

As relações econômicas entrecruzam negócios legais e ilegais. Mas, é difícil separar a legalidade da ilegalidade posto que a Lei de Execução Penal assegura em seu Art. 13 que: "O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração." Na prática, se reconhece a ampliação do campo das necessidades, acompanhando a lógica consumista da sociedade.

Na realidade, o mundo da mercadoria invadiu as relações carcerárias. A cela pode ser vendida e alugada (até por horas). A cela se torna um dos pontos centrais do tráfico local, o preso responsável pelo

pavilhão pode ser o dono desse negócio ou simplesmente permitir a comercialização e cobrar uma taxa, quase um imposto de circulação de mercadoria na área delimitada de sua gestão. Inflacionados pela natureza clandestina do negócio, os lucros são bem maiores do que o praticado fora das prisões.

As práticas espaciais dos detentos engendram determinadas territorialidades, seja no comando da cela, dos pequenos negócios ou do próprio pavilhão. Tais práticas são fruto de acordos e de rearranjos dos poderes locais, mas que sempre estão conectados a influências externas, como as relações estabelecidas com o mundo do crime fora da prisão, ou os contatos proporcionados por meio de relações de amizade e de vizinhança.

O encarceramento reproduz as relações sociais e reafirma os princípios da dominação de classe marcando os detentos ao negar sua humanidade, o que se estende de certa forma aos seus entes queridos. Essa desumanização prossegue de várias formas como realidade na vida dos ex-detentos. Assim, a prisão cumpre o seu papel ideológico de contribuir para a permanência de relações sociais desiguais, um instrumento que efetiva fielmente a dominação de classe.

As práticas espaciais dos detentos se dão a partir do encontro de duas ordens[248] transformando a prisão em um nó ou ponto no qual circula o poder. A articulação interna dá hegemonia a um grupo de detentos que define as regras de uso do espaço intramuros, se apropria das celas, dos recursos do cárcere e determina como deverão se dar as relações. Esta normatização assegura a reprodução das desigualdades dentro das unidades prisionais, onde alguns vivenciarão uma vida com menor opressão às custas da exploração de outros detentos ou com base em apoios financeiros de origem diversas.

[248] Uma ordem oficial, do regimento interno da instituição, e a da vida cotidiana carcerária, costurada pelos acordos internos entre os líderes detentos e administração penitenciária.

Dessa forma, observamos que a projeção da prisão na vida dos detentos passa pelas tramas internas do cárcere e por um conjunto de práticas condensadas de contradições que reproduzem as desigualdades da sociedade no interior das unidades prisionais. Onde, num extremo, ocorre a capitalização de quem se vale do processo de privatização dos serviços internos à prisão e os oferece, no outro, ocorre uma maior opressão para os que se encontram na dependência estrita da assistência social oficial e apartados do acesso a esses serviços via mercado.

A perda de contato com familiares e amigos ocorre na maior parte das vezes no momento de aprisionamento. Este afastamento torna o detento mais vulnerável às quadrilhas, ou seja, é delas que eles poderão receber o apoio necessário enquanto estiverem na prisão, mas também depois que saírem de lá.

A segunda escala da espacialização do encarceramento se dá na condição de existência dos ex-detentos, que em si condensa forte estigmatização. Por isso, as marcas do encarceramento acompanham a vida dos ex-detentos. Uma barreira se levanta entre o ex-detento e a sociedade e sua trajetória de vida segue uma rotina marcada pela exclusão.

A primeira dificuldade enfrentada pelos ex-detentos refere-se aos obstáculos para se inserirem no mundo do trabalho. As barreiras impostas para o acesso ao emprego funcionam com uma lógica que favorece o capital por contribuir para a segmentação da força de trabalho. Em face das dificuldades enfrentadas, o ex-detento geralmente aceitará um salário menor, sem as garantias trabalhistas e em condições de trabalho mais degradantes. Por exemplo, ele pode ser encontrado atuando como segurança de empresa clandestina, fazendo a vigilância de um bairro ou vigiando um empreendimento comercial/empresarial por meio de um acordo informal. Mesmo que tenha pouca escolaridade, a sua experiência na prisão "enriquece" seu currículo, pois pode servir para a identificação de "criminosos" potenciais e assim contribuir para ações de prevenção visando

impedir possíveis ações criminosas na empresa. A reincidência surge como alternativa pela não aceitação das condições impostas.

O assassinato de ex-detentos nos bairros da periferia, algumas vezes pelo simples fato de terem passado pela prisão, é mais um fato que mostra que a marca do encarceramento o acompanha pela vida toda.

Geralmente o ex-detento não volta para o bairro em que morava antes de ser preso. Ele, o ex-detento, recebe uma segunda pena, a do desterro, ao não poder voltar para o antigo local de moradia. Da mesma forma, o seu grupo familiar também perde suas raízes, ainda que permaneça morando no mesmo lugar, pois em geral não mais circulará ou frequentará com a tranquilidade de antes os locais públicos.

Muitas vezes o grupo familiar sofre uma sanção no interior da comunidade ou bairro onde mora. Dessa forma, a família percebe e sente a diminuição do espaço público. O grupo familiar também recebe o impacto da prisão de outras maneiras. A prisão de um parente poderá dividir os membros da família a partir da tomada de posição em apoio ou não ao detento.

A terceira escala do encarceramento envolve as condições de existência do grupo familiar dos detentos. Os constrangimentos carcerários se inserem na rotina doméstica, desde as humilhações nas filas e revistas para a entrada nas unidades prisionais, o deslocamento semanal para garantir o acompanhamento dos processos e o comprometimento do orçamento doméstico em função do apoio financeiro ao parente detido. Assim, a família do preso terá mais dificuldade em se reproduzir, em garantir a sua subsistência.

Desse modo, a vida cotidiana carcerária, atinge os presos por meio dos processos de prisionalização, atravessa vida do grupo familiar e se insere na rotina de ex-detentos.

***

Ao final desta tese sobre a reprodução da vida por aqueles cuja trajetória é marcada direta ou indiretamente pelo envolvimento com a prisão, identificamos aspectos importantes da geografia do cárcere, que podem subsidiar futuras pesquisas e também servir de justificativa para uma crítica ao sistema penitenciário e ao modelo social e econômico que o sustenta. São eles:

- Os discursos presentes nas falas de nossos entrevistados, quando contextualizam sua entrada na prisão, revelam o apagão público em vigor nos bairros e comunidades da periferia pernambucana pela falta de serviços de toda ordem.

- O aumento do número de encarcerados no país, assim como em Pernambuco, atinge especialmente segmentos específicos das classes populares (jovem, negro, de baixa escolaridade e moradores da periferia) expressando e revelando o alcance das ações de repressão do Estado, o que corresponde a um aprofundamento das formas de dominação de classe. Assim, esta pesquisa conseguiu analisar um tempo/espaço do encarceramento fora do eixo Rio/São Paulo, mostrando a força da máquina carcerária no nordeste brasileiro.

- A superlotação no sistema prisional sugere um colapso do sistema, mas, na verdade, dá lugar à estruturação de uma organização interna marcada pela segmentação da vida cotidiana carcerária em dois espaços de vida distintos: a cela e a BR. No primeiro, os detentos se territorializam de forma mais estável e, no segundo, eles vivenciam uma territorialidade instável, móvel e sob ameaça constante.

- A reprodução da vida na prisão se dá a partir de uma ação acordada entre chefões de organizações criminosas e representantes da instituição. Estes acordos introduzem novas regras que regulam, normalizam os comportamentos, os gestos e as práticas, inclusive as econômicas. A dinâmica assim criada interfere no processo de produção do espaço

intramuros, dando suporte à territorialização de grupos que assumem o poder entre os detentos no interior da prisão.

- Na medida em que ao processo de encarceramento em massa se soma a situação de superlotação dos presídios, observa-se uma maior precarização e espoliação da vida cotidiana no cárcere, o que significa na prática a intensificação da violência praticada pelo Estado, ou com a conivência dele, sobre segmentos cada vez mais amplos das classes populares. A pesquisa assim contribui para conhecer mais de perto uma face ocultada de nossa sociedade e da ação do Estado, porque extremamente imbricada com processos e relações negados pelos discursos ideológicos que os legitimam.

A prisão, segundo Foucault (2000), "(...) é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas."[249] As situações vividas no cárcere e recuperadas da memória e narradas pelos ex-detentos corroboram com o que foi dito por este pensador. A prisão como um mecanismo de dispor dos corpos, de manipulá-los, de tentar privá-los dos cuidados essenciais para a sua manutenção. As privações na higiene, na alimentação, no cuidado com a saúde e com o sexo indicam a força dos processos de prisionalização que têm como objetivo dosar a pena marcando o corpo.

As opressões causadas pelo encarceramento não se limitam aos muros do cárcere. No caso estudado, pudemos verificar que elas se estendem envolvendo bairros e comunidades, e a região metropolitana de Recife. Assim, a prisão se apresenta como uma instituição que garante e reafirma a reprodução das desigualdades sócio espaciais. Só poderemos vislumbrar a superação do encarceramento a partir de uma mudança radical da própria sociedade.

[249] Ibid., p.73

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13.

A construção do Complexo Prisional de Itaquitinga se iniciou em 2009 com previsão para inaugurar em 2012. Mas, até o momento não se concretizou. Disponível no site: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/01/em-pe-fornecedores-do-presidio-de-itaquitinga-fazem-protesto-em-olinda.html. Acesso em 30/out./2014.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874). Dissertação de mestrado em História, Recife: UFPE, 2008, p. 71.

Após 10 anos sequestro de ônibus 174. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/apos-10-anos-sequestro-do-onibus-174-vive-na-memoria-de-testemunhas.htm Acesso em: 09/set./2012.

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presidio Professor Aníbal Bruno – Recife – PE. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Critica e Critica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. Criminologia e política criminal. In: Passagens, Revista Internacional de História e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol.1, n.2, julho/dezembro/2009, p. 20-39.

BEATTIE, P. M. "CADA HOMEM TRAZ DENTRO DE SI SUA TRAJEDIA SEXUAL": VISITAS CONJUGAIS, GÉNERO E A QUESTÃO SEXUAL NAS

PRISÕES (1934) DE LEMOS BRITO. In: MAIA, C. N., NETO, F. S., COSTA, M., BRETAS, M. L. (org.), História nas prisões no Brasil. Vol. II, Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 215-248.

BECCARIA, Cesari, Marchesi di. Dos delitos e as penas. ed.14. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BENTHAM, J. O Panóptico / Jeremy Bentham...; organização de Tomás Tadeu; traduções de Graciela Lopes Louro, M.D. Magno, Tomás Tadeu, -- 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntico Editora, 2008. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/88482035/BENTHAM-jeremy-O-Panoptico-organicao/Tomas-Tadeu Acesso em: 01/set./2014.

BRASIL, Lei de execução penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis.17210htm Acessado em 02/nov./2014.

_____. Lei Nº 12.433 de 29 de junho de 2011. Altera a LEP ao incentivar a educação nas prisões. Disponível no site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/11433.htm/> Acesso: 18/out./2014.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 34.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, A. F. Da "Organização" à "Produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. _____, SOUZA, M. L., ESPOSITO, M. E. B. (org.) In: A Produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. A cidade. 8.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH, USP, 2011.

FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio: dicionário da língua portuguesa. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, vozes, 2000. 288p.

_____. Microfísica do poder. 20.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. 296p.

GARLAND, D. La cultura del control crimen y orden social en la sociedad contemporánea. Barcelona, Editorial Gedisa S. A., 2004.

GUIBU, Fabio. Pior presídio do Brasil em 2008 Aníbal Bruno vira complexo com três unidades. Folha de São Paulo, Publicado em: 15/nov./2012 Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/11/15/pior-presidio-do-brasil-em-2008-anibal-bruno-vira-complexo-com-tres-unidades-em-recife.jhtm>. Acesso em: 07/jul./2014.

Instituto Avante Brasil. O sistema penitenciário. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/staticsp.atualidadesdodireito.com.br/iab/files/2014/01/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCIÁRIO-2012.pdf
Acesso em: 01/nov./2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa da Região Metropolitana de Recife. Disponível em: www.**ibge**.gov.br/ Acesso em: 10/out./2012.

International Center for Prison Studies com sede em Londres e com parceria com a Universidade de Essex. Disponível em: <www.prisonstudies.org/info/worddrief//search=europe&x=Europe>. Acesso em: 16/ ago./2012.

KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX, In: Revista Lua Nova, São Paulo, 68: 205-242, 2006.
KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. 34.ed. São Paulo: Ed. 34, 2009, p. 86.
LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. 4ª ed. Belo Horizonte, 2000. pp. 23-25.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo, 1991. p. 41.

_____. Henri. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006, p. 50.

MAEYER, M. Ter tempo não basta para que alguém se decida a apreender. Em Aberto, Brasília, v.24, n.86, p. 43-56, nov. 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do recife. 1865 – 1915. Tese de Doutorado, Recife, CFCH, UFPE, 2001.

MARX, Karl. O capital. Livro primeiro, vol. I. Ed.11. São Paulo: Editora Beltrand Brasil – DIFEL, 1987.

_____. O capital. Livro primeiro, vol.II. ed.11. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.

NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque. A Reforma Prisional no Brasil Oitocentista: da Cadeia a Casa de Detenção (1830-1874). Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PERNAMBUCO. Pacto Pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública, 2007. Disponível em: Mais informações sobre o Pacto Pela Vida, disponível em: http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pacto-pela-vida/.
Acesso em: 11/out./2012.

População carcerária aumento mais de 400% nos últimos 20 anos no Brasil. Disponível no site:
https://www.google.com.br/search?q=agenciabrasil.ebc.com.br%2Fgeral%2Fnoticia%2F2014-03%2Fpopula%C3%A7%C3%A3o-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-Brasil&oq=agenciabrasil.ebc.com.br%2Fgeral%2Fnoticia%2F2014-03%2Fpopula%C3%A7%C3%A3o-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-Brasil&aqs=chrome..69i58j69i57j69i59.7524j0j4&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8 Acesso em: 07/Nov./2014.

Portal Educação, G1.Paralisação nas escolas públicas atinge 23 estados. Disponível: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/03/paralisacao-nas-escolas-publicas-atinge-23-estados-e-o-df-diz-cnte.html
Acesso em: 29/out./2014.

Prefeitura do Recife. Atlas do Desenvolvimento Humano de Recife. (2005). Disponível em:
www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/
Acesso em: 02/nov./2014.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. 1.ed. São Paulo: Ática, 1993.

RUSH, Georg, KIRCHHEIRMER, Otto. (2004) Punição e estrutura Social. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan. [1] GARLAND, David. La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2004.
SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, nº16, jul. /dez 2006, p. 274-307.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SERES. Presidio de Tacaimbo vai gerar mais de 900 vagas. Disponível em:
www.seres.pe.gov.br/noticia/463/presidio-de-tacaimbo-vai-gerar-mais-de-900-vagas-para-o-sistema-penitenciario/
Disponível em: 30/out./2014.

SEABRA, O. C. Cotidiano e vida na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. FFLCH, USP, São Paulo, 2003.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.21, n.61, p. 77-97, 2007. Disponível em:
https://www.google.com.br/?gws_rd=ss#q=luis+soares%2C+aa+politica+nacional+de+seguran%C3%A7a Acesso em: 01/nov./2014.

SOLICITAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELAES para proteger a vida e a integridade pessoas dos presos n Presídio Professor Aníbal Bruno, Recife, Pernambuco, Brasil.
Disponível:https://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/08/solicitac3a7c3a3o-de-medidas-cautelares-presc3addio-anc3adbal-bruno-final-2011-06-03-nomes-ocultados.pdf Acesso em 27/mar/2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Cesar C.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas, 1996, p. 77-116.

SOLAZZI, José Luís. A ordem do castigo no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

TELLES, V. S. Debates: a cidade como questão. In:_____. CABANES, R. (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas 2006, p. 35-68.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: George Zahar Ed., 2001.

ZALUAR, Alba. Da revolta ao crime S/A. São Paulo: Moderna, 1996 – (Coleção polêmica).

_____. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZOMIGHANI JR., J. H. DESIGUALDADES ESPACIAIS E PRISÕES NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: fundamentos da insegurança no atual período. Tese de doutorado em geografia humana, FFLCH, USP, 2013. p. 20.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AGANBEM. Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 197P.

BAUMAN, Z. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BORDIEU. P. A miséria do mundo / sob direção de Pierre Bordieu, com contribuições de A. Accardo... / et. Al. 1 – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
BRASIL. Código penal / Anne Joyce Angler, coordenação. – 10.ed. – São Paulo: Rideel, 2004

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer / Michel de Certeau, 13.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOUCAULT. Michel. História da loucura: na Idade clássica. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARVEY. D. Condição pós-moderna. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história /tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. O PRINCÍPE. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WACQUANT, Löic. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro, Revan Fase, 2001.

ZAFARONI, Eugênio Raul. O inimigo no direito penal – Rio de Janeiro, Revan, 2007, 2ª edição julho de 2007, 3ª edição dezembro de 2011. 244p.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de entrevista com os detentos, ex-detentos e parentes de presos

Detentos

1. Quanto tempo você passou na prisão e como foi preso?
2. Que atividade exercia antes de ter sido detido?
3. Como era sua rotina no presídio?
4. Para conviver na prisão que tipo de comportamento você teve que aprender?
5. Dormia na cela ou fora dela?
6. Exercia alguma atividade para garantir seu sustento lá dentro?
7. Como fazia para cuidar de sua saúde?
8. E as relações sexuais?
9. Você se alimentava das refeições oferecidas na unidade?
10. Como cuidava da higiene pessoal?
11. Qual a diferença do convívio dentro da prisão entre os dias de visita e os dias comuns?
12. De quem mais você receia apoio quando estava lá dentro? De teus amigos ou de familiares? Que tipo de ajuda recebe?

Ex-detentos

1. Ao sair da prisão você voltou ao bairro que morava?
2. Recebe apoio de algum vizinho?
3. Como você circula no bairro e na cidade?
4. E seus parentes como te ajudam aqui fora?
5. Você enfrentou alguma dificuldade ao sair da prisão?
6. Você mantém algum laço de amizade com os antigos companheiros de cadeia?
7. Você ajudou algum conhecido/amigo que saiu da prisão?
8. Qual a dificuldade para encontrar trabalho?
9. O que você faz para sobreviver? Qual o teu projeto de vida?

Grupo familiar

1. Como se deu a entrada do seu parente na prisão?
2. Como a família recebeu a notícia do aprisionamento? Qual o impacto dentro do grupo familiar?
3. Como ficou a relação com a vizinhança?
4. O Srº/Srª continua frequentando os mesmos lugares do bairro?
5. A prisão afetou sua vida profissional? Houve preconceito em seu ambiente de trabalho?
6. Com que frequência você visita seu parente preso?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas nos dias de visita?
8. Quais os tipos de ajuda que a família presta ao parente preso?
9. Como ficou a renda familiar a partir da assistência ao parente detido? Como se organiza sua rotina nos dias de semana?